

SAG > Pesquisa

critério de pesquisa	data de início da greve é maior ou igual 01/01/2000 E data de início da greve é menor 01/01/2021 E categoria profissional é igual policiais civis estaduais E categoria profissional não contém militares E categoria profissional não contém federais
ordenado por	1. data de início da greve (A) 2. sem ordenação 3. sem ordenação 4. sem ordenação

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	28	período da greve	18/2/2000 a 16/3/2000
número de grevistas	675		
horas paradas	224	trab. X horas paradas	136800
motivo/caráter	manutenção de jornada/sem informação, normas da empresa/sem informação, promoção/sem informação, condições de segurança/sem informação, sem informação/propositivo, segurança pública/protesto, sem informação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação, turno/escala de revezamento/sem informação, gratificação por função especial/sem informação, contratação/sem informação, reajuste salarial/sem informação, ajuda de custo/sem informação, abertura de negociação/sem informação, local de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - concentração		
resultados	processo - não-punição de grevistas, processo - compensação dos dias parados, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicavam a aprovação do anteprojeto de lei que dispunha sobre a reestruturação de carreiras na Segurança Pública do estado e previa ascensão funcional; pagamento de diárias; gratificação de 80% n os plantões; reposição salarial de 50%; remoção dos presos das delegacias para os presídios; reforma das delegacias; contratação dos aprovados no último concurso público da Polícia Civil e abertura de novo concurso; manutenção da escala de serviço de 24 por 72 horas; interiorização da Polícia Civil, com a nomeação de delegados de carreira; e imediata abertura de canais e negociação, com a partic ipação de representantes da sociedade civil, para avaliar as necessidades da segurança pública, definir prioridades de ação e propor reformulações no plano de investimentos anunciado pelo governo.		
encaminhamentos/resultados	A paralisação - a maior promovida pela categoria nos últimos quinze anos, de acordo com o sindicato -, teve início dois dias depois de o governo estadual ter divulgado a injeção de R\$ 14,2 milhões no setor de segurança pública. Os policiais civis rejeitavam uma proposta governamental que condicionava o direito ao recebimento da diária operacional ao trabalho em dias de folga, e não acreditavam que a verba disponibilizada pela administração estadual fosse suficiente para resolver o problema do setor de segurança pública potiguar. O movimento ganhou a adesão total de agentes, escrivães e investi gadores, mas manteve 30% dos serviços em funcionamento. A categoria somava 750 policiais civis no estado. Nenhuma das 28 delegacias da Polícia Civil de Natal funcionou. Após entregar as chaves das delegacias e repassar o comando à PM, os policiais civis se reuniram em frente à Secretaria de Segurança Públ ica, na Ribeira. A concentração durou quase toda a manhã. Por volta das 11h, os policiais saíram em carreata, visitando todas as delegacias e o ITEP. À tarde, os grevistas fizeram mobilizações em fren te ao quartel da PM. Quatro horas depois de iniciada a greve, a 8ª DP, na Cidade da Esperança, foi autorizada a transferir para a Penitenciária Central João Chaves cinco dos seus 24 presos. Outros sete detentos da 1ª DP, localizada na Cidade Alta, já haviam sido transferidos no dia anterior ao início da greve. Em 21/02, os 28 policiais civis lotados nas cinco delegacias de Mossoró decidiram aderir à greve. Nessa data, a categoria passou a receber apoio logístico do Sindicato dos Petroleiros, que ajudou a mo bilizar os policiais e se encarregou do repasse de informações. A Associação dos Delegados de Polícia Civil do estado declarou apoio à paralisação. Em 23/02, a Secretaria Estadual de Segurança anunciou o corte de ponto sobre os dias parados. A decisão foi tomada pessoalmente pelo governador do estado, que considerou a greve ilegal e esclareceu qu e não abriria negociações com os grevistas enquanto a paralisação perdurasse. Em assembléia, o comando de greve anunciou que pediria na Justiça uma liminar suspendendo a medida do governo. O sindicato afirmou ainda que entraria com uma ação judicial contra a administração estad ual, alegando que a retenção de quase 50% dos salários prometida pelo governo seria uma atitude prejudicial às famílias dos agentes. A entidade sustentava também que não havia razão para considerar a greve ilegal, já que a categoria mantinha 30% dos serviços em funcionamento, conforme exigência da lei. Em 29/02, os grevistas organizaram um pedágio num dos cruzamentos de avenidas do centro de Natal para recolher dinheiro para ajudar as famílias dos policiais. O secretário de Segurança continuava irre dutível na disposição de não negociar com os policiais civis. O sindicato, por sua vez, declarou que a categoria não voltaria ao trabalho sem o atendimento das suas reivindicações, lembrando que na úl tima greve dos policiais civis, ocorrida em 1999, o scretário descumpria a promessa de abrir negociações depois de encerrada a paralisação. Em 29/02, o não havia solução para o impasse. - MARÇO - Em 02/03, durante reunião com o sindicato, o governador em exercício do estado voltou a declarar que, embora tivesse uma proposta de reajuste salarial a apresentar, não abriria negociações com a categ oria enquanto a greve não fosse encerrada. O governo alegou que já havia anunciado, antes do início da greve, que os concursados seriam chamados para ocupar os cargos. Afirmou ainda que a questão da r etirada dos presos das delegacias estava sendo resolvida e propôs que os policiais voltassem a trabalhar, prometendo liberar um adiantamento de quinze dias do mês de março e discutir melhorias salaria is após o carnaval. Os policiais civis rejeitaram a oferta. De acordo com o sindicato, a Polícia Civil potiguar recebia os piores salários do Brasil. Enquanto no Rio Grande do Norte o salário de um agente em início de carreira estava em R\$		

	357,00, os vencimentos de profissionais na mesma situação no Piauí era de R\$ 725,00, e, no Distrito Federal, R\$ 1,7 mil. Em 10/03, os policiais saíram em passeata pela Avenida Rio Branco, em Natal, paralisando o trânsito. Em 14/03, a Assembléia Legislativa nomeou uma comissão de parlamentares para intermediar as negociações entre os policiais e o governo estadual. O objetivo da comissão, segundo uma integrante, era o de convencer o Executivo a apresentar aos grevistas a proposta que dizia ter. Em 15/03, a Secretaria da Segurança Pública, que não pagou os salários de fevereiro dos agentes, investigadores e escrivães, anunciou que os salários de março também seriam cortados. O sindicato estimou que a adesão à greve alcançava pelo menos 90% da categoria. Nesse mesmo dia, houve uma reunião entre representantes da comissão parlamentar recém-formada e o governo. No encontro, o Executivo concordou em reabrir negociações e prometeu receber, em 21/03, os representantes do movimento grevista. Seriam discutidos, nessa data, a proposta do sindicato de repor os dias de falta ao serviço, o pagamento dos salários de fevereiro e a suspensão de possíveis medidas punitivas aos grevistas. Com isso, os policiais civis decidiram voltar ao trabalho em 17/03.		
observações			
fonte			

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	43	período da greve	2/3/2000 a 13/4/2000
número de grevistas	960		
horas paradas	344	trab. X horas paradas	230400
motivo/caráter	não-punição de grevistas/sem informação, piso salarial/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, sem informação/descumprimento de acordo, punição/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, assistência médica/sem informação, isonomia salarial/sem informação, atraso de salário/descumprimento de lei, atraso de 13%/descumprimento de lei, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Protestavam contra o atraso no pagamento do 13º, além de 16% de nove folhas salariais devidas pela gestão anterior a todo o funcionalismo público estadual. Também reivindicavam melhores condições de trabalho; fim das prisões correccionais; liberação dos presos que estavam sob custódia da Justiça de Alagoas; adoção da isonomia salarial na Secretaria da Segurança; continuidade do pagamento da tabela de consenso — benefício conquistado após a última greve, mas retirado depois do acerto da primeira parcela; a assistência médica; reestruturação de cargos; e afastamento de falsos policiais civis das delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Os policiais decidiram entrar em greve antes do retorno do governador ao estado - ele se encontrava na Europa. Em 03/03, o sindicato calculava a adesão à greve em 80% dos 1,2 mil policiais civis do estado. Os serviços essenciais, como o recolhimento de cadáveres e abastecimento dos carros policiais, só estariam funcionando graças à ajuda da Polícia Militar. Treze das catorze delegacias de Maceió foram paralisadas. Por determinação do secretário da Defesa Social de Alagoas, a Polícia Militar assumiu a segurança do Instituto Médico Legal de Maceió. Os PMs receberam ordens para evitar piquetes em frente ao IML e garantir a segurança dos servidores que decidiram não aderir à greve, além de acompanhar todas as saídas das equipes do instituto. Foram requisitados 48 membros da Polícia Rodoviária Federal e vinte agentes da Polícia Federal para o trabalho de prevenção de crimes durante o carnaval. O secretário também pediu na Justiça a decretação da ilegalidade da greve e ameaçou de expulsão participantes do movimento. Em 06/04, houve uma reunião entre sindicalistas e o secretário da Defesa Social. O encontro não resultou em nenhum avanço nas negociações, já que o governo manteve a posição de descontar os dias parados. Em assembléia do dia 13/04, os policiais decidiram retomar ao trabalho, mesmo sem ter nenhuma das suas reivindicações atendida.		
observações			
fonte			

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	29/3/2000 a 1/4/2000
número de grevistas	1920		

horas paradas	32	trab. X horas paradas	61440
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam a incorporação aos salários de pelo menos 50% dos abonos - nos valores de R\$ 150,00 e R\$ 180,00 - concedidos pelo governo em 1997, por ocasião da última greve da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/03, o comando de greve garantia que 80% dos 2,4 mil policiais civis do estado haviam aderido à paralisação. O governo rejeitava a incorporação dos abonos aos salários. A contraproposta apresenta da pelo Executivo previa a concessão, a partir de abril, de gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva aos policiais civis da ativa e aos inativos. Em 01//04, a maioria dos postos policiais e delegacias de Belém permanecia fechada. A ordem dos policiais era não registrar ocorrências sobre crimes praticados na cidade, exceto em casos especiais, como homicídio. Nessa data, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte			

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	28/4/2000 a 28/4/2000
número de grevistas	300		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	2400
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, segurança pública/protesto, reajuste salarial/sem informação, sem informação/protesto, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam a regulamentação da Lei de Plano de Cargos e Salários e protestavam contra os baixos salários, a unificação das Polícias Civil e Militar - o que consideravam ser um processo de militarização da segurança pública - e o desmerecimento da categoria por parte do governador do estado.		
encaminhamentos/resultados	Cerca de 300 policiais fizeram uma passeata na Avenida Rio Branco, em direção à Assembleia Legislativa. A manifestação começou às 12h com uma concentração na Igreja da Candelária, no centro da cidade. Chegando à Assembleia, os manifestantes foram recebidos por um parlamentar e entregaram a ele uma carta pedindo a regulamentação do PCS da Polícia Civil, já aprovada no governo anterior. O governador do Estado afirmou que o reajuste salarial dos policiais já estava acertado.		
observações			
fonte			

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Belo Horizonte/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	7/7/2000 a 7/7/2000
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam a incorporação das gratificações e auxílios aos salários.		
encaminhamentos/resultados	Os policiais decidiram entrar com uma interpelação judicial contra o governo do estado, alegando descumprimento de acordo firmado com o Executivo.		

observações			
fonte	Hoje em Dia, 08/07		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Mato Grosso/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	7	período da greve	7/7/2000 a 19/7/2000
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Reivindicam a elevação do piso para R\$ 1.000,00.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/07, os policiais retornaram ao serviço após aprovarem uma tabela salarial única, baseada em tempo de serviço e grau de escolaridade. O salário-base para novas admissões ficava em R\$ 740,00. O te to estabelecido era de R\$ 2.108,00 para profissionais com 15 anos de serviço, curso superior e 360 horas de cursos de capacitação.		
observações			
fonte	A Gazeta: 08, 15, 16, 20 e 24/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	6	período da greve	27/7/2000 a 1/8/2000
número de grevistas	0		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	O governador do Estado transferiu a direção das negociações para o comandante geral da PM. Em 01/08, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal do Brasil, Diário Popular e A Crítica, 02/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado

comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	26/10/2000 a 27/10/2000
número de grevistas	2400		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	38400
motivo/caráter	isonomia salarial/sem informação, sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicavam a extensão do adicional por TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) a toda a categoria - dos 3,6 mil policiais, apenas 400 o recebiam. Além disso, queriam isonomia com os policiais militares, a quem fora concedido aumento exclusivo: o piso salarial da PM passara para R\$ 1,2 mil, enquanto o da Polícia Civil estava em torno de R\$ 700.		
encaminhamentos/resultados	Segundo o sindicato, cerca de 80% da categoria aderiu à greve. Em 27/11, as partes chegaram a um acordo. Ficou estabelecido que o governo elaboraria um estudo sobre a possibilidade de equiparação da gratificação por TIDE.		
observações			
fonte	A Noticia e O Popular, 27/10; Agora, Diário Popular e Estado do Paraná, 28/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	Londrina/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sem informação	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	8/11/2000 a 8/11/2000
número de grevistas	280		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	2240
motivo/caráter	sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/descumprimento de lei, gratificação por função especial/sem informação, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam o pagamento do adicional por Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE) a todos os policiais, melhores condições de trabalho, suspensão da guarda dos presos nas cadeias públicas, implementação do plano de cargos e salários e cumprimento da Lei Complementar nº 51/85.		
encaminhamentos/resultados	Os policiais apresentaram sua pauta de reivindicações ao governo em 26/10. Como não houve abertura das negociações, foi deflagrada uma greve por tempo indeterminado. Somente os estagiários - 20% dos 350 policiais civis - não aderiram do movimento, por estarem em fase de treinamento. Nessa data, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Folha de Londrina, 09/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	São Luís/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	12/12/2000 a 15/12/2000
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação, contratação/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	Reivindicavam a realização de concurso público e a criação de um plano de cargos e salários, a fim de elevar o piso salarial da categoria, então fixado em R\$ 151.
encaminhamentos/resultados	O sindicato informou que cerca de um terço da corporação aderira à greve. Em 15/12, a paralisação prosseguia.
observações	
fonte	Agora São Paulo, 13/12; O Tempo, 16/12

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	11/4/2001 a 17/4/2001
número de grevistas	2000		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	32000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, piso salarial/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam a implantação do plano de cargos, carreiras e salários da categoria, além de mudanças na forma de pagamento de benefícios trabalhistas.		
encaminhamentos/resultados	O estado possuía cerca de 2 mil servidores na área de segurança. Os policiais rejeitavam os pisos salariais até então apresentados pelo governo. Em 11/04, eles fizeram uma paralisação de 24 horas. O prédio da Secretaria de Segurança foi cercado com faixas e cartazes pedindo a demissão da titular da pasta. Em 17/04, a categoria voltou a cruzar os braços durante todo o dia.		
observações			
fonte	O Rio Branco (AC) e Tribuna do Norte (RN), 18/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	2/5/2001 a 2/5/2001
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, sem informação/protesto, condições de trabalho/sem informação, ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, segurança pública/protesto, reajuste salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam melhores salários, reestruturação dos cargos, tabela de subsídios e reaparelhamento da Polícia Civil.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/05, foi decretada uma greve de advertência de dois dias. De acordo com o sindicato, o movimento paralisou as atividades em todas as delegacias da capital. (Não foi possível confirmar se a greve efetivamente se estendeu a 03/05.)		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 02-03/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
------------------------	---------------------------

localização geográfica	/MS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	9/5/2001 a 9/5/2001
número de grevistas	1260		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	10080
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários.		
encaminhamentos/resultados	O sindicato informou que 90% dos cerca de 1.400 policiais do estado aderiram à greve. O governo estadual propôs a liberação do pagamento dos atrasados para a semana seguinte, mas a categoria rejeitou o acordo.		
observações	Não houve informações sobre o término ou a continuidade da greve.		
fonte	A Crítica (AM): 10/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	68	período da greve	3/7/2001 a 13/9/2001
número de grevistas	4400		
horas paradas	544	trab. X horas paradas	2393600
motivo/caráter	sem informação/propositivo, segurança pública/protesto, piso salarial/sem informação, sem informação/protesto, reajuste salarial/sem informação, contratação/sem informação, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - passeata, resolução - negociação, manifestação - concentração, reação - desconto salarial, resolução - decisão judicial, reação - ameaça de demissão		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - pagamento dos dias parados, justiça - greve abusiva		
causa	Reivindicavam reajuste salarial de 28%, reaparelhamento das delegacias e nomeação de 1.600 aprovados em concurso desde 1998.		
encaminhamentos/resultados	Segundo o comando de greve, a adesão foi de 80% dos 5.500 policiais civis. O movimento não contava com a participação dos delegados. Os serviços essenciais - como liberação de corpos no IML e flagrant es - estavam garantidos. Em 05/07, a 2ª Vara da Fazenda Pública julgou legal a paralisação. Em resposta a recurso movido pelo governo, porém, o Tribunal de Justiça do estado decretou, em 09/07, a abus ividade do movimento. Foi determinada a volta imediata dos policiais ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil. Ainda assim, a categoria decidiu dar continuidade à paralisação. Em 18/07, o TJ rejeitou uma liminar requerida pelo sindicato, que pedia a concessão de isonomia salarial entre as polícias civil e militar. Em abril, os salários da PM haviam sido reajustados em 28%. No dia 23/07, o mesmo tribunal recusou outra liminar requisitada pelos grevistas. O TJ negou-se a proibir que qualquer membro da categoria recebesse pagamento inferior ao salário mínimo vigente - R\$ 180,00. O salár io-base dos policiais civis estava em R\$ 74,00. No mesmo dia, os quase 80 agentes lotados no IML decidiram aderir à greve. Só continuam funcionando os serviços de necropsia e o recolhimento e liberaçã o de corpos. Em 25/07, uma comissão de grevistas se reuniu com o secretário estadual de Administração. O governo apresentou uma contraproposta oferecendo 10% de reajuste. O Executivo descartava um aum ento maior devido às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não houve acordo. Em razão da abertura de negociações, os policiais ampliaram as atividades, com abertura de onze delegaci as. Em 30/07, porém, tendo em vista a insistência do governo na proposta dos 10%, elas voltaram a ser fechadas. Em 03/08, em nota oficial, o governo anunciou a disposição de punir os policiais que não retornassem imediatamente ao trabalho. As providências seriam o desconto dos dias parados e suspensão por prazo indeterminado do pagamento das gratificações, além de medidas administrativas e judícia is tais como advertência ou demissão. Em 07/08, os policiais fizeram uma passeata seguida de ato público em Recife. Em 13/09, a categoria aceitou o acordo firmado entre o sindicato e o governo e a gre ve foi encerrada. Os policiais teriam direito a um reajuste salarial de 13% - 10% a partir do fim de setembro e mais 3% em dezembro. Não haveria desconto dos dias parados. Cerca de setecentos policiai s que haviam sofrido cortes no último pagamento seriam ressarcidos em 72 horas. O acordo também contemplou os 1.600 concursados que aguardavam nomeação. Eles conseguiram a prorrogação da validade do c oncurso por mais dois anos e aguardavam uma posição da Procuradoria Geral do Estado sobre a proposta de receber uma ajuda de custo durante o curso de formação.		
observações			
fonte	Jornal do Comércio: 04, 07, 21, 24, 30 e 31/07, 01, 02, 08, 09 e 24/08, 06 e 14/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	5	período da greve	17/7/2001 a 21/7/2001
número de grevistas	9400		
horas paradas	36	trab. X horas paradas	188000
motivo/caráter	piso salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - acampamento, resolução - negociação, manifestação - ocupação, manifestação - concentração, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, justiça - greve ilegal		
causa	Reivindicavam um piso salarial de R\$ 1.200 e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	<p>A decisão de entrar em greve foi tomada imediatamente depois que o governador do estado anunciou uma proposta de reajuste salarial escalonado para ambas as polícias - de acordo com o posto ocupado dentro de cada corporação. A proposta estipulava aumento de 5% para oficiais da PM, 10% para sargentos e subtenentes e 20% para cabos e soldados. A Polícia Civil teria um reajuste médio de 10,68%, com incorporação de gratificações e extinção do quinquênio de 5%. Em 17/07, ambas as categorias decidiram, no final da tarde, começar uma greve por tempo indeterminado. Cerca de quinhentos policiais saíram em passeata pelas ruas da capital no início da noite. Em 18/07, houve nova passeata em Maceió. A manifestação terminou com um ato em frente ao Palácio do Governo, na Praça dos Martírios. Em ambas as mobilizações, os policiais foram acusados de promover atos de vandalismo. Em Mata Grande (interior do estado), o governador enfrentou um protesto. O batalhão da PM convocado para integrar sua comitiva recusou-se a prestar continência e permanecer na cidade. Segundo as entidades representativas dos grevistas, estavam parados cerca de 8.000 PMs e 1.400 policiais civis - quase todo o efetivo das corporações. Uma parte dos PMs estava aquartelada e outra fazia bloqueios em pontos estratégicos de Maceió. O governador solicitou ao presidente da República o envio de tropas do Exército ao estado. Em 19/07, foi divulgada uma nota à imprensa na qual os policiais em greve afirmavam que impediriam o trabalho das tropas federais em Alagoas. Nessa data, oficiais da PM apresentaram uma nova proposta ao governo: reajuste imediato de 10% e mais 30% escalonados de janeiro a outubro de 2002. O aumento contemplaria exclusivamente a PM. Em 20/07, o Executivo fez uma contraproposta, que previa reajuste de 8,8% para oficiais, 16% para sargentos e subtenentes e 20,9% para cabos e soldados. No caso da Polícia Civil, ficava mantida oferta de 10,68% de reajuste. À exceção dos oficiais da PM - tenentes, maiores e coronéis -, que abandonaram o movimento, os policiais recusaram a proposta e permaneceram parados. Eles saíram em passeata pelo centro de Maceió e montaram acampamento diante do Palácio do Governo. Em 20/07, a Justiça considerou ilegal a greve, e o governador do estado ameaçou punir os policiais que persistissem parados já a partir do dia seguinte. Com isso, a greve foi esvaziada. O presidente da República desistiu da ideia de recorrer ao Exército para ajudar na segurança pública em Alagoas. Em 21/07, os grevistas entraram em acordo com o governo e puseram fim ao movimento. A Polícia Civil conseguiu um piso salarial de R\$ 925,00, e a PM, de R\$ 808,00.</p>		
observações			
fonte	O Globo: 18/07; Jornal de Brasil: 21/07; Agência Folha: 18, 19 e 21/07; Agência Estado: 20 e 21/07;		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	18	período da greve	26/7/2001 a 12/8/2001
número de grevistas	1962		
horas paradas	144	trab. X horas paradas	271504
motivo/caráter	contratação/sem informação, condições de trabalho/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reajuste salarial/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, sem informação/propositivo, gratificações/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação, reação - ameaça de demissão, manifestação - passeata, manifestação - concentração		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		

causa	Reivindicavam reposição salarial média de 30%, referente ao período de janeiro de 1995 a junho de 2001, além de aumento de 25% para 100% na gratificação de polícia judiciária, melhores condições de trabalho, nomeação de novos investigadores e cumprimento da progressão funcional, paralisada desde 1995.		
encaminhamentos/resultados	O governo oferecia uma reposição salarial de 5% aos policiais civis, que a recusaram. Na semana anterior à deflagração da greve, o Executivo havia concedido um reajuste de 16% à PM. A Polícia Civil não foi beneficiada. O Sindicato dos Delegados de Polícia e a Associação dos Peritos Policiais acusavam o governo de penalizar a categoria com os salários mais baixos do país. Ao longo da greve, eram mantidos os serviços essenciais. Com apenas 30% do efetivo em atividade, somente os procedimentos de flagrante delito vinham sendo feitos. Em Belém, no dia 26/07, delegados, investigadores, escrivães e papiloscopistas realizaram uma passeata pelas ruas centrais da cidade. Houve uma manifestação em frente à Delegacia Geral da Polícia Civil. Em 30/07, o governador baixou uma portaria determinando punições que previam desde advertência até demissão para os policiais civis que não retornassem imediatamente ao trabalho. A medida estabelecia que os faltosos teriam seus nomes publicados em boletins internos, para efeito de desconto dos dias parados. A paralisação abrangia noventa municípios do estado. O comando de greve contabilizava uma adesão de 80% na capital e 60% no interior. Em 31/07, os policiais civis organizaram uma passeata até o Palácio dos Despachos, onde tentaram - sem sucesso - uma audiência com o governador. Os manifestantes interditaram as pistas da rodovia Augusto Montenegro. Um a das pistas foi desocupada depois de o secretário especial de governo ter concordado em receber uma comissão de representantes dos grevistas. Atendendo à exigência do governo, que só aceitava abrir negociações mediante a suspensão da greve, os policiais resolveram voltar ao trabalho em 13/08. A adesão à greve alcançava 70% da categoria. Em 16/05, foi anunciada a volta da progressão funcional de policiais - por mérito ou especializações -, que alcançava aproximadamente 20% da categoria. O pedido de reajuste ainda estava sendo analisado. A categoria resolveu então retornar ao trabalho. O governo insistia em descontar da folha de pagamento os dias de greve.		
observações			
fonte	Diário do Pará, 26-27/07, 13, 17/08; Amazônia Jornal: 26, 30 e 31/07, 01 e 17/08; JT: 27-28/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	5	período da greve	27/7/2001 a 31/7/2001
número de grevistas	1250		
horas paradas	40	trab. X horas paradas	50000
motivo/caráter	estatuto/sem informação, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reajuste salarial/sem informação, alimentação/sem informação, gratificação de férias/sem informação		
encaminhamentos	resolução - formação de comissão, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - pagamento dos dias parados		
causa	Reivindicavam reajuste salarial de até 50%, proporcional ao vencimento dos delegados - que recebiam de R\$ 6.000,00 a R\$ 9.000,00. Além disso, exigiam mudanças no Estatuto dos Policiais Civis; reformulação no quadro de carreira do servidor penitenciário; definição sob o pagamento de abono de férias; substituição do fornecimento de quentinhas por tickets-alimentação.		
encaminhamentos/resultados	Em 31/07, os policiais decidiram aceitar a proposta do governo federal, que atendia parte das reivindicações da categoria. O acordo previa o pagamento de um abono de férias a quem ganhasse até R\$ 1.700,00, a criação de uma comissão para elaborar um plano de cargos e salários e a concessão de vale-alimentação aos policiais. Os dias parados seriam pagos. A greve foi então encerrada.		
observações			
fonte	Meio Norte: 26/07; Diário do Nordeste (CE): 28/07; Agência Estado: 01/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	36	período da greve	31/7/2001 a 4/9/2001
número de grevistas	681		
horas paradas	288	trab. X horas paradas	188128

motivo/caráter	condições de trabalho/sem informação, segurança pública/protesto, reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/protesto, gratificações/sem informação
encaminhamentos	resolução - negociação, reação - ameaça de demissão
resultados	processo - compensação dos dias parados, pauta - reivindicações parcialmente atendidas
causa	Reivindicavam a retirada de um projeto da Assembléia Legislativa que previa a desindexação das gratificações salariais. Além disso, queriam a incorporação salarial de cinco gratificações - 60% de função policial, 43,5% de plantão, 100% de risco de vida, 120% de representação de polícia judiciária e 25% de habilitação policial - e a reestruturação da Polícia Civil.
encaminhamentos/resultados	Ao longo do movimento, foram mantidos 30% do efetivo trabalhando, mas os policiais deixavam de investigar crimes e não recebiam queixas. Também aderiram à greve os funcionários do Itep (Instituto Técnico-Científico de Polícia). Os serviços emergenciais - recolhimento de cadáveres, exame nos casos de embriaguez e estupros -, porém, estavam mantidos. Em 01/08, a PM ocupava catorze das 31 delegacias do estado. No primeiro dia da greve, o secretário de Segurança tentou negociar a concessão de um aumento de 20% para escrivães e investigadores e 25% para agentes; delegados substitutos (em início de carreira) teriam direito a 17%, e os mais graduados, a 13%. O aumento seria calculado com base no salário mínimo - R\$ 180,00 -, e não incidiria sobre as gratificações, que representavam, até então, 34,8% do salário-base dos policiais. O objetivo do sindicato era elevar o salário de R\$ 540,70 para R\$ 967,24. Em 13/08, o sindicato entregou ao secretário de Segurança uma nova proposta. Os grevistas propunham a incorporação ao salário de apenas duas gratificações: função policial - 60% - e plantão - 43,5%. Em 28/08, o secretário da Segurança afirmou que, a partir daquela data, o ponto dos policiais que não retornassem ao trabalho seria cortado. Ele também ameaçou tomar providências para substituir os grevistas. As negociações entre as partes permaneciam sem resultados. Em 31/08, o funcionamento do Itep voltou ao normal. Os servidores do órgão resolveram aceitar uma proposta feita pelo governo e suspenderam a greve. Pelo acordo, a gratificação de risco de vida aumentava para 100%, o adicional de plantão pago aos médicos legistas foi reajustado em 20%. O restante da Polícia Civil, entretanto, continuou em greve até 04/09. O governo manteve a retirada da gratificação de representação de polícia judiciária - no caso dos delegados, porém, a gratificação foi incorporada aos salários. Ficou acertada a reposição dos dias parados.
observações	
fonte	Agência Estado: 01/08; Agência Folha: 02/08; Tribuna do Norte: 01-03, 07, 14, 16, 25 e 29/08, 01 e 02/09

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Recife/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	23/10/2001 a 23/10/2001
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, isonomia salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam equiparação salarial com os procuradores do Estado.		
encaminhamentos/resultados	A Adeppe (Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco) recebeu uma contraproposta do governo de reajuste de 13% sobre os salários e não mais sobre a gratificação de funções policiais como vinha sendo sugerido anteriormente. Os policiais rejeitaram a proposta e reivindicam um aumento de no mínimo 30%. Apesar da divergência quanto ao percentual do reajuste os grevistas consideraram o movimento vitorioso, pois o governo reabriu o canal de negociação.		
observações			
fonte	Jornal do Comércio de 24/10.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - multiatividade

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais, PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	multiatividade		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	8/5/2002 a 8/5/2002
número de grevistas	0		

horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/sem informação, gratificação por função especial/sem informação, periculosidade/sem informação, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Reivindicavam a reforma do Estatuto dos Policiais Cíveis, a criação do Plano de Cargos e Salários (PCS) da Secretaria da Justiça e aumento das gratificações de risco de vida de 50% para 120% e de função policial de 70% para 100%.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/05, a greve iniciada de manhã foi encerrada à tarde, após acordo entre o governador estadual e o Sindicato dos Policiais Cíveis Penitenciários e Servidores da Secretaria da Justiça. O acordo que seria enviado à Assembléia Legislativa no dia seguinte previa a reforma do Estatuto dos Policiais Cíveis e a criação do PCS da Secretaria da Justiça. Esta previsto o aumento das gratificações de risco de vida de 50% para 100% e de função policial de 70% para 100% para os policiais cíveis e agentes penitenciários; promoções automáticas até a primeira classe, 5% de diferença entre os níveis para as diversas funções e que as gratificações de risco de vida e de função policial do pessoal do quadro de apoio das Secretarias de Segurança e de Justiça passariam a ser chamadas de gratificações de apoio policial, seriam incorporadas às aposentadorias, mas não seriam aumentadas. O acordo passaria a vigorar assim que o projeto de lei fosse aprovado pela Assembléia Legislativa.		
observações			
fonte	O Dia 08 e 09/05.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	14/5/2002 a 17/5/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, condições de trabalho/sem informação, contratação/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os policiais cíveis reivindicavam reajuste salarial de 38% (mesmo percentual concedido aos policiais militares), melhores condições de trabalho e abertura de concurso público.		
encaminhamentos/resultados	Em 14/05, os policiais cíveis deflagraram greve por tempo indeterminado. Quatro dias antes, decisão judicial havia considerado a greve ilegal e estabelecido multa de R\$ 10 mil por dia de greve. Em 17/05, os policiais suspenderam a greve, após o secretário de Estado assumir as negociações e pedir um voto de confiança à categoria.		
observações			
fonte	Jornal da Tarde e A Gazeta 26/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	15/5/2002 a 15/5/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	outros - salários indiretos e auxílios/sem informação, sem informação/descumprimento de acordo, reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	reação - ameaça de demissão		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria exigia pagamento de benefícios e ajustes salariais.		

encaminhamentos/resultados	Em 15/05, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Estado, 70% da categoria aderiu á greve. O delegado-geral da Polícia Civil declarou q ue seria cortado o ponto dos grevistas e seriam exonerados os grevistas que ocupassem cargos de confiança. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal do Comércio 16/05.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	6/6/2002 a 6/6/2002
número de grevistas	600		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	4800
motivo/caráter	sem informação/propositivo, gratificações/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam equiparação salarial com os policiais civis do Distrito Federal e em protesto à suspensão do pagamento de gratificação pelo governo federal.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/06, cerca de 600 policiais civis lotados em 22 municípios do Entorno do Distrito Federal (DF), paralisaram as atividades, em protesto à suspensão do pagamento de gratificação pelo governo federa l. A greve foi decidida em assembléia geral dos servidores. Estão com os braços cruzados agentes de polícia, escrivães, pessoal de carceragem e funcionários dos Institutos Médico-Legais (IML) de Luzin alva e Formosa. O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Entorno do Distrito Federal informa que a categoria optou pela greve por não suportar a defasagem salarial com os colegas de Brasília. Atualmente, segundo ele, um policial civil em início de carreira do DF tem vencimento de R\$ 3,5 mil. Já os servidores goianos que atuam na região recebem salário de R\$ 1.145. Preocupado com os índices de violência da região, o Ministério da Justiça comprometeu-se, na época do lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, em 2000, a equiparar o salário do Entorno com os do DF. Essa isonomia, n unca aconteceu, apesar de ter sido prometida pelo Presidente da Republica. Em agosto de 2000, o Ministério da Justiça passou a pagar uma gratificação de R\$ 813 a todos os servidores, porém três meses depois o benefício foi suspenso. Os policiais ficaram sem a complementação durante 6 meses. Depois desse período, o governo federal passou a pagar um adicional de R\$ 437. O pagamento dessa nova gratif icação durou apenas seis meses. Desde dezembro, assegurou o líder sindical, o benefício não está sendo pago. Hoje, o Ministério da Justiça será comunicado oficialmente do movimento grevista.		
observações			
fonte	O Popular 07/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	3	período da greve	24/6/2002 a 26/6/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, estatuto/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	reação - ameaça de demissão		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A greve foi causada pelo adiamento da votação e aprovação dos projetos de lei, que tratam da Reforma do Estatuto dos Policiais Civis e do Plano de Cargo e Carreira do Pessoal Penitenciário, por parte da Assembléia Legislativa.		

encaminhamentos/resultados	Na manhã do dia 24/06, os policiais civis decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em assembléia geral realizada na sede do Sinpoljuspi. No mesmo dia, os policiais perco rreram todas as Delegacias da Capital, onde afixaram cartazes explicando os motivos da greve e conscientizaram os colegas que estavam de plantão, para também aderirem ao movimento. O Sinpoljuspi e a F enepol garantem que os parlamentares governistas rejeitaram, mais uma vez, requerimento na Comissão de Constituição e Justiça, solicitando regime de urgência para tramitação dos dois projetos naquela casa. Os policiais civis e servidores penitenciários lotaram, por várias vezes, as arquibancadas do plenário da Assembléia, na tentativa de pressionar o líder do governo a apoiar a proposta de encamin hamento, mas não obtiveram êxito. Fato que os deixaram revoltados com os deputados governistas que insistem em prorrogar, para o início do próximo ano, a votação dos projetos. No final da tarde, o del egado-geral da Polícia Civil se reuniu com dirigentes do sindicato, em seu gabinete, tentando evitar a continuidade da greve, mas não conseguiu. Em 25/06, o governador retirou de pauta da Assembléia L egislativa os projetos de lei que tratam do novo estatuto dos policiais civis e do quadro de carreira do pessoal penitenciário, numa represália à greve. Em protesto, o Comando de Greve dos policia s ci vis decidiu liberar a maioria dos presos que permanecia nas celas dos Distritos Policiais e Delegacias Especializadas de Teresina. Mais de 100 presos foram soltos, pois os grevistas se recusaram a reg istrar queixa nos distritos. Segundo o presidente do Sindicato dos Policias Civis e Agentes Penitenciários, a orientação era para que não ficasse nenhum preso no xadrez, somente os infratores de del it os graves, como homicídios e estupro. Em 26/06, os policiais civis e agentes penitenciários ameaçavam inviabilizar o funcionamento da Casa de Custódia, penitenciária de segurança máxima do estado que abriga mais de 500 presos, em protesto a retirada dos prejetos de lei e às declarações de um deputado estadual feitas na TV. O secretário Estadual da Justiça e da Cidadania, afirmou que buscará medida s legais para garantir o funcionamento da Casa de Custódia, mesmo que tenha que cortar pontos de funcionários e demitir agentes penitenciários. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	O Dia 25, 26 e 27/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	25/6/2002 a 25/6/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, condições de trabalho/sem informação, contratação/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis reivindicavam reajuste salarial de 38% (mesmo percentual concedido aos policiais militares), melhores condições de trabalho e abertura de concurso público. Em 17/05, oa policiais en cerraram uma greve iniciada em 14/05, após o secretário de estado assumir as negociações e pedir um voto de confiança à categoria. Entretanto, até então, o governo não havia apresentado nenhuma prop osta, fato que causou nova greve da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/06, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. Em respeito à lei, a categoria afirmou que manteria 30% dos policiais em plantão nas delegacias. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal da Tarde e A Gazeta 26/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	2/7/2002 a 3/7/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	sem informação/propositivo, transporte/sem informação, alimentação/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, promoção/sem informação, sem informação/protesto, condições de trabalho/sem informação, gratificação por função especial/sem informação, gratificações/sem informação
encaminhamentos	resolução - negociação
resultados	sem informação - sem informação
causa	Os policiais civis reivindicavam, entre outros pontos, a reimplantação da gratificação de representação de polícia judiciária, aumento das gratificações de chefia administrativa, gratuidade nos tranportes intermunicipais, gratificação para o policiais que trabalham no interior, aceleração das promoções, retirada dos presos das delegacias e troca das quentinhas servidas aos policiais de plantão por um vale alimentação no valor de R\$ 80.
encaminhamentos/resultados	Nos dias 2 e 3 de julho, os agentes, escrivães e investigadores da Polícia Civil fizeram uma greve de advertência. O secretário de Defesa Social enviou ofício ao delegado Geral da Polícia autorizando o corte dos pontos dos policiais grevistas. Entretanto, os policias se deslocaram normalmente às delegacias, assinaram o livro de ponto, mas cruzaram os braços e não atenderam a população. A president e do Sindicato dos Policiais Civis e Servidores da Segurança Pública (Sinpol/RN) disse que o atendimento ao público funcionou apenas nos casos de prisão em flagrante delito nas delegacias de plantão n as zonas Sul e Norte, além da Delegacia do Cidadão que não paralisou suas funções. O secretário de Defesa Social, disse que estava pronto a receber a categoria desde que não fossem tratadas propostas de reajuste salarial, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitia reajustes. A categoria tinha agendado, no dia 05/07, assembléia para avaliar o movimento e decidir o rumo do movimento.
observações	
fonte	Tribuna do Norte 04/07.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	49	período da greve	28/8/2002 a 15/10/2002
número de grevistas	800		
horas paradas	392	trab. X horas paradas	313600
motivo/caráter	sem informação/descumprimento de lei, desvio de função/sem informação, atraso no pagamento de férias/descumprimento de lei, assistência médica/sem informação, reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, retorno/sem informação, data-base/sem informação, salário-família/sem informação, sem informação/protesto, reforma administrativa/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, manifestação - piquete, manifestação - concentração, reação - repressão policial, reação - desconto salarial, reação - demissão de grevistas, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve legal		
causa	A categoria reivindicava: reajuste salarial de 38%, o mesmo percentual conquistado por delegados e procuradores; pagamento de adicional noturno; melhores condições de trabalho; implantação da data-base; assistência médica; adequação de funções à lei de cargos e salários; reestruturação no Departamento de Polícia Científica.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/08, os policiais civis - com data-base em agosto - iniciaram uma greve por tempo indeterminado. Na noite de 31/08, o Instituto Médico Legal Estácio de Lima foi ocupado por policiais militares. Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol), o governo do estado estava tentando jogar uma polícia contra a outra. Em 02/09, o presidente do sindicato disse que não fechar o Instituto Médico Legal, o Instituto de Identificação e a bomba de combustível era u ma decisão da categoria, que queria um movimento pacífico. Entretanto, alertou que o governo havia iniciado o processo de radicalização com o afastamento de policiais grevistas. No mesmo dia, a catego ria realizou um ato público na Praça dos Martírios e a greve expandia-se para o interior. O secretário de Defesa Social anunciou o corte do ponto dos grevistas. Em 10/09, a bomba que fornece combustív el para as viaturas da Polícia Civil foi lacrada por ordem da direção do Sinpol e uma reunião entre o sindicato e o governo terminou sem acordo. Em 12/09, os policiais civis em assembléia deliberaram suspender o lavramento de Termo Circuns tanciado de Ocorrência, deixando apenas a realização de flagrante nas delegacias. Em 13/09, a greve foi considerada legal, o juiz indeferiu o pedido de ilegalidade feito pelo governo do Estado, mas pe rmitiu o desconto dos dias parados nos vencimentos dos servidores. Em 17/09, o presidente do Sindpol acusou a cúpula da Defesa Social de reprimir a greve e advertiu que não se responsabilizaria por at ritos entre os policiais. Em 21/09, segundo o sindicato, a adesão à greve era de 80% na capital e 70% no interior, com aproximadamente 800 policiais civis de braços cruzados em sinal de apoio à greve. Em 15/10, em assembléia realizada durante a manhã, na Praça dos Martírios, os policiais civis decidiram manter o movimento paredista. Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas, a categoria chegou até a admitir que pelo desgaste do movimento a greve poderia acabar. Mas, após reunião com o chefe do gabinete civil do governador, os policiais decidiram que somente na próxima assembléia, agendada p ara o dia 18/10, poderiam decidir algo. O líder dos policias ressaltou que, apesar da classe ter conquistado 16%, 1/3 das férias de 2001 e 2002, além da promessa de que até novembro receberia o salári o-família, os policiais não esmoreceriam e permaneceriam parados até o efetivo atendimento das reivindicações. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas 03, 11, 12, 14, 18 e 22/09; e 15 e 16/10.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	23/12/2002 a 24/12/2002
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam o pagamento do salário de novembro e de quatro parcelas da dívida referente à retenção de 20% dos vencimentos (o chamado contingenciamento).		
encaminhamentos/resultados	No início da tarde do dia 23/12, os policiais civis pararam de trabalhar e passaram a atender somente casos de emergência. O Sindicato dos Policias Cívis (Sindipol) informou que a categoria ficaria de braços cruzados até o dia 31/12, caso o governo do Estado não pagasse a dívida com a categoria até 27/12. A Secretaria da Fazenda não havia cumprido a promessa de pagar três parcelas do salário dos servidores públicos, o que revoltou os funcionários. Em 24/12, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Agora 24/12; Jornal da Tarde 25/12.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	6	período da greve	23/4/2003 a 28/4/2003
número de grevistas	0		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, invalidez/seguro de vida/sem informação, estatuto/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, resolução - negociação, manifestação - passeata		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	As categorias reivindicavam o encaminhamento à Assembléia Legislativa dos projetos de reforma do Estatuto dos Policiais Cívis e Plano de Cargos e Salários dos penitenciários até janeiro de 2004; e aumento da gratificação de risco de vida de 50% para 100% até setembro de 2003.		
encaminhamentos/resultados	Na manhã de 23/04, durante assembléia geral realizada na sede do Sindicato dos Policiais Cívis e Penitenciários e Servidores da Secretaria da Justiça (Sinpoljuspi), os policiais civis e penitenciários decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A decisão ocorreu depois que o governador do Estado negou encaminhar os projetos de reforma do Estatuto dos Policiais Cívis e Plano de Cargos e Salários dos penitenciários. Após a assembléia geral, os policiais saíram em passeata até o Palácio de Karnak. Uma comissão foi recebida pelo governador que rejeitou o pedido da categoria, sob a alegação de que a folha não poderia ser mais onerada. Em 25/04, a Procuradoria Geral do Estado solicitou ao juiz da 1a. Vara da Fazenda de Teresina que determinasse o cumprimento de sua decisão, do ano anterior, de declarar a greve na segurança pública ilegal, sob multa de R\$ 5 mil ao Sinpoljuspi a cada dia de manutenção da greve. Com isso o Estado teria o direito de descontar os dias parados dos policiais grevistas. Em 28/04, foi concedida liminar considerando a greve dos policiais ilegal, o sindicato declarou que entraria com um agravo de instrumento e só terminaria a greve em assembléia da categoria. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	O Dia 24/04.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	30	período da greve	29/5/2003 a 27/6/2003
número de grevistas	0		
horas paradas	240	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, noturno/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicavam reajuste salarial e adicional noturno.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/06, a categoria decidiu pela volta às atividades em assembléia geral, porque entendeu que houve avanços nas negociações com o governo do Estado. O principal deles, segundo avaliou o vice-presidente do sindicato da categoria, era o reenquadramento do pessoal, o que beneficiaria os policiais de todos os níveis. Além disso, o governo garantiria um reajuste de 6% nos salários e estava estudando a implantação de oito adicionais noturnos fixos para cada policial, o que representaria, por exemplo, um acréscimo de aproximadamente R\$ 300 no contracheque do policial iniciante. Representantes do sindicato aguardavam uma reunião com o vice-governador em 01/07, quando receberiam a resposta oficial do governo sobre a proposta dos adicionais. Essas reivindicações, como esclareceu o vice-presidente do sindicato, eram referentes a data-base de 2002. Em agosto, a categoria retomaria a mobilização para negociar com o governo as reivindicações referentes à data-base de 2003. A partir de 30/06, as atividades em delegacias e órgãos da Secretaria de Defesa Social voltariam à normalidade.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas 05 e 28/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	11	período da greve	16/6/2003 a 26/6/2003
número de grevistas	0		
horas paradas	88	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, estatuto/sem informação, seleção interna/externa/sem informação, horas extras/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação, alimentação/sem informação, ajuda de custo/sem informação, reajuste salarial/sem informação, noturno/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	O principal ponto da pauta de reivindicações era a aprovação do Estatuto da Polícia Civil pela Assembléia Legislativa (que incluía negociação do reajuste salarial e do PCS). O estatuto fora elaborado por uma comissão formada por agentes, escrivães e delegados, no ano anterior, mas não havia sido enviado à Assembléia Legislativa ainda. O documento estabelecia os direitos e deveres dos policiais pot iguares, que eram os únicos do país sem regulamentação. O estatuto era um dos pontos fundamentais para que o Estado aderisse ao Sistema Único de Segurança Pública. As demais reivindicações eram as seguintes: substituição das quentinhas por vale-alimentação; pagamento de adicional noturno para plantonistas; pagamento de horas extras para plantonistas; retirada dos prisioneiros das delegacias; retirada das delegacias de pessoas não pertencentes aos quadros da Polícia Civil, exercendo atividade de Polícia Judiciária; pagamento das diárias operacionais restantes de 2002.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/06, o Sindicato da Polícia Civil (Sinpol) divulgou que a adesão à greve nas delegacias de Natal foi de 100%. O secretário da Defesa Social afirmou que o Governo do Estado estava aberto às negociações. Entretanto, segundo ele, havia pontos no Estatuto apresentado pelo Sinpol que precisavam ser revistos, pois itens como reajuste salarial e Plano de Cargos e Salários não podiam constar em uma Lei Orgânica, como era o caso do Estatuto dos Policiais Cíveis. Quanto à retirada dos presos das delegacias informou que dentro de 90 dias a Secretaria de Defesa Social retiraria os presos das carceragens. O secretário ratificou a disposição do governo em chegar a um consenso com os policiais civis sobre o vale-alimentação, e o pagamento de adicional noturno e horas extras para os plantonistas. Em 21/06, o presidente do Sinpol definiu como truculenta e abusivas as determinações do secretário da Defesa Social de recolher viaturas e armas e cortar o ponto dos grevistas. Em 23/06, o governador pediu aos policiais que voltassem ao trabalho e prometeu aos agentes, escrivães e delegados encaminhar - no mês de agosto - à Assembléia Legislativa a proposta de criação de um estatuto para a categoria. Em 25/06, os agentes e escrivães de Mossoró aderiram à greve da categoria. Em 26/06, os agentes e escrivães da Polícia Civil decidiram em assembléia suspender a greve em 30/06, atendendo o governo estadual que pedira prazo de até a primeira semana de agosto para formalizar uma proposta financeira à categoria. Posicionamento semelhante tomaram os delegados ao optarem em dar tempo para que o governo estudasse as reivindicações. O acordo para suspender a paralisação seria assinado dia 27/07 de manhã. Entretanto, a categoria ameaçava voltar a cruzar os braços caso nada de		

	concreto fosse acordad o.
observações	
fonte	Diário de Natal 17, 18, 21 e 27/06; Tribuna do Norte 26/06.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	17/11/2003 a 20/11/2003
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - piquete		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	O Sidpol (sindicato da categoria) não concordava com a redação do Estatuto dos Policiais Civis que o governo pretendia apresentar à Assembléia Legislativa. Segundo a entidade, o texto final da lei era diferente do negociado, privilegiava os delegados e impedia o fortalecimento da corporação.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/11, os policiais civis deflagaram greve. Em 20/11, depois de esperarem , em vão, por uma audiência com a governadora ou com o secretário de Defesa Social, os grevistas foram para oposto de combu stíveis que servia aos carros oficiais, no Centro Administrativo de Lagoa Nova, e barraram o acesso às bombas de gasolina. Somente as ambulâncias foram liberadas para abastecer. Após algumas horas as bombas foram liberadas. Nesta data a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Diário de natal 12, 19, 20, 21/11; Tribuna do Norte 18/11.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	14/1/2004 a 17/1/2004
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava, ao governo federal, a assinatura da medida provisória que equipararia o salário da categoria ao dos agentes federais.		
encaminhamentos/resultados	No primeiro dia da greve, foram registrados apenas os flagrantes e casos de crimes hediondos. Em 16/01, para tentar manter o atendimento, o governo distrital convocou funcionários temporários. No dia seguinte, as ocorrências de furto e roubo de veículos voltaram a ser realizadas. Nesta data, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Diário de São Paulo, 17/01; Correio Braziliense, 18/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	17/3/2004 a 18/3/2004
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/descumprimento de lei, horas extras/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - acampamento		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava, entre outras coisas, reajuste salarial de mais de 70% e pagamento de horas extras.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/03, durante assembléia geral, os policiais decidiram realizar uma greve de advertência de 48 horas. Em 18/03, manifestação dos policiais impediu a solenidade de entrega de veículos e lanchas ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) que seria realizada em frente ao Palácio do Governo. Os grevistas montaram acampamento no local e passaram toda a manhã realizando discursos de protesto. O presidente do Sindicato da Polícia Civil informou que a maioria das delegacias de Maceió e a delegacia de Satuba aderiram à paralisação.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas, 19/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	14/4/2004 a 14/4/2004
número de grevistas	960		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	7680
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, alimentação/sem informação, turno/escala de revezamento/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial, aumento do valor do vale-refeição diário de R\$ 6 para R\$ 12 e a volta da escala de 24 horas de trabalho para 72 horas de descanso.		
encaminhamentos/resultados	Segundo o Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado, 80% dos 1.200 policiais das delegacias especializadas aderiram à greve.		
observações			
fonte	Jornal do Brasil, 15/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	1/5/2004 a 1/5/2004
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	segurança pública/protesto, sem informação/protesto, sem informação/propositivo, sem informação/manutenção de condições vigentes, gratificação por função especial/sem informação, reajuste salarial/sem informação
encaminhamentos	manifestação - vigília
resultados	sem informação - sem informação
causa	Entre as reivindicações da categoria estavam o retorno da gratificação da atividade policial, o fim do congelamento dos vencimentos e o cumprimento da lei orgânica.
encaminhamentos/resultados	Por toda a noite e madrugada de 01/05, uma comissão formada por integrantes do Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol), União dos Policiais Cíveis (Unipol) e Sindicato dos Escrivães de Polícia (Seapol) ficou em vigília na Delegacia Plantonista, em Aracaju. Nessa data, a greve prosseguia.
observações	
fonte	Jornal da Cidade, 01-02/05

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	7/5/2004 a 10/5/2004
número de grevistas	1190		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	38080
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, legislação/protesto, redução salarial/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, sem informação/protesto		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	Protestavam contra a Lei 72/2000, que reequadrava os policiais por classe segundo o grau de escolaridade (classe A, ensino fundamental, classes B e C, ensino médio e classe E, ensino superior). Com a nova classificação, 755 policiais que só tinham o ensino fundamental e estavam nas classes B, C e E voltaram a pertencer à classe A, o que implicava redução de até 54% em seus salários.		
encaminhamentos/resultados	A polêmica envolvendo os proventos dos agentes da Polícia Civil de Mato Grosso começara em 2001. Segundo o Sindicato dos Agentes Policiais de Mato Grosso (Siagespoc), toda a categoria aderiu à greve - à exceção de 30% do efetivo, como exigia a lei. Em 09/05, a Justiça decretou a ilegalidade da greve e multa diária de R\$ 10 mil ao sindicato em caso de descumprimento da decisão. Ainda assim, os policiais decidiram prosseguir em greve.		
observações			
fonte	A Gazeta: 08-11/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	8	período da greve	17/5/2004 a 24/5/2004
número de grevistas	0		
horas paradas	64	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, segurança pública/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação, abono salarial/sem informação, ATS - Adicional por Tempo de Serviço/sem informação, contratação/sem informação, sem informação/protesto, promoção/sem informação, outros - relações de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	resolução - justiça do trabalho		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam, entre outros itens: reestruturação do sistema de promoções da Polícia Civil, com o retorno das promoções por tempo de serviço e mérito; implantação dos subsídios (nos termos do art. 144, parágrafo 9o. da Constituição Federal), tornando o vencimento dos delegados de última classe (delegados especializados) equivalente ao teto do Poder Executivo, tornando o vencimento dos delegados da 3a. classe 5% menor que o dos		

	delegados especializados, o vencimento dos delegados de 2a. classe 10% menor que o dos especializados e o vencimento dos da 1a. classe 15% menor que o dos especializados ; inamovibilidade para os delegados nos moldes da magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública; imediata retirada dos presos provisórios das delegacias de polícia, encaminhando-os para instituições carcerárias adequadas; reestruturação de todas as delegacias municipais no interior do estado; retirada dos Policiais Militares das delegacias e agilização da conclusão do concurso para inspeto res.
encaminhamentos/resultados	Em 24/05, após algumas tentativas de negociação fracassadas, o governo do estado ingressou com pedido de ilegalidade da greve. Nessa data, o movimento prosseguia.
observações	
fonte	Diário do Nordeste: 17 e 25/05; O Povo: 23/05

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	67	período da greve	8/6/2004 a 13/8/2004
número de grevistas	1680		
horas paradas	536	trab. X horas paradas	900480
motivo/caráter	sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	reação - repressão policial, resolução - decisão judicial, manifestação - ocupação		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 75%.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/06, os policiais civis iniciaram greve de advertência de 72 horas, mas, em 11/06, decidiram continuar a paralisação por tempo indeterminado. Segundo o sindicato, a adesão ao movimento era de 80% dos 2.100 membros da categoria. Em 21/06, os grevistas, com apoio da Federação dos Policiais Federais e do Sindicato da Polícia Federal do Estado, ocuparam a porta do palácio do governo, impediram a solenidade de troca da guarda e, com tiros de rojão, cobraram a presença do governador para negociar o reajuste salarial. Em 02/07, a Justiça reconheceu o direito de greve dos policiais civis, mas det erminou o desconto dos dias parados. Em 05/07, um pelotão da Polícia Militar impediu o acesso dos policiais civis grevistas à Praça dos Martírios. Eles tentavam ocupar a praça pela terceira segunda-fe ira consecutiva. Diante da resistência da PM, os grevistas tomaram a rua Melo Moraes, bloqueando o trânsito no centro da cidade. Em 12/08, a Justiça considerou a greve ilegal, determinou o retorno ime diato ao trabalho e estipulou multa diária de R\$ 5 mil ao Sindpol, em caso de descumprimento da decisão. Em 13/08, o Sindipol anunciou que a greve deveria prosseguir até 18/08, quando ocorreria assemb léia para decidir os rumos do movimento.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 09/06 e 14/08; O Globo: 22/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	7	período da greve	8/6/2004 a 14/6/2004
número de grevistas	2000		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	112000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, atraso de 13º/descumprimento de lei, reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - piquete, resolução - decisão judicial, reação - ameaça de demissão, resolução - formação de comissão, resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	Os policiais civis e agentes penitenciários do estado reivindicavam reajuste salarial, implantação do Plano e Cargos e Salários (PCS) e pagamento do 13o. salário do ano anterior.		

encaminhamentos/resultados	Em 09/06, a Justiça Estadual decretou a greve ilegal e estabeleceu multa de R\$ 5 mil por dia ao sindicato, caso o movimento não fosse encerrado. Em 11/06, o governo do estado decretou estado de emergência na segurança pública em consequência da paralisação, e conseguiu do Ministério da Defesa o envio de 500 homens do Exército para fazer a segurança nas ruas. Também autorizou a abertura de inquérito e instauração de sindicâncias para expulsar da Polícia Civil os membros que não vinham recebendo presos levados às Delegacias pela Polícia Militar. Houve piquetes nas penitenciárias. Em 12/06, o governo abriu negociações com os grevistas. Durante a reunião, foi criada uma comissão com representantes dos grevistas e do governo. Em 14/06, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal do Comércio: 09/06; Diário de Pernambuco: 10, 12 e 15/06; O Dia: 13 e 14/06; O Globo: 12/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	sem informação
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	26/6/2004 a 27/6/2004
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/protesto, segurança pública/protesto, contratação/sem informação, sem informação/propositivo, isonomia salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de segurança/sem informação, promoção/sem informação, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	As principais reivindicações da categoria eram: reestruturação do sistema de promoções da Polícia Civil, com o retorno das ascensões por tempo de serviço e mérito; implantação dos subsídios (nos termos do art. 144, parágrafo 9º da Constituição Federal), equiparando os vencimentos dos delegados de última classe (especializados) ao teto do Poder Executivo, sendo os da terceira, segunda e primeira classes escalonados - em valores 5%, 10% e 15% inferiores ao teto, respectivamente; inamovibilidade para os delegados nos moldes da magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública; imediata retirada dos presos provisórios das delegacias de polícia, encaminhando-os para instituições carcerárias adequadas; recriação de todas as delegacias municipais no interior do estado; retirada dos policiais militares das delegacias e agilização da conclusão do concurso para inspetores.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/06, os policiais civis permaneciam em greve.		
observações			
fonte	O Povo, 28/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	15	período da greve	3/9/2004 a 17/9/2004
número de grevistas	378		
horas paradas	120	trab. X horas paradas	45360
motivo/caráter	sem informação/propositivo, condições de segurança/sem informação, gratificações/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicavam reajuste nas gratificações de desempenho pericial e de plantão, além de mais segurança no trabalho noturno. Segundo o Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol), as gratificações estavam congeladas desde 2001.		
encaminhamentos/resultados	Segundo os cálculos do Sinpol, o reajuste reivindicado nas gratificações dos 378 servidores do quadro efetivo representaria R\$ 168 mil a mais na folha salarial. Em 17/09, durante reunião entre o sindicato e o governo, foi proposto aos grevistas um suplemento de até R\$ 140 mil na folha salarial da categoria. Os sindicalistas se comprometeram a calcular quanto a proposta representaria em ganhos individuais e marcaram nova reunião com o secretário da Justiça para 20/09. Até lá, a greve prosseguiria.		

observações	
fonte	Tribuna do Norte, 09/09; Diário de Natal: 03, 10 e 18/09

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Goiás/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	17	período da greve	16/5/2005 a 1/6/2005
número de grevistas	0		
horas paradas	136	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/propositivo, outros - salários indiretos e auxílios/sem informação, reajuste salarial/sem informação, qualificação profissional/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os agentes e escrivãos da Polícia Civil reivindicavam vencimentos de R\$ 2,2 mil, equivalentes a metade do salário pago aos delegados.		
encaminhamentos/resultados	Segundo a União Goiana dos Policiais Civis (Ugopoci), o movimento teve adesão de 100% dos agentes e escrivãos em pelo menos 14 regionais do estado. Em 01/06, os policiais decidiram retornar ao trabalho após aceitarem a proposta da Agência Goiana de Administração (Aganp), que previa reajuste de 40% parcelado em quatro vezes, entre maio/2005 e janeiro/2007. Com a incorporação integral do reajuste, o vencimento básico dos policiais em início de carreira (terceira classe) passaria de R\$ 1.257,00 para R\$ 1.707,50. A proposta incluía o envio de um plano de cargos e salários (PCS) da categoria à Assembleia Legislativa, a criação da Gerência de Serviço Social na Polícia Civil e a abertura de vagas no curso de Gestão em Segurança Pública para os policiais que não tivessem curso superior.		
observações			
fonte	O Popular: 17/05, 02 e 03/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	30/6/2005 a 30/6/2005
número de grevistas	7350		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	58800
motivo/caráter	isonomia salarial/sem informação, sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - ocupação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 69% e isonomia salarial.		
encaminhamentos/resultados	O estado anunciara um reajuste salarial de 17% em cinco vezes. Em 30/06, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. Cerca de 300 grevistas ocuparam a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) depois de realizarem uma passeata pelo centro da cidade. Nessa data, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Cruzeiro do Sul e Diário do Amazonas: 01/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	29/8/2005 a 29/8/2005
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, sem informação/propositivo, sem informação/protesto, reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Segundo a associação da categoria, algumas delegacias do interior ainda usavam máquinas de escrever e tinham suas contas pa gas pelas prefeituras.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/08, os delegados da polícia civil deflagraram greve de 48 horas. A categoria ameaçava radicalizar o movimento caso as reivindicações não fossem atendidas até 26/09. Em 28/08, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte	O Globo: 30/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	35	período da greve	21/9/2005 a 25/10/2005
número de grevistas	0		
horas paradas	280	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	noturno/sem informação, isonomia salarial/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/descumprimento de lei, data-base/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis reivindicavam adicional noturno, equiparação salarial e o cumprimento da lei que estabelecia a data-base da categoria em agosto.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/09, após o governador cancelar uma audiência com o Sindicato dos Policiais Cíveis (Sindpol), a categoria deflagrou greve por tempo indeterminado. Em 23/09, o Sindpol informou que a adesão ao movimento era de 100%. Em 29/09, os grevistas fecharam uma das pistas da Avenida Fernandes Lima, nas imediações da delegacia de plantão I, no Farol. Em 25/10, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 24, 29, 30/09, 15/10 e 26/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	12	período da greve	9/1/2006 a 20/1/2006
número de grevistas	2000		

horas paradas	96	trab. X horas paradas	86400
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 100%.		
encaminhamentos/resultados	Em 09/01, os cerca de 800 delegados da Polícia Civil deflagraram greve por tempo indeterminado. Em 20/01, os demais policiais civis paralisaram as atividades por 24 horas. Aproximadamente 1.200 polici ais aderiram ao protesto que encerrou a greve dos delegados.		
observações			
fonte	Globo Online: 10-12/01; Contato direto com Sindpoc/BA: 05/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	28	período da greve	16/1/2006 a 12/2/2006
número de grevistas	1700		
horas paradas	224	trab. X horas paradas	380800
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, promoção/sem informação, noturno/sem informação, piso salarial/sem informação, sem informação/propositivo, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindicava: equiparação dos salários com os dos outros servidores com nível superior (R\$ 3.600); reajuste do piso salarial de R\$ 1.273 para R\$ 2.500; reestruturação da tabela salarial; p romoções; e adicional noturno.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/01, os 1.400 investigadores e 300 escrivães da Polícia Civil deflagraram greve por tempo indeterminado. No mesmo dia, a Justiça declarou o movimento ilegal e determinou o retorno imediato ao tra balho, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil ao Sindicato dos Agentes Policiais Cívis e Carcerários de Mato Grosso (Siagespoc/MT). Ainda assim o sindicato anunciou que a greve prosseguiria, mantidos a penas os serviços essenciais, e que recorreria a outras instâncias judiciais. Em 27/01, houve reunião de negociação entre o Siagespoc/MT, o governador e cinco deputados estaduais. Em 30/01, durante no va reunião, o governador avisou que só retomaria os diálogos após a suspensão da greve. Em 05/02, o Superior Tribunal Federal (STF) confirmou a ilegalidade do movimento. Em 12/02, a categoria decidiu suspender a paralisação para que as negociações fossem reabertas.		
observações			
fonte	Folha do Estado: 18, 19, 21, 28 e 31/01 e 06, 08 e 13/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	31/1/2006 a 1/2/2006
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, noturno/sem informação, horas extras/sem informação, reajuste salarial/sem informação, data-base/sem informação, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - piquete		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 40%, equiparação salarial entre policiais especiais e operacionais (o governo pagava R\$ 1.330 aos primeiros e R\$ 950 aos segundos), fixação de data-base e m agosto e pagamento de horas extras e adicional noturno.		

encaminhamentos/resultados	Em 01/02, os grevistas fecharam a bomba de combustível ao lado da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos no bairro do Jacintinho, em Maceió. Nessa data, a paralisação continuava.
observações	
fonte	Gazeta de Alagoas: 02/02

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	9	período da greve	16/3/2006 a 24/3/2006
número de grevistas	12600		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	907200
motivo/caráter	sem informação/propositivo, sem informação/protesto, reforma da previdência/protesto, alimentação/sem informação, reforma administrativa/protesto, condições de trabalho/sem informação, turno/escala de revezamento/sem informação, reajuste salarial/sem informação, horas extras/sem informação		
encaminhamentos	resolução - formação de comissão, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - pagamento dos dias parados		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 35%; pagamento de auxílio-alimentação para os policiais que recebiam mais de R\$ 1.500,00; pagamento de horas extras; incorporação ao salário de 25% referentes às escalas especiais e pagamento do adicional durante afastamentos; melhores condições de trabalho; redução da aposentadoria por tempo de serviço de 35 para 30 anos no caso dos homens e de 30 par a 25 anos entre as mulheres; e reestruturação da Polícia Civil.		
encaminhamentos/resultados	Durante a greve, os serviços essenciais eram mantidos por 30% dos 1.800 policiais. Mesmo assim, a Justiça determinou a suspensão imediata do movimento, definindo uma multa diária de R\$ 50 mil a ser imposta à Associação da Polícia Civil do Espírito Santo em caso de descumprimento da decisão. Em 24/03, representantes do governo e dos policiais chegaram a um acordo que previa reajuste salarial de 8%; implantação de banco de horas; pagamento de benefício financeiro durante afastamentos por acidente de trabalho; estudo da aposentadoria especial para a categoria; formação de comissão para estudar a estruturação da Polícia Civil; e não-desconto dos dias parados. Além disso, a categoria se beneficiou com a concessão de auxílio-alimentação de R\$ 176,00 para todos os servidores públicos estaduais.		
observações	Palavra-chave: gênero		
fonte	A Gazeta: 17, 18 e 25/03; Portal Gestão Sindical: 20/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	3	período da greve	20/3/2006 a 22/3/2006
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial		
resultados	sem informação - sem informação, justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindicava aumento salarial e vinculação dos salários dos agentes aos dos delegados.		
encaminhamentos/resultados	A Justiça julgou a greve ilegal. Em 22/03, os trabalhadores fizeram uma assembléia seguida de ato de protesto. Nessa data, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte	Portal Gestão Sindical: 23/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	3	período da greve	20/3/2006 a 27/3/2006
número de grevistas	8800		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	140800
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava a implantação do projeto de reescalonamento salarial, que previa reajustes médios de 50% a 60%.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/03, os policiais civis começaram greve de 48 horas. Em 21/03, segundo o Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Rio de Janeiro (Sindipol/RJ), o movimento atingiu por volta de 80% das delegacias do estado, que contava com cerca de 11 mil policiais. Em 27/03, a categoria voltou a interromper as atividades. A nova mobilização estava programada para durar cinco dias.		
observações	Não foi possível averiguar se a retomada do movimento teve a duração prevista.		
fonte	Globo Online: 20/03; Folha do Estado: 28/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	29	período da greve	21/3/2006 a 18/4/2006
número de grevistas	55000		
horas paradas	232	trab. X horas paradas	4400000
motivo/caráter	contratação/sem informação, gratificação por função especial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/descumprimento de decisão judicial, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - justiça do trabalho, manifestação - concentração, reação - repressão policial, manifestação - passeata, resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis, médicos legistas e peritos criminais do estado reivindicavam aumento da gratificação de função policial, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF); reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) da categoria; realização de concursos; e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	O governo propunha reajuste salarial de 10%. Em 21/03, os 55 mil membros da categoria fizeram uma paralisação de advertência de 24 horas e, no dia seguinte, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. Em 24/03, os delegados de polícia aderiram ao movimento. No Instituto Médico Legal (IML), os funcionários vinham restringindo a entrada de número de necropsias diárias. O governo acionou a Justiça para agilizar a liberação dos cadáveres. Durante a madrugada de 26/03, cerca de 50 policiais militares ocuparam a sede do IML para liberar corpos acumulados. A PM deixou o prédio no fim da tarde, após governo e grevistas acordarem a liberação de 20 corpos por dia. Em 27/03, os grevistas fizeram passeata seguida de manifestação em frente ao Palácio do Governo. Em 30/03, os policiais civis fecharam acordo com o governo e se retiraram da greve. O governo condicionava a reabertura das negociações ao final da paralisação. Em 18/04, porém, o movimento prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal do Comércio: 23, 25/03 e 01/04; Folha do Estado: 28, 29/03 e 19/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	sem informação
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	30/4/2006 a 30/4/2006
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava a implantação do projeto de reescalonamento salarial, com reajuste médio de 50% a 60%.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/04, a greve estava em andamento.		
observações	A fonte não identifica a data de início da paralisação nem informa se o movimento prosseguiu em maio.		
fonte	Jornal do Sintufrrj: 01 a 07/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	8	período da greve	22/6/2006 a 29/6/2006
número de grevistas	6000		
horas paradas	64	trab. X horas paradas	384000
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, resolução - negociação, manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria exigia a publicação da Medida Provisória que permitiria um reajuste salarial de 18%.		
encaminhamentos/resultados	Cerca de 6 mil policiais civis aderiram ao movimento por tempo indeterminado. Em 23/06, os grevistas fizeram passeatas e manifestações nas ruas da capital. Houve reunião de negociação entre representantes dos grevistas e do governo federal. Em 29/06, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal de Brasília: 24/06; Correio Braziliense: 28 e 30/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	31/7/2006 a 3/8/2006
número de grevistas	330		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	10560
motivo/caráter	sem informação/propositivo, contratação/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, gratificação por função especial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		

resultados	sem informação - sem informação
causa	A categoria reivindicava: retorno do pagamento da gratificação de R\$ 276 para quem trabalhava no Entorno, suspensa havia dois meses; contratação de mais 100 delegados, 100 escrivães e 500 agentes; e renovação e aumento da frota de veículos.
encaminhamentos/resultados	Em 31/07, os 330 policiais civis dos 19 municípios goianos da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) deflagraram greve por tempo indeterminado. Em 03/08, houve reunião de negociação entre as partes. O secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás pediu prazo de duas semanas para atender as reivindicações da categoria. Os grevistas decidiram os rumos do movimento no dia seguinte. A greve prosseguia.
observações	
fonte	Correio Braziliense: 03 e 04/08

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	13/3/2007 a 14/3/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	gratificações/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindicava regularização das gratificações.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/03, os policiais civis e agentes penitenciários entraram em greve. A Polícia Civil atuou apenas em casos de crimes hediondos e flagrantes. Boletins de ocorrência não foram feitos. Nos presídios, foi mantido apenas o serviço de alimentação. Em 15/03, os grevistas se juntaram aos demais servidores estaduais na paralisação unificada em protesto contra: o projeto de reforma administrativa do governo do Estado - que transformava empresas públicas em autarquias e alterava o estatuto dos funcionários estaduais -; o fim da licença-prêmio; e as mudanças nas regras de liberação de dirigentes sindicais em empresas públicas (ver registro nº 18150). Os manifestantes foram recebidos pelo secretário de Governo, que prometeu estudar as reivindicações.		
observações	Para evitar dupla contagem, nesse registro considerou-se apenas as reivindicações específicas dos policiais civis e agentes penitenciários. As reivindicações gerais dos servidores estaduais foram classificadas no registro nº 18150.		
fonte	Folha Online: 16/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	16/4/2007 a 16/4/2007
número de grevistas	4200		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	33600
motivo/caráter	sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava que o governo distrital enviasse à Casa Civil da Presidência da República o pedido de correção do Fundo Constitucional do DF em 14,14%, o que possibilitaria reajustar os salários da categoria no mesmo percentual, dado que o pagamento dos servidores da Segurança Pública do Distrito Federal era oriundo desse fundo.		
encaminhamentos/resultados	Cerca de 70% dos seis mil policiais civis aderiram à greve. Em reunião entre governistas e sindicalistas, foi definido que o governo apresentaria à Casa Civil da Presidência da República a proposta de reajuste do Fundo Constitucional do DF em 14,14% entre os dias 18 e 19/04. A categoria analisaria o compromisso do governo distrital durante assembleia a ser realizada no dia seguinte. Enquanto isso a greve continuava.		

observações			
fonte	CORREIO BRAZILIENSE: 16/04; JORNAL DE BRASÍLIA: 16 e 17/04		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	79	período da greve	2/5/2007 a 19/7/2007
número de grevistas	2250		
horas paradas	632	trab. X horas paradas	1422000
motivo/caráter	seleção interna/externa/sem informação, sem informação/manutenção de condições vigentes, órgão de seguridade/sem informação, sem informação/propositivo, contratação/sem informação, condições de trabalho/sem informação, reajuste salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindicava salário de R\$ 2.809,21 para soldado e agente. Além disso, reclamava da falta de profissionais, da falta de reconhecimento da categoria e das más condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	O governo propunha reajuste de 33% escalonado em três anos, de forma que o piso de R\$ 1.333,90 fosse reajustado para R\$ 1.467,29 em outubro/2007 e em mais 20% nos dois anos seguintes. Em 02/05, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. Em 10/05, a paralisação atingiu praticamente todos os serviços. Neste dia, que ficou conhecido como o do apagão da segurança pública, cerca de 70 policiais doaram sangue no Hemominas. Em 11/05, os grevistas realizaram panfletagem no Calçadão da Rua Halfeld para explicar à população os objetivos e pretensões do movimento. Em 13/05, dia do policial civil, a categoria fez manifestação em frente a Assembleia Legislativa e promoveu uma grande campanha pela doação de sangue, atendendo ao chamado do Hemominas. O Sindpol denunciou que o forte cerco do governador sobre os meios de comunicação no estado resultava na ausência de notícias das mobilizações dos servidores estaduais. O sindicato também disse que a greve já contava com adesão de 30% da categoria, formada por cerca de 7.500 policiais. Em 19/07, a categoria suspendeu a greve temporariamente, substituindo-a pelo que chamaram de estado permanente de insatisfação". Tal decisão foi tomada em confiança às palavras do secretário de governo, que recebeu a seguinte pauta mínima da categoria: envio a Assembleia Legislativa de MG (ALMG) de projeto de lei que estabeleça a exigência do nível superior para as carreiras de Agente e Escrivão de polícia; solicitação à base governista na ALMG que vote a favor da PEC 14/07 (carreira jurídica para os delegados da polícia); retirada do projeto de lei que unificava o IPISM ao IPSEMG; e criação de um calendário de discussão entre a área técnica do governo e as entidades de classe, para implementação do subsídio ainda durante aquele governo.		
observações			
fonte	Folha Online: 27/04; Hoje em Dia: 11/05; Vermelho Portal (online): 14/05; Acessa.com (online): 02 e 15/05; 11/07; Sindipol/MG (online): 20/07		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	5/5/2007 a 5/5/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	alimentação/sem informação, condições de higiene/sem informação, seleção interna/externa/sem informação, abertura de negociação/sem informação, reajuste salarial/sem informação, EPI - Equipamento de Proteção Individual/sem informação, sem informação/propositivo, contratação/sem informação, gratificações/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	A categoria reivindicava a abertura de negociações para reestruturação dos pagamentos, incorporação das gratificações nos salários base dos escrivães (R\$ 639,39) e dos agentes e auxiliares (R\$ 380), d descongelamento das gratificações e exigência de nível superior para os agentes com abertura de novo concurso público. Além disso, os policiais civis reclamavam de falta de pessoal, armamento, coletes, alimentação digna, artigos de higiene pessoal e limpeza.
encaminhamentos/resultados	O governo oferecia reajuste salarial de 2,96%. Os policiais civis fizeram greve de advertência por 24 horas.
observações	
fonte	Jornal da Cidade: 05/05

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	9/5/2007 a 10/5/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	redução salarial/sem informação, sem informação/protesto, legislação/protesto, gratificações/sem informação, sem informação/descumprimento de lei		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindicava a revogação do Projeto de Lei 080/2007, aprovado pela Assembléia Legislativa. O projeto reduzia o vencimento dos servidores e atingia as gratificações e adicionais.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/05, policiais civis, peritos e agentes penitenciários iniciaram paralisação de advertência de 48h na capital Maranhense. Apenas 30% do efetivo foi mantido. Em 09/05, a categoria decidiu aguardar a folha suplementar prometida pelo governo para voltar a discutir a possibilidade de greve por tempo indeterminado. Em 16/08, a Lei 8.592/2007 foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal F ederal (STF).		
observações			
fonte	Zill O Portal do Maranhão (online): 08/05; O Estado do Maranhão: 10, 15/05; Site do Centro de Mídia Independente: 05/05; Portal do Governo do Estado do Maranhão (on line): 20/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	5/6/2007 a 5/6/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 48%, referente às perdas de 2002 a 2007.		
encaminhamentos/resultados	Os policiais civis da capital não aderiram à greve de 24h iniciada às 8h. Já no interior, houve adesão parcial da categoria no Vale do Paraíba, Piracicaba, Araraquara e Bauru. Durante a paralisação, d elegados, investigadores e escrivães foram ao trabalho, mas só atenderam casos graves.		
observações			
fonte	Jornal Destak (SP): 06/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/TO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	7	período da greve	9/6/2007 a 15/6/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação, justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindicava que todos os cargos de nível médio fossem elevados à nível superior em janeiro de 2008.		
encaminhamentos/resultados	Em 09/06, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. Apenas 30% do efetivo prosseguiu trabalhando para a manutenção dos serviços emergenciais, como flagrantes, segurança interna d os presídios e banho de sol. Em 13/06, durante reunião de negociação com os representantes da categoria, o secretário estadual de Segurança reconheceu a reivindicação, porém alegou que só poderia ate ndê-la a partir de 2009. Em 15/06, a Justiça decretou a ilegalidade da greve e estipulou um prazo de 24h para o retorno ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil aos sindicatos da categoria. Além disso, a decisão judicial previa o desconto dos dias parados e a utilização de força pública, caso necessário, para assegurar a continuidade dos serviços de segurança pública. Os grevistas fizera m manifestação com faixas e cartazes em frente ao palácio do governo, durante a passagem da tocha do Pan pela capital. Nesta data, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Jornal do Tocantins: 14, 15 e 16/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	3	período da greve	9/7/2007 a 11/7/2007
número de grevistas	7350		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	176400
motivo/caráter	saúde pública/protesto, sem informação/propositivo, local de trabalho/sem informação, reajuste salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, manifestação - passeata, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindicava reescalonamento salarial, com incorporação da gratificação retirada dos inspetores e investigadores em 2001. A medida resultaria em reajuste de 50% a 70%.		
encaminhamentos/resultados	O governo propunha reajuste salarial de 3,5%. Em 09/07, os policiais civis iniciaram greve de advertência com duração prevista de 48 horas, fizeram passeata na rua Gomes Freire no centro e invadiram o prédio do Instituto Médico Legal (IML), para exigir a interdição do local. Legistas denunciaram a precariedade das instalações, como a falta de sistema de esgoto próprio para escoar o sangue e outros dejetos resultantes de necropsias, que acabavam sendo diretamente despejados na rede pluvial. De acordo com o Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinpol), a paral isação foi avisada ao Ministério Público e à DRT com 48 horas de antecedência e 30% dos 10.500 servidores da corporação permaneceram trabalhando. Em 11/07, os policiais encerraram a greve e decidiram esperar o término dos jogos Pan-Americanos (em 30/07) para retomar a negociação.		
observações			
fonte	Folha Online: 11/07; Folha de Pernambuco: 10/07; Hoje em Dia: 10/07; Estado de Minas: 10 e 11/07;		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	12/7/2007 a 12/7/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, licença-prêmio/sem informação, aposentadoria/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reposição salarial de 48% (referente ao período de 2002 a 2007), incorporação das gratificações, licença prêmio em dinheiro e aposentadoria especial.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/07, os policiais civis fizeram greve de advertência com duração de 24 horas. Segundo o Sindicato dos Investigadores de Polícia de São Paulo, 80% da categoria aderiu a paralisação. Cerca de 300 pessoas - entre mulheres de policiais civis e militares, sindicalistas e oficiais da reserva - fizeram marcha pelo centro da capital, onde bloquearam algumas ruas. A presidente da Associação de Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo nomeou o movimento de "Operação Olga", em referência a Olga Benário Prestes, mulher de Luís Carlos Prestes, entregue pelo governo brasileiro ao regime nazista por defender com o marido a derrubada do governo de Getúlio Vargas. Segundo a presidente da associação, as mulheres dos policiais também estavam lutando pelo homem amado. O governo divulgou no ta informando que com o reajuste de 3,84% a 23,43% anunciado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública os vencimentos da PM, Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica teriam aumentos reais, acima da inflação se comparados aos vencimentos recebidos em 2002. Na média, os vencimentos teriam aumento de 40,75%.		
observações			
fonte	Diário (Tupã /SP): 13/07; Globo.com: 12/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	12/7/2007 a 12/7/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, manutenção de maquinário/sem informação, condições de trabalho/sem informação, EPI - Equipamento de Proteção Individual/sem informação, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava aumento salarial e condições de trabalho. Os delegados reclamavam que as viaturas estavam em péssimo estado, não havia verbas para combustível, nem número suficiente de colete s à prova de bala e armas.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/07, os delegados da Polícia Civil iniciaram greve de advertência com duração prevista de 48 horas. O secretário estadual de Relações Institucionais admitiu que a situação era caótica e afirmou q ue iria apresentar um plano de reestruturação da carreira em agosto/200 , além de fazer um plano de emergência para a aquisição de equipamentos e viaturas. Caso a proposta não fosse apresentada até o fim da paralisação, a categoria ameaçava prosseguir em greve por tempo indeterminado. Em 12/07, a paralisação continuava.		
observações	Não há informações sobre a continuidade da paralisação em 13/07.		
fonte	Globo.com: 12/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		

greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	210	período da greve	1/8/2007 a 26/2/2008
número de grevistas	2200		
horas paradas	1680	trab. X horas paradas	3696000
motivo/caráter	sem informação/descumprimento de decisão judicial, sem informação/protesto, sem informação/manutenção de condições vigentes, desvio de função/sem informação, condições de trabalho/sem informação, governo/protesto, isonomia salarial/sem informação, reajuste salarial/sem informação, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, reação - repressão policial, manifestação - passeata, resolução - decisão judicial, reação - punição de grevistas, reação - ameaça de demissão, resolução - negociação, manifestação - ocupação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - desconto dos dias parados, justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindicava equiparação do salário dos policiais com nível superior ao dos peritos do Instituto de Criminalística. Enquanto o piso salarial dos policiais era de R\$ 1.330, o dos peritos era de R\$ 3.3047. Segundo o Sindpol, decisão judicial, em 2006, garantiu à categoria o direito a reajuste salarial de 100,7%, ao determinar a necessidade de nível superior para ingresso na Polícia Civil. Além disso, a categoria exigia condições de trabalho e fim do desvio de função - policiais atuando com agentes penitenciários.		
encaminhamentos/resultados	<p>Em 01/08, os policiais civis deflagraram greve por tempo indeterminado. De acordo com o Sindicato dos Policiais Civis (Sindpol), os 2.200 policiais civis aderiram à paralisação. Em 13/08, grevistas realizaram protesto em Arapiraca e o governador pediu a ilegalidade do movimento. Em 07/09, os policiais e os servidores da Saúde, também em greve, ocuparam a Avenida Duque de Caxias, onde ocorria o desfile de Sete de Setembro. O governador suspendeu o festejo e saiu escoltado por sua guarda pessoal, acompanhado das outras autoridades presentes. Enquanto as autoridades deixavam o desfile, um caminhão com cerca de 80 sem-terras chegou ao local. Após o episódio, o governador decidiu suspender as negociações, o porte de arma dos grevistas e punir os organizadores do ato. Em resposta, os policiais decidiram intensificar o movimento, suspendendo o registro de flagrantes nas delegacias, os trabalhos no Instituto de Identificação do Estado e entregando as viaturas ao comando da corporação. Em 18/09, a categoria recusou proposta de reajuste de 22% divididos em 36 meses. Em 25/09, os policiais civis realizaram protesto em frente ao Congresso Nacional em Brasília, sob coordenação da Confederação Brasileira de Trabalhadores Civis (Cobrapol). Em 28/09, os policiais ocuparam as três Delegacias Plantonistas de Maceió. Antes da ocupação, a Secretaria de Defesa Social determinou a retirada dos computadores e demais equipamentos dessas unidades para que fossem instalados no Quartel da Polícia Militar. A Secretaria também determinou a transferência dos delegados, escrivães e chefe de operações dessas unidades para o quartel. Em 16/10, os policiais fizeram manifestação conjunta com os servidores da Saúde e da Educação, também em greve. Após serem impedidos pelo Batalhão de Operações Especiais da PM (BOPE) de acampar no rua Cincinato Pinto, em frente ao Palácio do Governo, os grevistas seguiram até o prédio da Secretaria Estadual da Fazenda e ocuparam o local até o fim da tarde. Em 18/10, durante reunião de negociação, o presidente do Sindpol retirou-se da mesa, após o governador manter a proposta, já recusada pela categoria, de reajuste salarial de 22% parcelado em 36 meses. Em 22/10, o governo ameaçou demitir os grevistas que não retornassem imediatamente ao trabalho. Em 24/10, o Tribunal de Justiça recusou ação do Sindpol contra a liminar que decretou a ilegalidade da greve. Em 28/10, Dia do Servidor Público, cerca de 3 mil grevistas, entre policiais civis, servidores da Educação e da Saúde, realizaram passeata na orla de Maceió e cobraram a federalização das investigações de crimes políticos. Em 13/11, policiais realizaram passeata em Arapiraca. Os grevistas percorreram as ruas do centro da cidade, entregando panfletos para esclarecer à população da vitória que obtiveram na Justiça em 2006, que garantia o direito a reajuste salarial de 100,7%, ao determinar a necessidade de nível superior para ingresso na instituição policial. No fim do protesto, a categoria recolheu abaixo-assinado com pedido de abertura de investigação de Crime de Responsabilidade contra o governador, pelo alto índice de violência no estado e pela não apuração do desvio de R\$ 400 milhões no governo anterior, conforme denúncia do próprio governador. Em 27/11, a diretoria do Sindpol se reuniu com o presidente da Assembléia Legislativa, para cobrar negociação junto ao governador. Em 30/11, os policiais civis realizaram manifestação em frente a Secretaria de Defesa Social. O ato contou com o apoio do Sindprev, Sindfunesa, Sinteal, o DCE/UFAL, estudantes, CUT e um deputados estaduais. Em 04/12, o presidente da OAB-AL enviou ofício ao governador em que exigia solução para a greve dos policiais civis. Em 01/01/2008, a greve prosseguia. Em 16/01, o juiz da 17ª Vara Cível da Fazenda Pública de Alagoas, declarou a greve ilegal e determinou multa diária de R\$ 5.000 contra a Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Alagoas) em caso de descumprimento da decisão. Em 21/01/2008, os policiais realizaram uma passeata pelo centro de Maceió, protestando contra o descaso do governo com a categoria. Em 31/01/2008, o governo de Alagoas decretou estado de perigo iminente na Segurança Pública, o que permitia à secretaria de defesa social contratar serviços de forma emergencial, sem licitação. O decreto também possibilitava que, em caso de recusa ou ausência dos policiais civis nas delegacias, a polícia militar fizesse o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e os oficiais do Corpo de Bombeiros substituissem os peritos criminais. Neste dia, o governo também anunciou o desconto dos dias parados. Em 08/02/2008, a Secretaria de Estado da Gestão Pública de Alagoas (Segesp/AL) anunciou que o pagamento da folha dos policiais civis referentes ao mês de janeiro estava suspenso. Em 11/02/2008, a comissão de negociação do governo estadual negociou com o Sindipol, que abriu mão da isonomia e apresentou a seguinte proposta: aceita os 36% proposto pelo governo, porém não parcelado em 36 vezes, mas em apenas 6 vezes; além do adicional noturno, aposentadoria especial, suspensão das punições e pagamento dos salários bloqueados. Em 12/02/2008, o governo cortou os salários de janeiro de 2008. Em 26/03/2008, os policiais civis e o governo chegaram ao seguinte acordo: reajuste salarial de 36,7% retroativo a janeiro de 2008 e parcelado em 18 vezes; implantação do adicional noturno; melhores condições de trabalho (compra de novos carros e armamentos); e análise de um projeto de aposentadoria especial para a categoria. Os policiais civis ainda negociavam a revogação da punição de trabalhadores que aderiram à greve.</p>		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 14/08; 19 e 29/09; 17, 25/10; Extra (on line): 07/09; Folha Online: 10/09 ;Sindpol (on line): 26/09; 3, 19 e 31/10; 13, 28 e 30/11; 04/12; 02/01; Terra: 22/01 e 12/02;Cidadeverde.com: 19/01; Tribuna da Imprensa: 01/02;Globo.com: 27/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA	
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	/RJ
empresa	
trabalhadores	
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL

atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	20/8/2007 a 21/8/2007
número de grevistas	6000		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	96000
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação, manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reescalonamento salarial, com incorporação da gratificação retirada dos inspetores e investigadores em 2001. A medida resultaria em reajuste de 50% a 70%.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/08, o governo ofereceu reajuste de 25% parcelado em 24 meses. Em 20/08, os policiais civis iniciaram greve de advertência com duração prevista de 72 horas. De acordo com o Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinpol), a paralisação foi avisada ao Ministério Público e à DRT com 48 horas de antecedência e contou com adesão de cerca de 60% dos 10.500 mil policiais. Em 21/08, houve reunião de negociação entre o secretário estadual de Segurança e representantes do Sindpol. Os grevistas seguiram a pé da Academia da Polícia Civil, na Cidade Nova, até o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, onde se encontraram com servidores estaduais das demais categorias em greve. A manifestação provocou lentidão no trânsito da região. Neste dia, a paralisação continuava.		
observações	Apesar da greve ter duração prevista de três dias, não há informações sobre a paralisação em 22/08.		
fonte	Folha On line: 21/08; Jornal Extra: 22/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA, Nordeste/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	9	período da greve	27/9/2007 a 5/10/2007
número de grevistas	90		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	6480
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, contratação/sem informação, piso salarial/sem informação, aposentadoria/sem informação, alimentação/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os servidores reivindicavam: política salarial única, baseada em salário mínimo de R\$ 380; reajuste salarial de 25%; auxílio alimentação de R\$ 440; e conclusão de um processo seletivo para contratação de policiais e delegados, suspenso no início de 2007.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/09, os servidores do Sistema de Segurança (delegados de polícia, agentes policiais, escrivães, peritos criminais, inspetores e agentes penitenciários) deflagraram greve por tempo indeterminado. Apenas 30% da categoria prosseguiu trabalhando. Em 30/09, as visitas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas foram suspensas, houve tumulto e o Batalhão de Choque da PM foi acionado. Em 01/10, duas reuniões de negociação entre a secretária estadual de Segurança e os representantes dos grevistas não foram suficientes para resolver o impasse. A secretária apresentou propostas baseadas no índice de 9% de reajuste, que já havia sido recusado pelo movimento. Em 05/10, os trabalhadores encerraram a greve depois que o governo assegurou a edição de uma medida provisória com reajuste de 9% e outros benefícios, dependendo da função do servidor. Entre os benefícios constavam auxílio-alimentação para todas as categorias. Entre os policiais da polícia técnico-científicas, os mais beneficiados seriam os que recebiam menores salários. Os delegados de polícia teriam os 9%, em forma de subsídio e, em média, 1,4% de auxílio alimentação, além de participação no gerenciamento do fundo especial de segurança pública. Os agentes de policiais e os agentes penitenciários teriam um benefício a mais, o governo assumiu o compromisso a voltar com a condição especial de trabalho para aposentados, com pagamento médio de R\$ 350,00, além do salário normal.		
observações			
fonte	O Povo (on line): 28/09; Jornal Pequeno (on line): 30/09; Globo.com: 02/10; JC Online: 03/10; CidadeVerde.com: 05/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			

setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	30	período da greve	1/11/2007 a 30/11/2007
número de grevistas	1620		
horas paradas	240	trab. X horas paradas	388800
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação, contratação/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - pagamento dos dias parados, justiça - greve legal		
causa	A categoria reivindicava melhores condições de trabalho, contratações e reajuste salarial baseado em um Plano de Cargos e Carreiras que incluísse a obrigatoriedade do curso superior para os policiais civis, o que elevaria o piso salarial de R\$ 1.200 para R\$ 2.500.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/11, os inspetores, escrivães, peritos e legistas da Polícia Civil deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará (Sindipoci/CE), cerca de 90% dos 1.800 policiais civis do estado aderiram a paralisação. O governador anunciou que cortaria o ponto dos grevistas. Em 08/11, o chefe de gabinete do governador se reuniu com o Sindipoci/CE e se comprometeu a abrir as negociações. Em 16/11, o governador havia voltado atrás em relação ao desconto dos dias parados, pois a Justiça tinha declarado a legalidade da greve. Em 30/11, durante audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho, foi fechado o seguinte acordo: a categoria suspenderia a greve e o governo reabriria as negociações com reuniões nos dias 04 e 06/12. O acordo foi aprovado em assembléia e os policiais voltaram ao trabalho.		
observações			
fonte	Diário do Nordeste (on line): 31/10; Globo.com (on line): 01/11; O Povo: 02/11 e 01/12; Folha On Line: 07/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	4/11/2007 a 5/11/2007
número de grevistas	2000		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	32000
motivo/caráter	sem informação/descumprimento de decisão judicial, contratação/sem informação, condições de trabalho/sem informação, noturno/sem informação, reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava cumprimento da ordem judicial para correção do adicional noturno, reajuste salarial de 38,78%, melhores condições de trabalho e realização de concurso público.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/11, os policiais civis e os agentes penitenciários iniciaram greve por tempo indeterminado. O Sindicato dos Policiais Civis, Penitenciários e Servidores da Secretaria da Justiça e da Cidadania no Estado do Piauí (Sinpoljuspi) estimava que cerca de 1.300 policiais e 700 agentes penitenciários cruzaram os braços em Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos e Oeiras. Em 05/11, o governador que negociaria enquanto houvesse greve. Nesta data a paralisação continuava.		
observações			
fonte	Globo.com: 02/11; Cidade Verde.com: 04/11; O Dia: 06/11; Meio Norte: 06/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais, Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
localização geográfica	/MT, Centro-Oeste/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não

alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	14	período da greve	4/12/2007 a 17/12/2007
número de grevistas	0		
horas paradas	112	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, piso salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, resolução - negociação, manifestação - concentração		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindicava reestruturação das carreiras com adequação das de de nível médio para nível superior, o que elevaria o piso salarial de R\$ 1.370 para R\$ 2.333.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/12, os agentes da Polícia Civil deflagraram greve por tempo indeterminado. O Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil e Agentes Prisionais de Mato Grosso (Siagespoc) promoveu atos de prote sto em frente ao Palácio Paiaguás e nas imediações da residência do governador. Em 08/12, o governo apresentou novas propostas aos grevistas. Em 17/12, a juíza da Comarca de Cuiabá declarou a ilegalid ade da greve e determinou que o Siagespoc se abstivesse de qualquer movimentação grevista , sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Em 24/12, a greve já havia sido suspensa. O Siagespoc informou que i ria esperar até fevereiro/2008 para retomar as negociações. O prazo foi proposto por deputados estaduais e compreendia o período de recesso parlamentar.		
observações			
fonte	Diário de Cuiabá (on line): 07/12; Só Notícias (on line): 07, 09, 17 e 24/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	4	período da greve	27/3/2008 a 30/3/2008
número de grevistas	1500		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	48000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reforma da previdência/protesto, sem informação/protesto, reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial, plano de carreira e mudanças no sistema de aposentadoria.		
encaminhamentos/resultados	O governo propunha reajuste de 4,45% no salário-base, mais reposição de 50% das gratificações por risco de vida. Em 27/03, cerca de 1.500 policiais civis deflagraram greve. De acordo com a Associação dos Policiais Cívis de Carreira da Paraíba, cerca de 350 boletins de ocorrência deixavam de ser feitos a cada dia. Em 30/03, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte	Agência Folha (on line): 31/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	6	período da greve	28/3/2008 a 2/4/2008
número de grevistas	4000		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	192000
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/protesto, sem informação/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, sem informação - sem informação		

causa	A categoria protestava contra os artigos 8, 24 e 33 do Projeto de Lei nº 17.111, que o governo pretendia aprovar dia 02/04, na Assembléia Legislativa. Tais artigos desvinculavam a carreira de delegado do restante da categoria e impedia que os futuros reajustes salariais incidissem sobre a Gratificação da Atividade Policial (GAP). Além disso, reivindicava reajuste de 9,21% em vez dos 4,46% concedido os pelo governo aos polícias de nível médio.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/03, os cerca de 4 mil agentes de polícia, escrivães, peritos técnicos e criminais e outros profissionais da Polícia Civil iniciaram greve por tempo indeterminado. Em 31/03, atendendo ao pedido d o procurador-geral da Bahia, a Justiça decretou a ilegalidade da greve e determinou o retorno imediato ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil ao Sindicato dos Policiais Cívis do Estado da Bahia (Sindipoc). Em 01/04, o governo antecipou a votação do Projeto de Lei prevista para o dia seguinte. Em 02/04, devido a atitude do governo, o Sindipoc prometia radicalizar o movimento. Nesta dat a a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Folha On Line: 31/03; Correio da Bahia: 28, 29/03; 02/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	7/4/2008 a 7/4/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindicava piso salarial de R\$ 2.300.		
encaminhamentos/resultados	A Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejsup) havia estipulado piso salarial de R\$ 1.600, a partir de maio. Em 07/04, os investigadores da Polícia Civil iniciaram greve de 48 horas.		
observações			
fonte	Só Notícias (on line): 07/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA, Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/MA, Nordeste/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	42	período da greve	29/5/2008 a 9/7/2008
número de grevistas	304		
horas paradas	336	trab. X horas paradas	102144
motivo/caráter	reajuste salarial/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/descumprimento de acordo, periculosidade/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, extensão/exclusão de direitos/sem informação, alimentação/sem informação, contratação/sem informação, ATS - Adicional por Tempo de Serviço/sem informação, noturno/sem informação, insalubridade/sem informação		
encaminhamentos	resolução - acordo judicial, resolução - decisão judicial, manifestação - piquete, resolução - negociação, reação - repressão policial, manifestação - concentração		
resultados	pauta - reivindicações atendidas		
causa	Os policiais civis, peritos criminais e agentes penitenciários reivindicavam: o cumprimento de um acordo sobre o plano de cargos e carreiras; reajuste salarial de 30%; aumento de gratificações como adicional noturno, quinquênio e insalubridade; realização de concurso público para agentes e inspetores penitenciários; extensão do auxílio-alimentação de R\$ 294 aos servidores administrativos.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/05, a categoria deflagrou greve por tempo indeterminado. Segundo o Sinpol (Sindicato dos Policiais Cívis), 30% do efetivo permaneceu trabalhando. Em 30/05, a 3ª Vara da Fazenda Pública determino u multas diárias de R\$ 50 mil ao Sindspem (Sindicato dos Servidores Penitenciários do Maranhão) e de R\$ 5 mil ao presidente da entidade, caso os grevistas impedissem as visitas aos presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em 31/05, os grevistas tentaram impedir as visitas aos presos e foram reprimidos pela Polícia Militar (PM). Depois de serem		

	retirados do portão do presídio, os grevistas interditaram o trânsito na BR 135. Em 23/06, representantes dos sindicatos dos servidores, deputados da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa (AL), o líder do governo na (AL) e a Secretaria de Segurança Cidadã se reuniram para mais uma rodada de negociações na Casa Civil. O governo apresentou proposta que previa: implantação da Retribuição pelo exercício em local de difícil provimento para os cargos ocupacionais de Atividades de Polícia Civil (APC) e Atividades Penitenciárias (AP), com edição de Medida Provisória (MP) e encaminhamento dessa à AL assim que a greve fosse suspensa; e a alteração do decreto nº 24.167, de 11/06/2008, para inclusão de três representantes dos trabalhadores no processo de elaboração do PCCS das categorias. Quanto às questões de insalubridade, adicional no turno e quinquênio, o governo afirmou que não poderiam ser atendidas devido a disposições legais. Cerca de 70% dos 434 agentes penitenciários prosseguiram em greve. Em 09/07, após negociação mediada pela Justiça, o governo atendeu as reivindicações e os servidores encerraram a paralisação.		
observações			
fonte	Estado do Maranhão: 31/05; Globo.com: 29/05 e 02, 09/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	23/6/2008 a 23/6/2008
número de grevistas	1700		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	13600
motivo/caráter	ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, piso salarial/sem informação, sem informação/propositivo, contratação/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os investigadores da Polícia Civil reivindicavam aumento do piso salarial de R\$ 1.400 mil para R\$ 2.300, além de aumento do efetivo e investimentos em equipamentos de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	O governo oferecia piso salarial de R\$ 1.600. Em 23/06, cerca de 1.700 policiais iniciaram paralisação com duração prevista até dia 29/06.		
observações			
fonte	O Documento (on line): 23/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	2	período da greve	11/7/2008 a 12/7/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação, ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, contratação/sem informação		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os investigadores da Polícia Civil reivindicavam aumento do piso salarial de R\$ 1.400 mil para R\$ 2.300, além de aumento do efetivo e investimentos em equipamentos de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/07, os policiais deflagraram greve. Segundo o Siagespoc (Sindicato dos Investigadores e Agentes Prisionais), pelo menos 1.700 policiais aderiram à paralisação. Em 12/07, o Siagespoc informou que a greve seria mantida até 14/07.		
observações			
fonte	Só notícias (on line):12/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	comando de greve	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	13/8/2008 a 13/8/2008
número de grevistas	22050		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	176400
motivo/caráter	segurança pública/protesto, seleção interna/externa/sem informação, noturno/sem informação, sem informação/propositivo, reforma da previdência/protesto, redução de jornada/sem informação, sem informação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, contratação/sem informação, reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação, data-base/sem informação		
encaminhamentos	resolução - formação de comissão, resolução - negociação, resolução - acordo judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - não-punição de grevistas		
causa	A categoria reivindicava: participação nos estudos do projeto de reestruturação da Polícia Civil; plano de carreira com critérios claros para promoções; reajuste salarial de 58% em 2008; cumprimento d a data-base; incorporação de gratificações; aplicação de adicional noturno; fixação de jornada semanal de 40 horas; aumento do número de policiais; aposentadoria especial; melhores condições de trabal ho; e eleição direta para delegado-geral.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/08, decisão do TRT determinou que os policiais civis mantivessem 80% do efetivo sem interrupção de nenhum tipo de atividade, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil. Em 13/08, a categoria – form ada por cerca de 35 mil trabalhadores entre delegados, investigadores, escrivães e peritos em todo o estado – deflagrou greve. Segundo o comando da greve – que contava com 19 entidades, entre sindicat os e outras representações de delegados, investigadores e escrivães – 90% das cidades do estado aderiram à paralisação. Também de acordo com o comando, os policiais civis compareceram aos locais de tr abalho, mas realizaram apenas registros de boletins de ocorrência em casos de prisão em flagrante, captura de procurados, homicídios e remoção de cadáveres. Demais serviços, como emissão de carteira d e habilitação, RG e licenciamento de veículos eram atendidos com 30% do efetivo, com revezamento de turnos, conforme previsto na chamada Lei de Greve (Lei 7783/89) . Em audiência de conciliação no TRT , representantes dos policia s e do governo assinaram o seguinte acordo: as categorias profissionais suspenderiam a paralisação, todavia permanecem em “estado de greve”; até 15/08, as partes indicariam dois membros de cada uma das categorias e quatro membros do governo para formar comissão e deliberar sobre assuntos de interesses das categorias; até 20/08, cada categoria formalizaria pauta de reivi ndicações, partindo das mais urgentes até as que demandavam maior tempo de apreciação; em 20/08, a comissão se reuniria no TRT e um economista da Tribunal e uma procuradora do trabalho auxiliariam a m ediação; nessa reunião, inicialmente, seria discutido uma proposta referente à melhoria salarial, tendo em vista a estrutura de cargos; e o governo não retalharia os grevistas.		
observações	Para estimar a quantidade de grevistas foi considerado: o total de policiais civis no estado de cerca de 35 mil; que a greve atingiu 90% das cidades do estado; e nessas cidades 70% do efetivo paraliso u as atividades. Isto é, foi feito o seguinte cálculo: 35.000 x 0,9 x 0,7 = 22.050.		
fonte	Folha Online: 13/08; O Globo Online: 13/08; Estadão.com: 13/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	comando de greve	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	67	período da greve	9/9/2008 a 14/11/2008
número de grevistas	22050		
horas paradas	536	trab. X horas paradas	10319400
motivo/caráter	sem informação/propositivo, reforma da previdência/protesto, noturno/sem informação, segurança pública/protesto, sem informação/protesto, seleção interna/externa/sem informação, redução de jornada/sem informação, reajuste salarial/sem informação, condições de trabalho/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - concentração, reação - punição de grevistas, reação - repressão policial, resolução - decisão judicial, manifestação - passeata, resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		

causa	<p>A categoria reivindicava: reajuste de 15% para ativos e inativos, retroativo à data base de 1º de março/2008, mais 12% em 2009 e 12% em 2010; incorporação do Adicional de Local de Exercício (ALE), em cinco vezes, até 2010; participação nos estudos do projeto de reestruturação da Polícia Civil; plano de carreira com critérios claros para promoções; aplicação de adicional noturno; fixação de jornada de 40 horas semanais; melhores condições de trabalho; e eleição direta para delegado-geral.</p>
encaminhamentos/resultados	<p>O governo propunha acrescentar R\$ 500 milhões na folha de pagamento em 2009, R\$ 50 milhões a mais que na oferta anterior, o que representava reajuste de aproximadamente 7%. Em 09/09, os policiais civis deflagraram greve em alguns municípios do estado. A categoria manteve 80% do efetivo realizando operação-padrão. Em 12/09, o movimento expandiu-se para mais municípios. Os policiais seguiam "cartilhã da greve" elaborada por entidades da categoria, que previa realização de registros de boletins de ocorrência em casos de prisão em flagrante, captura de procurados, homicídios e remoção de cadáveres. Demais serviços, como emissão de carteira de habilitação, RG e licenciamento de veículos eram atendidos com 30% do efetivo, com revezamento de turnos, conforme previsto na chamada Lei de Greve (Lei 7783/89). Em 13/09, a paralisação já atingia a Baixada Santista, o Vale do Ribeira e outras regiões do estado. Em 15/09, o STF suspendeu tramitação do dissídio no TRT, após reclamação ajuizada pelo governo estadual contra decisões do TRT e do Tribunal de Justiça, que atribuíram à Justiça do Trabalho a competência para resolver o dissídio coletivo entre as nove categorias policiais e o governo esta dual. Ao suspender o dissídio o STF acolheu argumento do governo de que não cabia a Justiça do Trabalho, mas a Justiça comum, dirimir conflitos trabalhistas entre o poder público e seus funcionários e estatutários. No entanto, o STF manteve liminar do TRT (expedida em 12/08) que determinava a manutenção de 80% do efetivo sem interrupção de nenhum tipo de atividade, sob pena de multa diária de R\$ 20 0 mil. Em 16/09, a categoria – formada por cerca de 35 mil trabalhadores entre delegados, investigadores, escrivães e peritos – decretou oficialmente greve por tempo indeterminado em todo o estado. Segundo a Associação de Delegados de Polícia do Estado de SP (ADPESP), a paralisação atingia 90% das delegacias do estado. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) reafirmou que não negociaria enquanto durasse a greve. Em 17/09, a SSP questionou a legalidade de algumas orientações da "cartilhã da greve", como a que restringia a execução de serviços. Diante disso, o Ministério Público Estadual (MPE) a requereu para verificar se os policiais civis estavam cumprindo a determinação da Justiça. Em 19/09, a SSP anunciou que descontaria os dias parados nos salários dos grevistas e que orientou a PM a encaminhar ao MPE os Boletins de Ocorrência da PM (BOPM) dos casos que os policiais civis se recusassem a registrar. De acordo com a ADPESP, a medida era ilegal, pois a função de polícia judiciária era reservada pela Constituição à Polícia Civil. Em 23/09, com carro de som, faixas e apitos, cerca de 500 manifestantes protestaram em frente à SSP e seguiram em passeata pelo centro da capital. Nesse dia, a SSP transferiu o presidente da ADPESP do Departamento de Inteligência Policial (Dipol) para o Departamento da Polícia Judiciária da Capital (Decap). O presidente do Dipol não aceitou assinar o desligamento de seu assistente e pediu afastamento do cargo. A SSP também afastou o delegado seccional de Barretos e 16 delegados entregaram seus cargos em protesto. Em 30/09, mais de 2 mil grevistas participaram de manifestações na ALESP e no Detran, na capital, e em Campinas e Piracicaba. Em 06/10, o governo havia oferecido, informalmente, reajuste linear de 6,2%, aposentadoria especial após 30 anos de serviço, extinção da 5ª classe, transformação da 4ª classe em estágio probatório e redução de três para dois os níveis de adicionais. Diante disso, a ADPESP decidiu suspender a greve por 48 horas e apresentar a seguinte contraproposta: reajuste linear de 15% para todas as carreiras e inativos; aposentadoria especial; extinção das 4ª e 5ª classes (menores salários); aumento de 20% ao policial promovido de classe; e incorporação das gratificações. A ADPESP exibiu um dos trunfos que levaria à negociação, uma cópia do relatório de auditoria fiscal 141/2007 da Secretaria da Fazenda da folha de pagamento da SSP, documento que mostraria que os policiais civis ganhavam menos do que os militares e descontavam mais para a Previdência. Isto é, a PM calcularia o adicional de Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), de 100% do salário-padrão, sobre a soma do salário-padrão mais outros quatro benefícios. Já o cálculo da contribuição previdenciária de 5% era feito apenas sobre o salário-padrão, o que desrespeitava a lei que determinava o desconto sobre o total dos vencimentos. A decisão da ADPESP de suspender a paralisação provocou uma divisão no movimento: de um lado as associações de classe e de outro os sindicatos. Em 07/10, cerca de metade dos policiais civis voltaram ao trabalho. Em 10/10, após o insucesso das negociações e o fim da trégua de 48 horas, cerca de 1.500 policiais civis protestaram no vão livre do Masp e seguiram em passeata até a sede da SSP, para marcar a retomada da paralisação. Em 16/10, passeata com mais de dois mil grevistas em direção ao Palácio dos Bandeirantes (sede do governo) terminou em confronto entre policiais civis e militares. A manifestação foi esbofetada por dois grupos de elite da Polícia Civil – GOE e Garra. Entretanto, dezenas de e quipes da PM, principalmente, da Cavalaria e da Tropa de Choque também foram acionadas. Quando os policiais civis tentaram se aproximar do Palácio dos Bandeirantes, os militares os impediram com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, disparos de balas de borracha, socos e pontapés. Trinta e duas pessoas foram feridas e quatro precisaram ser internadas. Nove viaturas da PM e pelo menos seis do GOE da Polícia Civil foram danificadas. Em 18/10, uma comissão de policiais civis se encontrou com o ministro da Justiça e o presidente do STF para entregar documento relatando a crise com o governo paulista. Em 20/10, o governo enviou projetos de leis à ALESP, referentes ao reajuste salarial para as polícias Civil, Técnico-Científica e Militar. Entre outros itens, os projetos previam reajuste de 6,5% em janeiro/2009 e de 6,5% em 2010 para ativos e inativos, além de aposentadoria especial, que reduzia a idade mínima de 60 para 55 anos e também o tempo de contribuição de 35 para 30 anos para os que possuísem 20 anos de atividade policial e tivessem ingressado até 2003. Em 23/10, cerca de 300 grevistas ocuparam o plenário da ALESP para protestar contra os projetos apresentados pelo governo. Neste dia, a categoria fez passeata no centro da capital e em outras cidades do estado. Em 29/10, delegados da Polícia Civil de pelo menos 13 estados e do Distrito Federal paralisaram as atividades, por pelo menos duas horas, em apoio ao movimento dos colegas paulistas e para reivindicar a aprovação de uma emenda constitucional, que inseria os delegados na carreira jurídica. Em 06/11, o governo melhorou a proposta anterior, elevando seu custo anual de R\$ 850 milhões para R\$ 1,05 bilhão. As emendas aos projetos previam antecipação do reajuste de 6,5% de janeiro/2009 para novembro/2008 e do de 6,5% de janeiro/2010 para novembro/2009. Em 12/11, dirigentes do movimento e a base governista na ALESP chegaram a um acordo sobre os projetos e a retomada das negociações em março/2009. Nesse mesmo dia, o STF reviu sua determinação de 15/09. Em sua nova decisão, afirmou não caber ao STF decidir sobre a legitimidade da greve, mas sim à Justiça local. No entanto, afirmou que a gravidade da situação reclamava imediata manifestação do STF. Por fim, decidiu que os serviços prestados pela Polícia Civil deveriam ser mantidos em sua totalidade e o direito de greve não se aplicava aos policiais civis. Tal decisão acelerou o fim da greve, cujo término seria votado em assembleias programadas para os dias seguintes. Já em 13/11, a paralisação começou a ser encerrada em diversos locais. Em 15/11, os policiais já haviam voltado ao trabalho e normalizado o atendimento nas delegacias de todo o estado e o governador sancionou as quatro leis aprovadas pela ALESP.</p>
observações	<p>Para estimar a quantidade de grevistas foi considerado: o total de policiais civis no estado de cerca de 35 mil; que a greve atingiu 90% das delegacias do estado; e nessas cidades 70% do efetivo paralisou as atividades. Isto é, foi feito o seguinte cálculo: 35.000 x 0,9 x 0,7 = 22.050.</p>
fonte	<p>JC.NET: 10/09; Cruzeiro do Sul: 16/09; 08, 18, 24/10; 07/11; Folha de SP: 17/09; 01, 30/10; Folha Online: 18, 20/09; 08, 10, 16/10; 13/11; Globo.com: 20, 24/09; 18, 23/10; UOL: 23/09; O Estado de SP: 07/10; 15/11; Valor Online: 13/11</p>

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional Policiais Civis Estaduais

localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	67	período da greve	18/10/2008 a 23/12/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	536	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/sem informação, noturno/sem informação, ferramentas/equipamentos de trabalho/sem informação, sem informação/descumprimento de lei, sem informação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reajuste salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	A pauta da categoria continha reivindicações de curto, médio e longo prazo. As reivindicações de curto prazo eram: criação do plano de carreira; pagamento do adicional noturno, direito constitucional que vinha sendo respeitado; e liberação do porte de arma. As reivindicações de médio prazo eram: criação de laboratórios forenses; e aquisição de equipamentos para levantamentos periciais em locais de crimes. Já a de longo prazo era: construção de um complexo para que os institutos de Criminalística, Médico Legal e de Identificação ficassem no mesmo lugar, o que daria maior celeridade às ações dos peritos.		
encaminhamentos/resultados	Em 18/10, os peritos criminais deflagraram greve por tempo indeterminado. A categoria manteve a produção de laudos periciais, mas suspendeu os levantamentos periciais. Em 23/12, depois de mais de dois meses de paralisação, o governo apresentou à categoria sua primeira proposta oficial: pagamento de gratificação de Dedicção Exclusiva de 30%; pagamento do adicional noturno; reajuste salarial de 9,1 1% no início de 2009; e criação do plano de carreira para perícia oficial. Além disso, a modernização da Perícia Oficial, por meio da implantação dos laboratórios forenses e aquisição de equipamentos foi assegurada através de um convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que previa investimentos da ordem de R\$ 2 milhões. No mesmo dia, os trabalhadores aceitaram a proposta e voltaram ao trabalho.		
observações			
fonte	Gazetaweb: 23/12; Alagoas 24 Horas (on line): 24/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	NACIONAL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	29/10/2008 a 29/10/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	isonomia salarial/sem informação, sem informação/propositivo, sem informação/protesto, legislação/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria parou em apoio ao movimento dos colegas paulistas e para reivindicar a aprovação de uma emenda constitucional, que inseria os delegados na carreira jurídica e previa que o menor salário d os delegados não poderia ser inferior ao dos promotores.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/10, delegados da Polícia Civil de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Amapá, Maranhão e do Distrito Federal paralisaram as atividades, por pelo menos duas horas. No Maranhão, a categoria paralisou as atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	Folha de São Paulo : 30/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			

setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	6	período da greve	30/10/2008 a 4/11/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, isonomia salarial/sem informação, contratação/sem informação, sem informação/propositivo, piso salarial/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, justiça - greve ilegal		
causa	Os investigadores da Polícia Civil de Mato Grosso reivindicavam aumento do piso salarial para R\$ 1.485; reestruturação do PCCS e equiparação do salário para nível superior.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/10, os investigadores deflagraram greve por tempo indeterminado. Em 03/11, o juiz da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública decretou a greve ilegal, sob alegação de que a categoria descumpria a Lei de Greve nº 7783/99, que obrigava a manutenção de 30% dos serviços. O juiz também determinou multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da decisão. Em 04/11, após duas rodadas de negociação entre representantes do Siagespoc (Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil e Agentes prisionais do Mato Grosso) e a diretoria da Polícia Civil do Estado e o secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, as partes chegaram ao seguinte acordo que pôs fim a greve: aumento do piso salarial dos investigadores em 4 parcelas, a primeira imediata, com aumento de R\$ 1,4 mil para R\$ 1,7 mil; a segunda em maio de 2009, com aumento para R\$ 1.870; a terceira em maio de 2010, para R\$ 2.057; e a quarta e última em 2011, para R\$ 2.360. O acordo ainda previa a abertura de concurso público em 2009.		
observações			
fonte	Tribuna de Rondonópolis (on line): 03/11; Circuito mato Grosso (on line): 03/11; A Gazeta (on line): 05/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	3	período da greve	4/11/2008 a 6/11/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/protesto, sem informação/propositivo, reajuste salarial/sem informação, reforma da previdência/protesto, condições de trabalho/sem informação		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os Policiais Cíveis reivindicavam reposição salarial, PCS, melhores condições de trabalho e aposentadoria especial para a categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/11, os policiais cíveis iniciaram greve de advertência de trs dias. Os policiais mantiveram 30% do efetivo trabalhando. Em 05/11, em reunião com representantes da categoria, o governo ofereceu re composição salarial de 10% a partir de março/2009. Em 06/11, os policiais cíveis encerraram a paralisação.		
observações			
fonte	Zero Hora: 04, 05, 06 e 25/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	Belém/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	sem informação
comando	associação	data-base	não

alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	1	período da greve	17/11/2008 a 17/11/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	sem informação/descumprimento de decisão judicial, isonomia salarial/sem informação		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os delegados de polícia reivindicavam o cumprimento da lei orgânica de 1994, que garantia a isonomia salarial entre delegados e procuradores, mas que foi paga apenas por 11 meses. O TJE determinou, em agosto de 2008, que o governo pagasse a isonomia.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/11, o presidente da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Pará) e o chefe da Casa Civil se reuniram, mas não houve acordo. No período da manhã, cerca de 40 delegados realizaram um ato em frente ao CIG. Cerca de 60 delegados, no início da tarde, reuniram-se em assembléia e decidiram suspender os serviços. Segundo a Adepol, a adesão era de 80% dos delegados. O governo do estado alegava insuficiência orçamentária. Greve prosseguia.		
observações			
fonte	Diário do Pará: 18/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	26	período da greve	5/12/2008 a 30/12/2008
número de grevistas	0		
horas paradas	208	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	isonomia salarial/sem informação, reajuste salarial/sem informação, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, reforma administrativa/protesto, sem informação/propositivo, sem informação/protesto, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, reação - desconto salarial, reação - ameaça de demissão		
resultados	justiça - greve ilegal, sem informação - sem informação		
causa	Os delegados de polícia protestavam contra a aprovação pela Assembléia Legislativa dos projetos de lei encaminhados pelo governador referentes aos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos defensores e procuradores do estado e à reestruturação da Polícia Militar (PM) - Lei Complementar nº 87/2008. Para a categoria, a aprovação desses projetos provava que o argumento de falta de recursos usado pelo governo, para negar suas reivindicações de reajuste salarial e PCCR, eram mentirosos. Além disso, os projetos de lei dos PCCR dos defensores e procuradores do estado rompiam com a histórica equiparação de remuneração entre as carreiras jurídicas, com mesma formação jurídica e mesmos requisitos de investidura por concurso público, uma vez que tornava a remuneração dos defensores e procuradores quase 100% maior do que a dos delegados de polícia. Já quanto a lei que reestruturava a PM, a categoria alegava que continha dispositivos inconstitucionais. Uma das críticas era relativa à extensão aos policiais militares de poderes e atribuições, até então, exclusivos da Polícia Civil, o que apontava para o enfraquecimento da categoria dos delegados de polícia de carreira e para a restituição, de forma disfarçada, da figura do delegado comissionado.		
encaminhamentos/resultados	Em 05/12, os delegados de polícia deflagraram greve por tempo indeterminado. Em 19/12, o Tribunal de Justiça da Paraíba considerou a greve ilegal e determinou seu encerramento imediato, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil para cada uma das seis entidades sindicais envolvidas na paralisação, além de corte do ponto e abertura de processo administrativo contra os grevistas. Em 30/12, apesar do governo cortar o ponto dos grevistas e ameaçá-los de demissão, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte	Paraiba.com.br: 06, 19, 20, 26, e 30/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não

alvo/esfera	sem informação/estadual		
duração	10	período da greve	8/12/2008 a 17/12/2008
número de grevistas	6500		
horas paradas	80	trab. X horas paradas	520000
motivo/caráter	sem informação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/sem informação, sem informação/descumprimento de acordo, reforma administrativa/protesto		
encaminhamentos	resolução - negociação, resolução - decisão judicial, manifestação - passeata		
resultados	pauta - reivindicações atendidas, justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindicava o envio do projeto de lei orgânica da Polícia Civil à Assembléia Legislativa, conforme acordado após o término da greve realizada em abril. O projeto de lei reestruturava os órgãos da corporação e a carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/12, os agentes e escrivães da Polícia Civil deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Policiais Cívis do Estado da Bahia (SindPoc), 30% dos cerca de 6.500 policiais pros seguiu trabalhando, conforme exigido por lei. Em 10/12, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Segurança Pública pediram à Justiça que analisasse a legalidade da greve. Em 12/12, a Justiça decretou a ilegalidade do movimento. Nesse dia, após assembléia da categoria, os grevistas seguiram em passeata pela av. Sete de Setembro até a Secretaria de Segurança Pública. Em 17/12, após um deputado federal, que representava o governo, garantir que o projeto de lei seria entregue à Assembléia Legislativa assim que a paralisação fosse encerrada, os policiais decidiram suspender temporariamente a greve. No fim do dia, o projeto nº 17.697/2008 foi protocolado. A categoria criou uma comissão de quatro policiais para acompanhar o andamento do projeto na Assembléia Legislativa e manteve es tado de mobilização permanente para garantir que não houvesse punição dos grevistas, nem desconto dos dias parados.		
observações			
fonte	Globo.com: 08/12; Correio da Bahia (on line): 12/12; A Tarde (on line): 12, 13, 18/12;		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	11	período da greve	6/1/2009 a 16/1/2009
número de grevistas	872		
horas paradas	88	trab. X horas paradas	76736
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo, gratificação por função especial/descumprimento de acordo, contratação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Os policiais civis, agentes penitenciários e peritos criminalistas reivindicavam o cumprimento do acordo judicial, firmado após uma greve de 43 dias realizada em maio/2008, que estabelecia uma comissão formada por representantes do governo e da categoria para elaborar uma proposta de PCCS da categoria, com gratificação pelo trabalho em local de difícil provimento. Segundo o Sindicato dos Policiais Cívis do Maranhão (Sindpol/MA), a proposta enviada pelo governo à Assembléia Legislativa não considerava os trabalhos da comissão. Além disso, os servidores pediam contratações.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/01, os policiais civis, agentes penitenciários e peritos criminalistas deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Policiais Cívis do Maranhão (Sindpol-MA), o estado possuía 1.546 policiais civis, dos quais 300 eram delegados, e 450 agentes penitenciários. Apenas os delegados e 30% do restante do contingente continuou trabalhando. Em 08/01, a Justiça acatou pedido da Procuradoria Geral do Estado, decretou a ilegalidade da greve e determinou, em caráter liminar, a suspensão da paralisação, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil às entidades sindicais, em caso de descumprimento. Apesar da decisão judicial, a categoria permaneceu em greve. Em 09/01, o presidente da Associação dos Peritos Criminais do Maranhão afirmou que seria montado um plantão central de 24 horas para prestar os serviços essenciais à população. Em 15/01, os grevistas fizeram passeata pelas ruas do centro de São Luís, a mobilização foi organizada pelos sindicatos dos policiais (Sinpol-MA) e dos Servidores do Sistema Previdenciário (Sindispen), além das associações da Polícia Técnica e Científica (Apotec) e dos Policiais Cívis do Estado (Aspcema). Em 16/01, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão considerou a greve ilegal e determinou, em caráter definitivo, o fim do movimento. Além disso, anulou a cobrança da multa diária de R\$ 20 mil às entidades sindicais. No início da noite, em assembléia, os trabalhadores decidiram encerrar a paralisação.		
observações			
fonte	Imirante.com: 05, 12 e 16/01; Globo.com: 06, 07, 08 e 16/01; JB online: 09/01; Jornal Pequeno (online): 17/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	15/1/2009 a 16/1/2009
número de grevistas	270		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	4320
motivo/caráter	solidariedade/solidariedade		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os delegados da Polícia Civil do Maranhão pararam em apoio aos policiais, agentes penitenciários e peritos criminalistas que estavam em greve havia 10 dias.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/01, os 300 delegados deflagraram greve de 48 horas. Segundo o presidente da Associação de Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), 30% da categoria continuaria trabalhando, como determinava a lei. Na manhã de 17/01, o trabalho foi normalizado.		
observações			
fonte	Jornal Pequeno (online): 16 e 17/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/1/2009 a 27/1/2009
número de grevistas	150		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	1200
motivo/caráter	isonomia salarial/descumprimento de decisão judicial		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	Os delegados da Polícia Civil do Pará reivindicavam o cumprimento da decisão judicial que obrigava o governo estadual a equiparar o salário de delegados do estado aos dos procuradores do Pará. A decisão beneficiava os cerca de 350 delegados do estado que ingressaram com mandato de segurança na Justiça no ano de 1994.		
encaminhamentos/resultados	Em 26/01, o governo cancelou reunião de negociação agendada para aquela manhã, que ocorreria no Centro Integrado de Governo (CIG), com representantes da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepof) e da Casa Civil. Em 27/01, os delegados da polícia civil do Pará deflagraram greve por tempo indeterminado. Segundo a Associação dos Delegados de Polícia do Pará (Adepol), os 150 delegados que atuavam na região metropolitana de Belém cruzaram os braços e a tendência era que os demais (364 policiais no interior) também aderissem à greve. Cerca de 60 grevistas fecharam o trânsito e protestaram com faixas e cartazes em frente ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE). Um comissão de grevistas foi recebida pela desembargadora do TJE e pediu a aplicação de multa contra o estado pelo descumprimento da decisão judicial que determinava a isonomia salarial entre os delegados e procuradores. O juiz da 1ª Vara da fazenda Pública do TJE acatou pedido do governo, declarou a greve ilegal e determinou o fim da greve, sob pena de multa de R\$ 100 mil e desconto dos dias parados. A greve prosseguia.		
observações			
fonte	Agência do Pará (on line): 27/01; O Liberal (online): 27/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não

alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/2/2009 a 16/2/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria protestava contra a superlotação do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, onde a capacidade era para 36 presos, mas havia 264. Em 14/02, uma rebelião na unidade terminou com a morte de dois presos.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/02, o Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindopol/ES) realizou um protesto e paralisou o atendimento à população no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha.		
observações			
fonte	Gazeta Online: 26/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	12/3/2009 a 13/3/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	manutenção de jornada/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis de Pernambuco reivindicavam abertura de negociações com o governo estadual relativas ao aumento da carga horária de 30 para 44 horas semanais.		
encaminhamentos/resultados	Segundo o Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Pernambuco (Sindpol-PE), a portaria do governo do estado assinada dia 06/03, os diferencia dos demais servidores estaduais, sobretudo da Polícia Militar, e foi fechada sem discussão prévia com os policiais civis e as entidades representativas de classe. Em 12/03, após uma assembléia, os policiais civis de Pernambuco iniciaram greve de advertência de 72 horas. O Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Pernambuco (Sindpol-PE) disse que caso não houvesse avanços na negociação com o Estado, a categoria iria parar por tempo indeterminado a partir da meia-noite de 17/03. Apenas Plantões e o Instituto Médico Legal (IML) deveriam funcionar. Em 13/03, a paralisação prosseguia.		
observações			
fonte	Folha On Line, 13/03/2009		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	23/3/2009 a 7/4/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, contratação/propositivo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindicava reajuste salarial de 34%, melhores condições de trabalho e contratação de policiais.		

encaminhamentos/resultados	Em 23/03, os policiais civis entram em greve por tempo indeterminado. Apenas 30% dos policiais permaneceram trabalhando nos casos de flagrante de crimes hediondos. Em 24/03, a juíza da 2ª Vara da Fazenda Estadual de Goiás declarou a greve ilegal. Representantes do Sindicato dos Agentes da Polícia Civil de Goiás (Sindpol-GO) argumentaram que não foram notificados e, por isso, a paralisação seria mantida. Além disso, contestaram a decisão judicial, pois todos os trâmites foram cumpridos, como a comunicação com antecedência do movimento e a manutenção de 30% do efetivo policial em atuação. Em 07/04, o desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás negou liminar ao Sindpol-GO, que pedia a cassação da decisão da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública de Goiás, que determinou o fim da greve da categoria. O juiz ainda estipulou multa de R\$ 50 mil por dia de descumprimento.
observações	
fonte	Bom Dia Distrito Federal,Globo on line: 24/03/2009. Clica Brasília, jornal on line: 25/03/2009. Jornal de Brasília: 25/03/2009. O Popular: 08/04

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Londrina/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	2/4/2009 a 2/4/2009
número de grevistas	400		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	25600
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, condições de trabalho/propositivo, contratação/propositivo, qualificação profissional/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - ministério do trabalho		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis reivindicavam: melhores condições de trabalho e aprovação do projeto de lei que normatizaria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e criação de um programa de treinamento e de cursos especializados para a atualização dos policiais, além da contratação de pelo menos mil policiais por ano para acabar com o déficit que se arrastava havia anos.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/04, os policiais civis de Londrina fizeram paralisação de advertência e ficaram concentrados em frente à 10ª Subdivisão da Polícia Civil. De acordo com o Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região (Sindipol), 100% dos 400 policiais do município aderiram à paralisação. Só foram mantidos os serviços de guarda de presos e chamados de emergência. Em Curitiba, um grupo de policiais civis do movimento intitulado Operação Padrão realizou uma visita no 11º Distrito Policial, acompanhados de um fiscal do Ministério do Trabalho, a fim de tornar pública a situação da carceragem e as condições precárias de trabalho a que os policiais eram submetidos.		
observações			
fonte	02/04/2009: Gazeta do Povo online, 03/04/2009: Jornal do Estado.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	11/5/2009 a 20/5/2009
número de grevistas	6000		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	48000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, desvio de função/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis do estado da Bahia reivindicavam reajuste salarial de 100%, melhores condições de trabalho e retirada do serviço de custódia de presos das obrigações da polícia civil.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/05, os policiais civis deflagraram greve de advertência de 72 horas. Os policiais negaram a proposta do governo de reajuste salarial de 30% parcelado até 2011. Em 13/05, os trabalhadores encerraram a paralisação. Em 20/05, os policiais deflagraram nova paralisação de advertência de 72 horas. Segundo o presidente do sindicato da categoria 30% do efetivo, cerca de 6 mil policiais, trabalhavam. A categoria ameaçava entrar em greve por tempo indeterminado, caso o governo não apresentasse nova proposta. Greve prosseguia.		

observações			
fonte	Globo.com (online): 11/05; Folha Online: 20/05; Uol (online): 20/05		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	sim
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	11/5/2009 a 11/5/2009
número de grevistas	6000		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	48000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis do Ceará reivindicavam reajuste salarial de 100% e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/05, os policiais civis deflagraram greve de 72 horas. Segundo o sindicato da categoria essa é a primeira greve das cinco programadas até junho. A categoria ainda protestava contra a oferta do governo do estado de reajuste salarial de 30% no triênio 2009/2011. O sindicato garantia que 30% dos 6 mil policiais civis permaneciam trabalhando. Greve prosseguia.		
observações			
fonte	A tarde (online): 11/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	25/5/2009 a 27/5/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, condições de segurança/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - piquete		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais Civis do Piauí representados pelo Sinpolpi protestavam contra o escalonamento do reajuste salarial de 12% que será pago pelo governo estadual. Além de reivindicarem melhores condições de trabalho; subsídio a categoria proporcional ao dos delegados; e reclamavam da superlotação do sistema carcerário.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/05, os policiais civis representados pelo Sinpolpi deflagraram greve por tempo indeterminado. Os policiais realizaram piquete na Central de Flagrantes da polícia civil. Em 27/05, a greve prosseguia.		
observações			
fonte	Cidadeverde.com (online): 25 e 27/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA	
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	/PI
empresa	
trabalhadores	
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	12	período da greve	30/5/2009 a 10/6/2009
número de grevistas	2000		
horas paradas	96	trab. X horas paradas	192000
motivo/caráter	alimentação/propositivo, reajuste salarial/descumprimento de acordo, noturno/propositivo, insalubridade/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial, reação - desconto salarial		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria protesta contra a decisão do governo do Estado de pagar o aumento de 12% para a categoria parcelado em 3 vezes, quando deveria entrar em vigor neste mês de maio. Exigem também o recebimento do adicional noturno e do adicional de insalubridade durante as férias. Exigem o aumento do valor do ticket refeição.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/05 os policiais deflagram a greve. Em 03/06, em uma manifestação em frente à casa de Custódia, policiais civis e militares quase entram em confronto. O governo ordena o desconto dos salários de todos os servidores que insistissem em prosseguir com o movimento grevista. Por outro lado, o Sindicato dos Policiais Civis, Penitenciários e Servidores da Secretaria de Justiça e da Cidadania do Piauí - Sinpoljuspi - consegue que o Tribunal de Justiça obrigue o Governo do Estado a corrigir os valores do adicional noturno e extraordinário pagos aos policiais civis e penitenciários plantonistas representados pelo sindicato. Diante da ausência de respostas do governo o Sindicato pede o bloqueio da Conta Única do Estado para o pagamento da multa diária de R\$ 5 mil pelo descumprimento da decisão. Em 05/06 os filiados do Sindicato dos Policiais Civis - Sinpolpi - decidem pelo final da greve. O Sinpoljuspi decide pela continuidade porém. Na reunião do Sinpolpi foi decidida a aceitação da proposta do governo em pagar o reajuste salarial em duas parcelas, sendo a primeira de 20% em maio e a segunda de 80% em agosto. O Sinpoljuspi entra com mandato na Justiça para garantir o direito de greve. Em 09/06 o Tribunal de Justiça declara a greve ilegal. O sindicato afirma não ter sido notificado. Em 10/06 a greve está em andamento.		
observações			
fonte	Meio Norte: 26/05, 27/05/2009. O Dia: 04/06, 06/06, 10/06/2009. 180graus on line: 31/05/2009.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - multiatividade

categoria profissional	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL, Policiais Civis Estaduais, Professores Rede Estadual		
localização geográfica	/PE, Nordeste/PE, Nordeste/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	multiatividade		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	outros	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	1/6/2009 a 16/6/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os servidores, de modo geral, reivindicam a implantação dos seguintes pisos salariais: R\$ 518,75 para cargos com formação de nível elementar; R\$ 933,75 para cargos com formação de nível médio; R\$ 1.037,50 para cargos com formação de nível médio-técnico e R\$ 1.556,25 para cargos com formação em nível superior. Para as categorias que tem salários iniciais superiores aos pisos é exigida a reposição da inflação de 1.º de junho de 2008 a 31 de maio de 2009.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/06 os funcionários estaduais organizaram um dia de paralisação na tentativa de pressionar o governo a rever sua decisão de não dar aumento salarial a todas as categorias em 2009. Durante os protestos os servidores foram recebidos por representantes das Secretarias da Casa Civil e de Administração. Em 16/06 realiza-se uma nova paralisação, convocada pelo Fórum dos Servidores Estaduais. A greve unificada de 24 horas atinge as categorias de policiais civis, professores, servidores da Compesa, da Universidade de Pernambuco (UPE), das fundações e autarquias e os auditores fiscais. Concentrado em frente ao prédio da Assembléia Legislativa de Pernambuco, os servidores fecharam o trânsito da Rua da Aurora. Há uma reunião com representantes da administração marcada para o dia 22/06.		
observações			
fonte	Diário de Pernambuco: 02/06, 16/06/2009.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	/BA
empresa	
trabalhadores	
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL

atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	8/6/2009 a 10/6/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam um reajuste que eleve os salários à faixa de 60% a 65% dos salários dos delegados. A categoria recebe 24% dos salários dos delegados e a oferta do governo é elevar esse percentual para 30%, escalonado em três anos.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/06 os policiais deflagram greve de advertência de 72 horas, mantendo 30% do efetivo em atividade.		
observações			
fonte	Universe on line: 08/06/2009.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	29	período da greve	22/6/2009 a 20/7/2009
número de grevistas	3000		
horas paradas	232	trab. X horas paradas	696000
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindica o aumento do piso salarial, o pagamento do resíduo salarial acordado com o governo, plano de carreira e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 22/06 os policiais deflagram a greve e, dias depois, juntam-se a eles também os delegados. As delegacias funcionam em regime de plantão e todas as investigações foram interrompidas. Em 25/06 o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás suspende a liminar que reconhecia o direito de paralisação dos policiais. Em 06/07 os peritos papiloscopistas e legistas juntam-se ao movimento grevista, mas doze horas depois voltam a seus postos. Em 20/07 os policiais civis suspendem a greve. A decisão pelo fim do movimento foi tomada em assembléia, depois de uma reunião entre líderes da categoria, o Secretário de Segurança Pública e o delegado-geral da Polícia Civil. Na reunião foi reiterado que só após o retorno ao trabalho haveria negociação. Não haverá corte de ponto. As negociações devem iniciar-se com a elaboração do plano de carreira. Não haverá reajuste salarial imediato, mas o plano pode levar a melhorias salariais a médio e longo prazo.		
observações			
fonte	G1 on line: 22/06/2009. Clica Brasília on line: 22/06/2009. O Popular: 26/06, 11/07/2009. Jornal de Brasília: 06/07, 07/07, 14/07/2009. Mais Comunidade on line: 21/07/2009.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	22	período da greve	23/7/2009 a 13/8/2009
número de grevistas	0		

horas paradas	176	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Entre as reivindicações da categoria está o aumento do salário e do efetivo policial. Os policiais esperam ganhar o equivalente a 60% de um delegado.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/07 os policiais deflagram a greve com uma manifestação em frente ao prédio da Superintendência da Polícia Civil. A Justiça determinou a suspensão da greve dos policiais civis do estado do Ceará no dia 05/08/09, alegando que não foram realizado os critérios da Lei de Greves, como o esgotamento das negociações, a participação de menos de 15% dos policiais nas assembléias e que os 30% da categoria que estão exercendo o trabalho são insuficientes, será cobrado R\$ 10 mil por dia em caso de desobediência. No dia 12/08/09 os policiais voltaram ao serviço, mas o SINPOCI já alertou que eles farão um protesto denominado "Operação Legalidade", no qual eles só realizarão aquilo que a profissão exige, nada mais além.		
observações			
fonte	06/08/09: Globo online, Estado de SP; 08 e 12/08/09: O Povo online; 13/08/09: Diário do Nordeste, Terra.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	30/7/2009 a 30/7/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Policiais civis decidiram paralisar as atividades em razão do assassinato de um colega. Eles exigem da Polícia Militar a apresentação do tenente apontado como responsável pela morte.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/07 cerca de 200 policiais civis protestaram em frente à sede da Secretaria de Segurança Pública. A tarde ocorreu um novo protesto em frente ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Apenas três delegacias estão funcionando, mas em regime de emergência, somente para flagrantes e levantamento cadavérico. Segundo um diretor do Sindicato dos Policiais Civis (Sindpoc) as atividades somente serão retomadas quando a PM apresentar o tenente acusado na 2.a Delegacia. Greve em andamento.		
observações			
fonte	Universo on Line: 30/07/2009		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	1/9/2009 a 16/9/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, gratificações/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Aumento linear de 305 sobre o subsídio, com a possibilidade de reajuste a ser pago por meio de gratificação ou outro tipo de benefício até o fim de 2009, sendo incorporado ao auxílio em janeiro de 2010.		

encaminhamentos/resultados	Em 01/09 inicia-se a greve. A Secretaria de Estado de Segurança Pública lançou como contraproposta 14% de reajuste em forma de gratificação. Os trabalhadores aceitaram parte da proposta, mas querem que seja pago o retroativo a agosto de 14% sobre os subsídios.		
observações			
fonte	10,13,19/09/09: Estado do Maranhão.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	6	período da greve	10/9/2009 a 15/9/2009
número de grevistas	1360		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	65280
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, contratação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais exigem melhores condições de trabalho, mais vagas de concursos públicos e reajuste salarial. Os policias civis receberam um reajuste salarial de 7%, referente ao mês de julho, mas exigem o mesmo percentual de reajuste que tiveram os médicos legistas: 115%.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/09 os policiais civis do Ceará deflagram a greve. A decisão de cruzar os braços, porém, já havia sido tomada no dia 01/09. A última paralisação dos policiais civis terminou no último dia 21 de agosto. Na ocasião, o governo do Estado pediu 15 dias para apresentar proposta à categoria, que permaneceria em estado de greve. Diante da ausência de propostas do governo, outra greve se inicia. Segundo o sindicato dos policiais (Sinpoci), todos os 1.360 agentes aderiram ao movimento. Na noite de 14/09, durante solenidade de posse de novos delegados e escrivães da Polícia Civil, o governador do Estado declara que os pontos dos agentes em greve serão cortados e que haverá descontos salariais decorrentes deste corte. Neste mesmo dia a Procuradoria Geral do Estado dá entrada, na Justiça, a uma ação cautelar questionando os requisitos legais para a decretação da greve por parte do Sinpoci. O governo declara que também pretende, por fim, encaminhar à Polícia Federal um relatório da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) sobre a paralisação. O relatório, com informações sobre a falta de atendimento nas delegacias, deve ser encaminhado em formato de notícia-crime para uma possível abertura de inquérito. Em 15/09 a greve estava em andamento.		
observações			
fonte	02/09/09: O Povo on line; 10/09: G1;		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	47	período da greve	5/10/2009 a 20/11/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	376	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, contratação/propositivo, isonomia salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, abono salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal, processo - pagamento dos dias parados, processo - compensação dos dias parados, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais exigem reposição salarial de 30%, o pagamento de R\$ 500 restantes do subsídio prometido em 2006, a contratação dos 612 aprovados no último concurso da corporação, melhoria das condições de trabalho e um Plano de Carreira cujo teto salarial esteja em R\$ 9.720 (o mesmo valor da remuneração de um major da Polícia Militar de Goiás).		

encaminhamentos/resultados	Em 05/10 os agentes deflagram a greve - registrando agora somente ocorrências de crimes graves e paralisando as investigações. No começo do mês de novembro o Tribunal de Justiça de Goiás declara que considera a greve ilegal. Com esta decisão a Secretaria Estadual de Segurança Pública anunciou o corte do ponto dos policiais que não fossem trabalhar. A Secretaria declara também que as negociações estão encerradas desde o dia 06/10, data que o governo apresentou o plano de cargos e salários. A proposta foi considerada insuficiente pelos agentes: o plano não concedia nenhum aumento salarial - principal reivindicação - mantendo o piso em R\$ 2.711; o teto, porém, passaria a R\$ 5.145. Em 20/11 os policiais aprovam a oferta do Governo e põem fim ao movimento grevista. O governo havia proposto em 06/10 um reajuste parcelado em dez vezes; o parcelamento foi modificado nesta última semana e reduzido para duas vezes - proposta aceita pelos policiais. Para que o corte dos pontos não ocorra haverá plantões extras para repor as horas paradas desde a data da manifestação judicial.
observações	
fonte	Globo (on line): 06/10/2009, Correio Brasiliense (on line): 19/10, 14/11/2009, Portal Terra (on line): 21/11/2009.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	15	período da greve	21/10/2009 a 4/11/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	120	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, periculosidade/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Policias solicitam isonomia no tratamento entre reajustes salariais concedidos às diversas carreiras da Polícia Civil, já que delegados receberam reajuste e nada foi repassado aos policiais. Eles cobram ainda retorno do risco de vida e subsídios.		
encaminhamentos/resultados	A greve dos agentes inicia-se em 21/10, tendo sido decidida em assembléia realizada em 15/10. Cerca de 30% do contingente dos policiais permanece em regime de plantão nas delegacias, registrando ocorrências que se referem a crimes hediondos. O movimento inicia-se com uma concentração na Praça João Pessoa. Em 04/11, durante passeata da categoria em protesto contra o impasse estabelecido com o Governo realizou-se um enterro simbólico. O governador sinaliza que o entendimento com a categoria está próximo, mas que medidas podem ser tomadas para induzir o retorno dos policiais ao trabalho. Em 04/11 a greve estava em andamento.		
observações			
fonte	PB Agora (on line): 21/10, 04/11/2009		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	7	período da greve	3/11/2009 a 9/11/2009
número de grevistas	5000		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	280000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, turno/escala de revezamento/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	normalização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindica melhores condições de trabalho, a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), reajuste salarial de 63% e mudança no horário dos plantões nas delegacias, que há menos de um mês foi alterado pela Chefia de Polícia Civil. Desde então, os policiais que antes eram rendidos às 8 horas, depois de um plantão de 24 horas, passaram a ser substituídos às 13 horas.		

encaminhamentos/resultados	Em 03/11 os agentes deflagram a greve. Já no dia anterior ocorrências não-emergenciais, em uma espécie de operação tartaruga dos policiais, não estavam sendo registradas. O Sindicato da Polícia Civil de Pernambuco (Sinpol) afirma que 30% do contingente dos policiais permanecerá nas delegacias, mas que os outros 70% estão em greve. Em 04/11 o Tribunal de Justiça de Pernambuco decreta a greve ilegal e estipula uma multa de R\$ 30 mil por dia ao Sinpol caso a categoria não encerre a paralisação. Logo depois a Secretaria de Defesa Social anuncia que os policiais que não comparecerem aos locais de trabalho terão os pontos cortados e os dias parados descontados. Em assembleia realizada em 06/11, depois da notificação do sindicato, os policiais afirmam a continuidade da greve. Em nova assembleia, em 09/11, porém, os policiais votaram pela suspensão do movimento.
observações	
fonte	Correio Braziliense (on line): 03/11/2009. Folha de Pernambuco: 03/11, 06/11/2009. Jornal do Commercio: 05/11/2009. Jornal do Commercio (on line): 05/11/2009. Estadão (on line): 05/11/2009. Diário de Pernambuco: 07/11/2009. Pe360graus (on line): 09/11/2009.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	18/11/2009 a 20/11/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis cobram a implantação do Plano de Carreira elaborado pelo sindicato e um reajuste que faça com que o salário da categoria seja equivalente a um terço do pagamento de um delegado, totalizando R\$ 3.456,58.		
encaminhamentos/resultados	A paralisação de advertência inicia-se em 18/11. Em 20/11, último dia da paralisação, agentes foram ao semáforo em frente ao maior centro de compras de Maceió, em Mangabeiras, e fizeram uma panfletagem explicando os motivos da greve de alerta. Em 25/11 os policiais se reúnem em assembleia para definir se vão fazer uma paralisação por tempo indeterminado.		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 21/11/2009.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	30/11/2009 a 1/12/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo, seleção interna/externa/propositivo, isonomia salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os agentes reivindicam melhoria salarial (com remuneração em início de carreira saltando dos atuais R\$ 1600 para R\$ 4600 - salário atual de um delegado iniciante) e de condições de trabalho, além de pleitear valorização da profissão com implantação de exigência de 3.o grau completo para admissão em todas as funções da categoria.		
encaminhamentos/resultados	A greve de advertência inicia-se em 30/11. De acordo com o Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (Sindpol-MG) policiais cruzaram os braços em praticamente todas as regiões do Estado, apenas mantendo a escala mínima de 30% de atendimento à população. A cúpula do órgão nega essa abrangência do movimento. A suspensão das atividades dos servidores afeta a expedição de documentos, o atendimento no DETRAN-MG e os trabalhos no IML de Belo Horizonte. Nas cadeias públicas, que estão sob responsabilidade da Polícia Civil não há alteração da rotina. Os policiais declaram que o movimento só será suspenso com a chamada do governo para negociação, que a greve poderá ser declarada por tempo indeterminado.		

observações			
fonte	Universo on Line: 30/11/2009		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	30/11/2009 a 2/12/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	alimentação/propositivo, contratação/propositivo, promoção/propositivo, estatuto/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - piquete		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os agentes reivindicam a retirada dos presos das Delegacias, reforma do estatuto, implantação de promoções à categoria - que não ocorrem desde 2004 -, vale refeição ao invés de quentinhas, contratação de efetivo e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em assembléia realizada em 30/11 os agentes decidem pelo início da greve. Delegados e escrivães continuam trabalhando normalmente nas delegacias, porém o contingente de policiais é mantido em 30%. Na delegacia do Cidadão, localizada no Shopping Via Direta e também na Delegacia do Turista, no Praia Shopping, policiais em greve promoveram piquetes. Em assembléia realizada em 02/12 a greve é encerrada. O Sindicato dos Policiais Civis e Servidores da Segurança Pública do Estado (Sinpol) concordou com a nova proposta da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Sesed), que garantiu a retirada imediata dos presos das delegacias de natal. Além da capital foi apresentado um cronograma de retirada dos presos das demais delegacias. Ficou acordado que em no máximo 15 dias os presos de Parnamirim serão transferidos. Em no máximo 90, os de Ceará Mirim, Extremoz e São José do Mipibu. E até 100 para o resto do Estado. Até a retirada total dos presos, o Governo se prontificou a alugar prédio para o funcionamento administrativo das delegacias. Após isso as delegacias serão reformadas e voltam ao seu endereço normal. Os demais itens da pauta serão discutidos com o Governo do Estado no dia 15/01/2010.		
observações			
fonte	Tribuna do Norte: 01/12, 02/12/2009. Tribuna do Norte (on line): 01/12, 02/12/2009.		
FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA			
categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	15	período da greve	4/12/2009 a 18/12/2009
número de grevistas	0		
horas paradas	120	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	promoção/propositivo, legislação/protesto, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial, resolução - ministério público		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A principal reivindicação é o encaminhamento do pedido de reestruturação da carreira dos policiais civis ao Poder Executivo Federal e o reajuste dos salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/12, com decisão de mais de dois mil policiais reunidos em assembléia, inicia-se a greve dos policiais civis. Ocorrências e flagrantes de crimes graves serão registrados e não haverá suspensão no recolhimento de cadáveres em casas e vias públicas. As perícias serão feitas somente nesses casos. A delegacia virtual, onde podem ser registradas ocorrências como acidentes de trânsito, não funcionará. Está suspensa a emissão de carteiras de identidade e não haverá continuidade nas investigações já começadas - serão encaminhados somente os inquéritos em que o réu esteja preso. A parte administrativa da polícia também não funcionará. Neste mesmo dia houve uma reunião entre o sindicato dos Policiais Civis do distrito Federal (Sindpol) e o Secretário de Segurança Pública, sem resultados porém. Em 07/12 a continuidade da greve é ratificada em assembléia. Em 11/12 o Ministério Público da		

	União (MPU) enviou ofício ao Sinpol recomendando o retorno imediato às atividades. Segundo o sindicato, tal documento não possui caráter imperativo judicial, de modo que o movimento não deve ser interrompido. Em 15/12 a greve é declarada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A determinação judicial é que os grevistas voltem imediatamente ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 15 mil ao sindicato. Em 16/12 o Sindpol tenta revogar a decisão judicial. Neste mesmo dia a categoria rejeita a proposta feita pelo governo de montar uma comissão especial para estudar os impactos do reajuste de 28,7% e articular o projeto com o Palácio do Planalto. Em 19/12 os policiais decidem pelo fim da greve - a proposta do governo foi aceita pela categoria.
observações	
fonte	Correio Braziliense: 07/12, 17/12/2009. Correio Braziliense (on line): 04/12, 07/12, 16/12, 18/12/2009. Tribuna do Brasil (on line): 05/12, 06/12/2009. Jornal de Brasília: 05/12/2009. A Tribuna: 13/12/2009.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	20	período da greve	11/1/2010 a 1/3/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	160	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, alimentação/propositivo, contribuição sindical/descumprimento de lei, sem informação/descumprimento de acordo, condições de trabalho/propositivo, contratação/propositivo, condições de higiene/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, manifestação - piquete, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - repressão policial, resolução - ministério público, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os policiais protestam contra a desproporcionalidade dos salários em relação a outros colegas de trabalho: um policial ganha menos de 20% do salário de um delegado. Reclamam do valor dos tíquetes de alimentação. Exigem a incorporação do adicional noturno. Também alegam atraso nos repasses para o sindicato e o não cumprimento de alguns acordos feitos durante a última greve. Reivindicam melhoria nas condições de trabalho – algumas delegacias funcionam com apenas 1 agente e dois policiais – e melhorias nas condições de salubridade de muitas delegacias do interior do Estado, onde os policiais trabalham em ambientes com fossas estouradas e dejetos a céu aberto. Exigem a retirada do excesso de presos das delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/01 inicia-se a greve, prevista para durar 48 horas, dos policiais civis do Piauí. A paralisação já vinha sendo anunciada desde o dia 06/01, quando foi votada em assembléia por policiais do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Piauí – Sinpolpi. Durante toda a manhã, o setor de identificação ficou sem funcionar e policiais vestindo camisas pretas se manifestaram em frente à Central de Flagrantes. Em 12/02, à meia-noite, inicia-se a greve por tempo indeterminado. Em 13/02 a greve é considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Piauí. O pedido de ilegalidade foi impetrado pela Procuradoria Geral do Estado e aceito através de decisão do vice-presidente do TJ, que tem como argumentação o entendimento, por parte do Supremo Tribunal Federal, que, assim como os profissionais das Forças Armadas, os policiais civis não podem entrar em greve. A liminar foi deferida determinando o retorno dos policiais civis ao integral exercício de suas funções sob risco de multa diária de R\$ 30 mil ao Sinpolpi e de R\$ 100 aos policiais civis, individualmente, por dia não trabalhado. Também neste dia, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Piauí (OAB-PI) solicitou ao comando de greve a suspensão do movimento durante o carnaval e colocou-se à disposição para intermediar as negociações entre grevistas e Governo do Estado. O comando da greve afirma, no entanto, que o movimento continuará. A assessoria jurídica do Sinpolpi está trabalhando em recurso para a suspensão da liminar por entender que o TJ-PI não tem competência para analisar o caso. Caberia à Justiça do Trabalho julgar a questão. O Sinpolpi também alega que houve supressão de instância, uma vez que, não havendo foro privilegiado, a questão deveria ter sido encaminhada ao juiz singular e não ao TJ-PI. O movimento prossegue com a manutenção de 30% dos servidores em atividade no atendimento dos crimes de homicídio, estupro, crimes contra crianças e adolescentes, crimes contra idosos, crime de tráfico de drogas e crimes hediondos. No início da tarde de 15/02, em assembléia, os policiais decidem pela continuidade da greve até que o governo do Estado decida negociar com a categoria. Em 18/02 o secretário estadual de Segurança Pública do Piauí declara que cortará o ponto dos policiais grevistas e descontará no salário o valor de R\$ 100 por dia não trabalhado. Na manhã de 20/02 os policiais civis realizam um piquete na Central de Flagrantes, no centro da cidade. Reunidos em assembléia votam pela continuidade do movimento. Na manhã de 23/02, após a realização de uma assembléia em frente à Delegacia Geral, policiais civis em greve entram em confronto com a Polícia Militar. A idéia dos grevistas era apenas uma passeata pelas ruas do centro, após a assembléia, com piquete em frente ao Palácio do Karnak, sede do governo do Estado. No entanto, por volta do meio dia, quando saíram da praça Saraiva, onde a continuidade da greve foi votada, eles passaram pelo Instituto Médico Legal, na rua 13 de Maio, e resolveram ocupar o órgão à força. O IML estava sendo guardado por policiais militares que responderam imediatamente. Dois manifestantes foram feridos a tiro. Outros tantos foram contidos com o uso do spray de pimenta. Um Boletim de Ocorrência foi registrado no 1º Distrito Policial, acusando os policiais militares de tentativa de homicídio. Cápsulas de revólver foram encontradas no chão. O secretário de Segurança declara que não houve abuso por parte da PM e que um inquérito criminal e administrativo será aberto para apurarem o confronto. Ainda neste mesmo dia, 23/02, durante a tarde, membros do Ministério Público, Câmara dos Vereadores de Teresina e o presidente da OAB tentam intervir na greve e, depois de uma reunião, realizada no Ministério Público, com representantes do Sinpolpi, chegam a um acordo: a Central de Flagrantes, o Instituto Médico Legal e o Instituto de Identificação voltam a funcionar normalmente. Em troca da liberação desses locais, que garante o funcionamento parcial da Polícia Civil, será agendada uma audiência com o governador e as partes se reunirão em negociação. Em 25/02, a assembléia dos policiais decide manter a greve por mais cinco dias. Em 01/03 realiza-se, no TJ, uma reunião entre representantes do Sinpolpi, da Secretaria da Administração, do governo, da Delegacia Geral do Piauí e da Procuradoria-Geral do Estado, além do presidente da OAB e três promotores do Ministério Público Estadual. O desembargador do TJ propôs que as partes entrassem em um acordo em no máximo 15 dias – caso o acordo não aconteça, ele, o		

	desembargador, tomará suas próprias providências. Foi acordado que a greve está suspensa por quinze dias. No dia seguinte, em 02/03, os policiais ratificam, em assembleia, as recomendações do desembargador.
observações	Saúde Local
fonte	O Dia: 07/01, 12/01, 14/02, 16/02, 19/02, 21/02, 26/02, 02/03/2010; Gterra (on line:www.gterra.com.br): 01/03/2010.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	11/3/2010 a 11/3/2010
número de grevistas	540		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	4320
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os delegados exigem reajuste salarial e reestruturação das carreiras.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/03 os delegados da polícia Civil de Pernambuco paralisam suas atividades por 24 horas. A paralisação não impediu o funcionamento dos plantões, força tarefa e registro de boletins de ocorrência.		
observações			
fonte	Jornal da cidade: 12/03/2010		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder legislativo/estadual		
duração	7	período da greve	25/3/2010 a 31/3/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	legislação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, promoção/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações atendidas		
causa	Os agentes exigem a votação, na Assembleia Legislativa, do plano de cargos, carreiras e salários - que regulamenta promoções e reajustes de salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/03, os policiais civis deflagram greve por tempo indeterminado. No final da manhã, representantes do Sindicato da Polícia Civil (Sinpol) reúnem-se com o secretário adjunto da Casa Civil - sem avanços porém, declaram os sindicalistas. Em 31/03, após aprovação do projeto, por unanimidade, em sessão extraordinária na Assembleia Legislativa, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	Tribuna do Norte (on-line:www.tribunadonorte.com.br): 26/03/2010; Iparaíba (on-line: www.iparaiba.com.br): 31/03/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	12	período da greve	25/3/2010 a 5/4/2010
número de grevistas	362		
horas paradas	96	trab. X horas paradas	34752
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindica reposição salarial correspondente aos últimos cinco anos e melhoria nas condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/03 a greve dos delegados da Polícia Civil é deflagrada. Os grevistas reúnem-se, pela manhã, em frente à sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública esperando retomar negociações com o governo do Estado. Em 05/04, sem ter conseguido avanços, a greve é encerrada. O secretário de Segurança Pública deixa neste dia o seu cargo para concorrer às eleições. As reivindicações serão apresentadas ao novo secretário.		
observações			
fonte	Diário da Manhã: 26/03/2010; O Hoje: 06/04/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	NACIONAL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder executivo/federal, poder legislativo/federal		
duração	1	período da greve	23/4/2010 a 23/4/2010
número de grevistas	100000		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	800000
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os agentes reivindicam a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional – PEC 446/300-2009 – que tramita na Câmara Federal e visa estabelecer um piso salarial padrão para policiais civis, militares e bombeiros.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/04, realiza-se o dia nacional de mobilizações dos policiais civis – que contou, em algumas cidades, com o apoio de policiais militares e bombeiros. Na Bahia, segundo informações do Secretário Geral do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado da Bahia (Sindpoc), apenas os serviços de flagrantes e remoção de corpos de vítimas por morte violenta funcionam durante a paralisação. Em Pernambuco o chefe da Polícia Civil ameaça o corte do ponto dos grevistas. Em Natal, no Rio Grande do Norte, bombeiros, policiais civis e militares saem em passeata.		
observações			
fonte	A Tarde (on-line: www.atardeonline.com.br): 23/04/2010; A Região (on-line: www2.uol.com.br/aregiao): 24/04/2010; Folha de Pernambuco: 23/04/2010;		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	19	período da greve	10/5/2010 a 28/5/2010
número de grevistas	0		

horas paradas	152	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	alimentação/propositivo, qualificação profissional/propositivo, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais reivindicam a retirada definitiva dos presos das delegacias em todo o Estado; exigem a regulamentação do livre acesso dos policiais em locais sujeitos à fiscalização como cinemas, shows, teatros, estádios; exigem vale-refeição para os plantonistas, a contratação de serviço terceirizado de limpeza para as delegacias e o curso de formação dos concursados.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/05 os agentes deflagram greve por tempo indeterminado. Em 11/05 os policiais ocupam uma das galerias da Assembleia Legislativa, pedindo apoio dos deputados para uma intermediação com a área de segurança pública do Estado. Em 20/05, um grupo de policiais promove um ato público no calçadão da rua João Pessoa, no centro. Em 27/05 a greve dos policiais civis é decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça. Foi fixada uma multa diária de R\$ 5.000 para o caso de descumprimento da decisão. Em 28/05, a greve é encerrada. Na reunião entre representantes do sindicato e o governador do Estado decidiu-se que a retirada dos presos das delegacias - principal reivindicação - deverá iniciar-se no máximo 60 dias. A Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc) irá assumir a responsabilidade integral dos presos.		
observações	Saúde Local		
fonte	Diário de Natal (on-line:www.dnonline.com.br): 11/05/2010; Tribuna do Norte: 20/05, 25/05/2010; Tribuna do Norte (on-line:tribunadonorte.com.br): 12/05, 29/05/2010; RN Notícias (on-line:www.rnnoticias.com.br): 27/05/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	47	período da greve	17/5/2010 a 2/7/2010
número de grevistas	380		
horas paradas	376	trab. X horas paradas	142880
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, piso salarial/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	A categoria reivindica aumento de 24% no piso salarial e reestruturação da carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/05 a greve dos delegados da Polícia Civil é deflagrada. Os delegados passam o dia concentrados em frente à Associação dos Delegados de Polícia de Goiás (Adpego) tratando de assuntos relacionados à paralisação. Em 19/05 o Tribunal de Justiça de Goiás determina que um percentual mínimo de 50% dos delegados devem manter suas atividades e estipula multa diária de R\$ 50.000 ao Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Goiás (Sindepol) em caso de descumprimento. Em 10/06 o governo propõe reajuste de 4% dos pisos. Em 11/06, em assembleia, os delegados recusam a proposta. Em 21/06, a audiência de conciliação realizada no TJGO é encerrada sem chegar a um acordo. Em 21/06 os agentes e escrivães da Polícia Civil também entram em greve. Em 30/06 o presidente do TJGO determina que os delegados devem retornar imediatamente ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 50.000, aplicada ao Sindepol, em caso de desobediência. A liminar que havia determinado a manutenção de 50% das atividades foi suspensa. A mesma decisão havia sido aplicada, no dia anterior, em 29/06, à greve dos agentes e escrivães da Polícia Civil - que depois de notificados decidiram, em assembleia, pelo fim do movimento grevista. Em 02/07, os delegados votam pela retomada de suas funções.		
observações			
fonte	Diário da Manhã: 18/05/2010; Route News (on-line:www.routenews.com.br): 20/05, 12/06, 21/06/2010; Hoje: 22/06/2010; Diário do Interior (on-line:www.diariodointerior.com.br): 06/07/2010; O Popular: 01/07/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AM, Norte/BA, Nordeste/CE, Nordeste/GO, Centro-Oeste/AL, Nordeste/MT, Centro-Oeste/RJ, Sudeste/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado

alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder executivo/federal, poder legislativo/federal		
duração	2	período da greve	19/5/2010 a 20/5/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - piquete		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os agentes protestam pela aprovação, no Congresso, do piso salarial nacional da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/05, policiais civis de oito Estados interrompem suas atividades. Em Alagoas, os agentes paralisam suas atividades por 24 horas. O Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas adotou a estratégia de concentrar a mobilização em um único piquete na Central de Polícia, no Sobral. O protesto começou logo cedo, com um café da manhã servido numa tenda instalada na frente da sede das delegacias de plantão. Cerca de trinta grevistas impediam a chegada de viaturas da Polícia Militar para registrar ocorrências na central. Na Bahia o movimento transforma-se em uma greve por tempo indeterminado (reg. SAG 27.414).		
observações			
fonte	Gazeta de Alagoas: 20/05/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder executivo/federal, poder legislativo/federal		
duração	21	período da greve	19/5/2010 a 8/6/2010
número de grevistas	7000		
horas paradas	168	trab. X horas paradas	1176000
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, legislação/protesto, reajuste salarial/descumprimento de acordo, insalubridade/descumprimento de acordo, promoção/descumprimento de acordo, desvio de função/descumprimento de lei, outros - salários indiretos e auxílios/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os policiais civis exigem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 446/300 na Câmara dos Deputados, que prevê piso salarial unificado para policiais militares, civis e bombeiros de R\$ 3.500 para agentes com nível médio e R\$ 7000 para agentes com nível superior. Também existem questões locais: o reajuste salarial de 42,07% até 2010, pagamento do adicional de insalubridade, destravamento de carreiras, desvio de função, criação de gratificações de incentivo à titulação, paridade entre inativos (aposentados) e ativos - itens do acordo assinado em 2009 entre governo e sindicato dos policiais civis		
encaminhamentos/resultados	Em 19/05, os policiais civis deflagram a greve por tempo indeterminado. São mantidos apenas os serviços de levantamento cadavérico e prisão em flagrante, sendo que este será conduzido por policiais militares. Em 20/05 ocorrem rebeliões e tentativas de fuga em delegacias de Salvador e do interior da Bahia. Em 08/06, a greve é encerrada. Policiais de outros Estados que estavam mobilizados já haviam todos voltado às suas atividades. Além disso, membros do Sindicato dos Policiais Civis reuniram-se com o secretário de Segurança Pública, que se comprometeu a encaminhar as reivindicações ao governador.		
observações	Saúde Local		
fonte	A Tarde (on-line: www.atarde.com.br): 14/05, 19/05, 04/06, 08/06/2010; O Globo (on-line: oglobo.globo.com): 21/05/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder executivo/federal, poder legislativo/federal		
duração	3	período da greve	27/5/2010 a 29/5/2010
número de grevistas	0		

horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, legislação/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - acampamento		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam reestruturação das carreiras e reajuste salarial de 28%, diluído em três anos. O plano de carreira da categoria, apesar de aprovado pelo Governo do Distrito Federal, permanece parado no Congresso.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/05, os agentes deflagram a paralisação de advertência, prevista para durar 48 horas - até a manhã de 29/05. As delegacias atendem ao público com 30% das atividades normais e efetivo de agentes reduzido. Apenas ocorrências consideradas emergenciais, como flagrantes, homicídios, crimes sexuais e sequestros terão registro. Todas as investigações em curso estão interrompidas e cartórios estão fechados. Os grevistas estão acampados em frente à sede provisória da Presidência da República, no Centro Cultural Banco do Brasil.		
observações			
fonte	Correio Braziliense (on-line: www.correiobraziliense.com.br): 27/05, 28/05/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	15	período da greve	1/6/2010 a 6/7/2010
número de grevistas	2500		
horas paradas	120	trab. X horas paradas	300000
motivo/caráter	isonomia salarial/propositivo, reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações atendidas		
causa	Os policiais civis reivindicam a extensão dos benefícios da isonomia para os policiais mais novos, referentes aos anos de 2005, 2008 e 2009, e o pagamento do precatório referente ao salário mínimo. O débito por parte do governo existe há vários anos e já atinge o valor de R\$ 100.000.000. A categoria exige, por fim, melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/06 os policiais civis de Rondônia paralisam suas atividades por 24 horas. Em 23/06 os policiais deflagram a greve por tempo indeterminado. Os grevistas se concentram na praça Getúlio Vargas, em frente ao Palácio do Governo, em Porto Velho. Em 28/06 o governador empossa 307 agentes aprovados no último concurso, que já concluíram a academia de formação, e convoca mais 320 aprovados no mesmo concurso. Os policiais em greve afirmam que é uma ação que tem um objetivo de intimidação. Em 06/07, após o anúncio do governo de que as principais reivindicações da categoria serão atendidas, o fim da greve é decidido em assembléia e os serviços são normalizados.		
observações			
fonte	Tudo Rondônia (on-line: < www.tudorondonia.com.br >): 01/06/2010; O Estadão: 02/06, 30/06/2010; Rondônia Dinâmica (on-line: < www.rondoniadinamica.com.br >): 23/06, 28/06; Última Hora (on-line: < ultimahora-ro.com.br >): 07/07/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual, poder executivo/federal, poder legislativo/federal		
duração	13	período da greve	19/6/2010 a 1/7/2010
número de grevistas	2500		
horas paradas	104	trab. X horas paradas	260000
motivo/caráter	legislação/protesto, reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os agentes reivindicam reajuste salarial de 33% e reestruturação das carreiras.		

encaminhamentos/resultados	Em 19/06, os policiais civis deflagram greve por tempo indeterminado. As delegacias do Distrito Federal permanecem registrando apenas ocorrências de flagrantes e crimes que envolvam mortes. Em 24/06, em reunião com os policiais, o governador do Distrito Federal afirma que irá intermediar negociações com o governo federal, caso a greve seja encerrada. Em 25/06 noticia-se a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que declarou a ilegalidade da greve e determinou a volta imediata ao trabalho sob pena de multa diária de R\$ 100.000 ao Sindicato dos Policiais Civis. Em 01/07 os policiais decidem, em assembleia, pelo fim do movimento grevista. A decisão ocorreu após o comprometimento do governo federal em enviar o projeto de reestruturação da carreira depois das eleições.
observações	Considerou-se como número de grevistas o número dos policiais sindicalizados.
fonte	Correio Braziliense (on-line: www.correiobraziliense.com.br): 19/06, 01/07/2010; Mais Comunidade (on-line: www.maiscomunidade.com): 25/06/2010.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	10	período da greve	21/6/2010 a 30/6/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	80	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Os agentes e escrivães reivindicam reposição salarial de 30%.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/06 a greve dos agentes e escrivães da Polícia Civil é deflagrada. Em 30/06, em assembléia tumultuada, a greve é encerrada. Os grevistas haviam sido notificados da decisão do TJGO que determinava a volta imediata ao trabalho sob pena de multa.		
observações			
fonte	O Hoje: 22/06/2010; O Popular: 24/06, 01/07/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	23	período da greve	25/10/2010 a 16/11/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	184	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, isonomia salarial/propositivo, governo/protesto		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - não-punição de grevistas		
causa	Os policiais civis protestam contra o projeto de lei enviado pelo Governo à Assembléia Legislativa - que concede aumentos inferiores aos esperados não apenas por policiais civis, mas por policiais militares e bombeiros. Os policiais pedem a equiparação salarial com a polícia de Sergipe.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/10 os policiais civis deflagram a greve. Agentes de investigação, motoristas e escrivães estão parados. Em 16/11 a greve é suspensa. Espera-se que, no prazo de 15 dias, a equipe econômica do governo estude as reivindicações dos policiais e envie um novo projeto para a Assembléia Legislativa.		
observações			
fonte	Paraíba (on-line: www.paraiba.com.br): 25/10, 16/11/2010; PB Agora (www.pbagora.com.br): 02/11/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	6/12/2010 a 9/12/2010
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	gratificações/descumprimento de lei		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais protestam contra a retirada do adicional de isonomia salarial de policiais civis de 2005 a 2010.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/12 a greve dos policiais é deflagrada. Em 09/12, reunidos em assembléia, os policiais decidem pelo fim da greve.		
observações			
fonte	Tudo Rondonia (www.tudorondonia.com): 29/11/2010; Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Rondônia (on-line: www.sinsepol.com.br): 06/12, 09/12/2010.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	14	período da greve	8/2/2011 a 21/2/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	112	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	gratificações/manutenção de condições vigentes, estatuto/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - piquete, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações atendidas		
causa	Os servidores reivindicam o recebimento das gratificações, cortadas em janeiro pela nova administração do Estado, que chegam a representar 70% dos salários. Os servidores também reivindicam a aprovação do estatuto da categoria, engavetado desde a gestão passada.		
encaminhamentos/resultados	No dia 08/02 os servidores do Instituto Técnico-científico de Polícia (ITEP) deflagram greve por tempo indeterminado. O movimento paralisou os serviços oferecidos em cinco centrais do cidadão na capital, assim como na sede do bairro da Ribeira, além dos postos no interior do estado - como em Mossoró e Caicó. Na Central do Cidadão da Cidade Alta encontra-se um piquete. Apenas recolhimento de cadáveres, necrópsia e perícias em crime de flagrantes estão funcionando, representando os 30% estabelecidos pela Lei de Greve. Em 12/02, o governo realiza o pagamento das gratificações de parte dos trabalhadores. Em 21/02, após negociação entre governo e sindicato, a greve é encerrada. O governo realizará o pagamento retroativos das gratificação do mês de janeiro na folha de pagamento de fevereiro e também, no prazo de 90 dias, deverá regulamentar o novo estatuto do Itép/RN.		
observações			
fonte	Diário de natal (on line) http://www.diariodenatal.com.br 17.02.2011; Tribuna do norte 09.02.2011; Tribuna do norte (on line) http://tribunadonorte.com.br 14.02.2011		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	23/2/2011 a 26/2/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, promoção/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam aumento salarial de 28%, reestruturação da carreira e alteração nos critérios de progressão funcional.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/02, policiais deflagram greve por 72 horas. O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol-DF) afirma que a carreira apenas pode ser reestruturada a partir de uma decisão federal - e que, apesar do apoio do Governo do Distrito Federal, o Governo Federal tem obstruído as negociações. Em 26/02 a greve é encerrada. A Casa Civil da Presidência da República informa que está analisando as propostas de reestruturação de carreira das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros enviadas pelas administrações anteriores.		
observações			
fonte	Jornal de Brasília: 23 e 24.02.2011; DFTV (on line: participedftv.globo.com): 26.02.2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	9	período da greve	3/3/2011 a 11/3/2011
número de grevistas	300		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	21600
motivo/caráter	condições de segurança/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria protesta contra a morte de um policial civil que era investigado por uma denúncia de extorsão e, durante a operação, foi alvejado por outros policiais civis.		
encaminhamentos/resultados	Dia 03/03, cerca de 300 policiais deflagraram greve. Os grevistas caminharam em protesto da Av. Carlos Gomes até o Ministério Público Estadual em Nazaré. No final da tarde, a Justiça concedeu liminar contra a greve dos agentes, depois de ser acionado pela Procuradoria do Estado. Foi decretada a ilegalidade da greve e estipulado multa de R\$ 100 mil por dia ao sindicato em caso de desobediência da liminar que ordena a volta ao trabalho. Em 11/03, os agentes da Polícia Civil decidiram suspender a greve. Mesmo com o fim da greve, a categoria exige ordem de serviço para todas as ações que sejam designadas. Ela será avaliada pelos agentes e, em seguida, será informado formalmente se há condições de exercer a função solicitada.		
observações	Saúde Local		
fonte	Folha.com (on line) http://www1.folha.uol.com.br 03.03.2011; Bocaão news (on line) http://www.bocaonews.com.br 12.03.2011; Folha de São Paulo 04.03.2011; A Tarde 04.03.2011; Jornal da Cidade 04.03.2011; Correio da Bahia 04.03.2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	11	período da greve	22/3/2011 a 1/4/2011
número de grevistas	0		

horas paradas	88	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, alimentação/propositivo, periculosidade/propositivo, insalubridade/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Servidores reivindicam reajuste de 20% nos salários e 15% nas demais gratificações como vale alimentação, periculosidade e insalubridade.		
encaminhamentos/resultados	Em 22/03, policiais deflagraram greve. Após algumas rodadas de negociação, foi oferecido 5% de reajuste nas horas extras, mais incorporação do vale alimentação para motoristas e operadores de rádio. Os policiais não aceitaram. Em 01/04, a nova proposta foi aceita pela categoria. Ficou acordado 10% de reajuste que serão dados esse ano, a título de horas extras e serão incorporados aos salários, inclusive dos aposentados a partir de janeiro de 2012. Também ficou garantido o vale refeição e gratificação para os motoristas e operadores de rádio, além de gratificações e outros benefícios que o governo propôs e vai cumprir.		
observações	Saúde Local		
fonte	Bastidores da política (on line: http://www.blogdoandremartins.com.br 02/04/2011); Último Segundo (on line: www.ultimosegundo.ig.com.br 22/03/2011); R7 (on line: http://noticias.r7.com 22/03/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	28/3/2011 a 28/3/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os servidores reivindicam melhoria das condições de trabalho, contratação de mais servidores e aumento salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/03, policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para durar 24 horas. Eles realizam uma protesto no Aeroporto de Confins. O Sindicato dos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (SindipoI-MG) informa que a escala mínima de trabalho prevista em lei está mantida.		
observações			
fonte	SRZD (on line: www.sidneyrezende.com): 28/03/2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	28/3/2011 a 30/3/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam o cumprimento de acordo firmado em 2010, que estabelece um reajuste de 24% em 2011. O governo propõe agora que o reajuste seja parcelado em 4 vezes até 2012.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/03, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Piauí (Sinpolpi), 30% do efetivo da corporação permanece em atividade. Ainda segundo o Sinpolpi, caso não haja um novo acordo satisfatório com o governo, uma paralisação por tempo indeterminado pode começar em 15 de abril.		
observações			

fonte	G1 (on line: http://g1.globo.com): 30.03.2011; Portal RG (on line: http://www.portalrg.com.br): 29.03.2011; Meio Norte: 26.03.2011.
-------	--

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	31/3/2011 a 15/4/2011
número de grevistas	3000		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	384000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, assistência médica/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais reivindicam reajuste salarial de 28% e a reestruturação da carreira.		
encaminhamentos/resultados	Dia 31/03, trabalhadores deflagraram greve. A categoria decidiu manter a greve mesmo após a 10ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) determinar a suspensão do movimento no dia anterior. Dia 07/04, o governo assumiu o compromisso de publicar um decreto para corrigir um intervalo na progressão da carreira dos policiais. Em 12/04, a categoria rejeitou a primeira oferta de negociação do governo. Foram propostos dois aumentos de 6,5% para maio e setembro de 2012, e estudos para avaliar a concessão de plano de saúde e reestruturação de carreira. Dia 15/04, policiais decidiram encerrar a greve. Eles voltaram atrás e aceitaram a proposta de reajuste de 13% com pagamento parcelado, a primeira para dezembro de 2011 e a segunda em março de 2012.		
observações	Saúde Doenças		
fonte	Correio brasileiro (on line) http://www.correiobrasileiro.com.br 15.04.2011; Correio brasileiro 06, 07 e 08/04/2011; Jornal de Brasília 31.03.2011 e 01, 03, 06 e 07.04.2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	53	período da greve	5/4/2011 a 14/6/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	424	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	alimentação/propositivo, piso salarial/propositivo, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, efetivação/propositivo, trabalho temporário/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, perseguição/manutenção de condições vigentes, uniforme/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, manifestação - passeata, manifestação - acampamento, manifestação - concentração, manifestação - piquete, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas		
causa	Os trabalhadores reivindicam a implantação do piso salarial equivalente a 60% do valor da remuneração dos delegados de Polícia e reajuste salarial de 14%. Reivindicam também melhores condições de trabalho - viaturas, armas e fardamento novos, troca dos coletes vencidos - além da efetivação dos 250 policiais sub-judice, aprovados no concurso de 2004. Os policiais também protestam contra o projeto de lei que amplia de dois para quatro anos o tempo de contratação temporária. Os dirigentes sindicais também reclamam de perseguição por parte do delegado-geral.		
encaminhamentos/resultados	Dia 05/04, os policiais civis paralisaram suas atividades por três dias. Houve concentração dos grevistas em frente ao Palácio República dos Palmares, no Centro de Maceió. Dia 26/04, os policiais deflagraram greve, já que as reivindicações não foram atendidas. A permanência dos 30% de serviços em funcionamento não foi respeitada. Dia 27/04, os grevistas fizeram piquete em frente à Central de Polícia. O sindicato da categoria informou recorrer quanto à ilegalidade da greve, já que a desembargadora responsável se utilizou de determinação da greve realizada em 2009, no qual, as reivindicações eram outras. Dia 19/05, os grevistas invadiram a sede da secretaria da fazenda e acamparam no local até o dia seguinte. Durante o período da greve, o movimento unificado dos		

	servidores públicos, liderado pela CUT, organizou manifestações, no qual, todas as categorias em greve no Estado participaram. Em 05/06, houve contraproposta do governo de 7% de uma só vez a todos os trabalhadores. Em 14/06, a categoria aceitou a proposta de reajuste de 7% oferecida pelo governo, além de outros itens do acordo definido junto ao movimento unificado dos servidores públicos. O acordo com o governo prevê a negociação pelo Plano de Carreira dos policiais, a revogação das portarias que punem grevistas, a realização de concurso público, o arquivamento do Projeto de Lei de contratação temporária e o investimento nas áreas da saúde, educação, segurança pública e assistência social.
observações	Saúde Prevenção
fonte	G1 (on line: http://g1.globo.com 06 e 15/06/2011); Paineis notícias (on line: www.painelnoticias.com.br 14/06/2011); Gazeta de Alagoas 06, 26, 27 e 28/04/2011; Jornal da cidade 20/05/2011.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	12/4/2011 a 13/4/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - piquete		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Trabalhadores reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Dia 12/04, policiais civis iniciaram paralisação de 48 horas. Dia 14/04, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou o fim da greve, decretando multa de R\$ 50 mil caso não haja cumprimento da decisão. O Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Sindipol) declara que a Justiça cometeu um erro na caracterização do movimento - uma paralisação de advertência e não uma greve - e que, além disso, desde o início do dia, todas as atividades já foram normalizadas.		
observações			
fonte	EM (on line: www.em.com.br 12 e 14/04/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	32	período da greve	15/4/2011 a 16/5/2011
número de grevistas	1300		
horas paradas	256	trab. X horas paradas	332800
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - desconto salarial, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais reivindicam reajuste salarial imediato de 24% - conforme acordo realizado com o governo em 2010.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/04, policiais civis deflagram a greve por tempo indeterminado. Também os agentes penitenciários paralisam suas atividades (ver registro SAG nº 28116). A proposta do governo é dividir o aumento pedido pelos policiais civis em quatro parcelas de 6%. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Piauí (Sinpolpi), é mantido o mínimo de 30% do efetivo. Apenas homicídios, crimes sexuais e casos de violência doméstica continuam sendo registrados. Neste mesmo dia, o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) declara em medida liminar a ilegalidade da greve e autoriza a Polícia Militar a ocupar os postos dos grevistas da Polícia Civil. Em 21/04 o governo declara que serão cortados os pontos dos policiais civis em greve e será solicitada, conforme a decisão do TJ-PI, a aplicação de multa ao Sinpolpi. Em 16/05, os policiais decidem interromper a greve por sete dias, esperando que governo, nesse meio tempo, apresente uma nova proposta de reajuste. Em 25/05 o governador do Estado apresenta aos representantes dos policiais civis uma nova proposta: reajuste linear de 7,1%, imediato, e mais 4,9% no mês de novembro deste ano. Mais 12% estão previstos para 2012, sendo 8% em fevereiro e mais 4% em novembro. Também é garantida a criação de cargos para comportar os trabalhadores de carreira e a permanência de um canal		

	de negociação sobre a recuperação do valor real de salário. Em 01/06 os policiais aprovam a proposta do governo. A greve, que já estava temporariamente suspensa desde o dia 16/05, está encerrada.
observações	
fonte	Princesa news (on line) http://www.princesanews.com 18.04.2011; G1 (on line) http://g1.globo.com 16.05.2011; Meio Norte 06, 16, 17,19, 21 e 22.04.2011; Feirão do automóvel (on line) http://180graus.com 11.05.2011.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	71	período da greve	10/5/2011 a 19/7/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	568	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	isonomia salarial/propositivo, contratação/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Servidores reivindicam equiparação salarial entre delegados de polícia e promotores da Defensoria Pública (que recebem R\$ 21.000) e entre investigadores e peritos dos instituto de criminalística (que recebem R\$ 4.200); além da realização de concurso público.		
encaminhamentos/resultados	Dia 10/05, policiais civis paralisam suas atividades. Dia 21/06, o Tribunal de Justiça considerou ilegal as manifestações e protestos da greve exigindo o retorno ao trabalho e determinando, em caso de descumprimento da ordem, multa diária de R\$ 100 mil ao sindicato dos Servidores da Polícia Civil (SindPol). Em 19/07, os grevistas suspenderam o movimento por 60 dias. A decisão foi tomada durante uma reunião no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O governo propôs uma nova Lei Orgânica que deve ser entregue a Assembleia até agosto deste ano. O SinPol participará da comissão elaboradora da Lei.		
observações			
fonte	G1 (on line: http://g1.globo.com 21/06/2011 e 19/07/2011); Último segundo (on line: www.ultimosegundo.com.br 13/05/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	59	período da greve	17/5/2011 a 14/7/2011
número de grevistas	150		
horas paradas	472	trab. X horas paradas	70800
motivo/caráter	legislação/protesto, reajuste salarial/propositivo, efetivação/propositivo, alimentação/propositivo, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, normatização - manutenção de percentual mínimo, resolução - negociação, resolução - acordo judicial, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações atendidas, processo - compensação dos dias parados		
causa	Policiais reivindicam o enquadramento da categoria conforme a lei 417/2010, inclusive reajuste salarial de 50% agora em maio e outubro de 2011, além da troca de quentinhas por vale-alimentação, a contratação de empresa de limpeza, a retirada dos presos das delegacias e a nomeação dos 509 aprovados no último concurso.		
encaminhamentos/resultados	Dia 17/05, agentes e escrivães da policia civil deflagraram greve. Em 29/05, houve reunião de conciliação entre as partes. Não houve acordo. Em 06/06, cerca de 400 policiais realizaram passeata da sede do sindicato, no centro, até a governadoria. Dia 08/06, o governo entrou com pedido de ilegalidade da greve. Dia 21/06, grevistas realizaram passeata pelas ruas do centro da cidade. Dia 22/06, o governo informou corte no ponto dos grevistas. O Tribunal de Justiça determinou a manutenção da atividade de 50% dos policiais, estabelecendo, em caso de descumprimento, multa diária de R\$ 50 mil ao sindicato. Dia 13/07, após audiência de conciliação solicitada pelo sindicato, as partes entraram em acordo. Ficou acordado que, em substituição às quentinhas, o Governo do Estado instituirá o pagamento, a partir de outubro, de um vale-refeição no valor de R\$ 10,00 para os policiais civis		

	plantonistas; um serviço t.erceirizado de limpeza será contratado; todos os presos das 7ª e 14ª DP e dos Plantões da Zona Norte e Zona Sul de Natal, serão removidos no prazo de 30 dias. O Estado se comprometeu ainda à retirar os policiais militares das delegacias de polícia nas cidades em que haja efetivo suficiente para o desenvolvimento do trabalho, no prazo de 30 dias. As pessoas estranhas que se encontram desenvolvendo atividades nas delegacias serão retiradas. O Governo do Estado também se comprometeu a pagar os efeitos financeiros da Lei Complementar 417/2010, parceladamente, entre setembro e dezembro do corrente ano e o passivo será objeto de negociação em setembro de 2011, quando será elaborado um cronograma de pagamento. O Governo afirmou que fará esforços com o objetivo de efetuar a nomeação dos concursados. Não haverá descontos financeiros. Porém, os policiais civis ficam obrigados a repor, integralmente, os dias paralisados em razão da greve. O número de horas não trabalhadas serão apuradas pela Degepol, para depois disso ser criado o banco de horas que serão ressarcidas pelos policiais civis ao Estado. Quanto ao Poder Judiciário, este se comprometeu a revogar a aplicação da multa estabelecida na antecipação de tutela aplicada ao Sinpol. Em 14/07, os policiais voltaram aos postos de trabalho.
observações	Saúde Local
fonte	Tribuna do Norte 21/06/2011(on line: http://tribunadonorte.com.br 17, 24/05/2011, 23/06/2011; Estudantes do RN (on line: http://estudantesdorn.blogspot.com 28/05/2011); DN (on line: www.dnonline.com.br 08/06/2011); Sindipetro RN (on line: www.sindipetrom.org.br 08/06/2011).

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa	HPM - Hospital da Polícia Militar		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	24/5/2011 a 24/5/2011
número de grevistas	160		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	1280
motivo/caráter	gratificações/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os profissionais reivindicam o pagamento de gratificações para todos os níveis.		
encaminhamentos/resultados	Dia 24/05, cerca de 160 servidores do Hospital da Polícia Militar paralisaram as atividades e realizaram um protesto em frente à unidade hospitalar. Após a mobilização em frente ao Hospital da PM, os servidores foram para a Assembleia Legislativa solicitar apoio dos parlamentares.		
observações			
fonte	Jornal da cidade 25/05/2011; Em sergipe (on line: http://emsergipe.globo.com 24/05/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	110	período da greve	2/6/2011 a 19/9/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	880	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	aposentadoria/propositivo, segurança pública/protesto, reajuste salarial/propositivo, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, qualificação profissional/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, normatização - manutenção de percentual mínimo, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve legal, pauta - aprovação de contraproposta patronal		
causa	Trabalhadores reivindicam incorporação oficial das horas extras ao subsídio, melhorias nas condições de trabalho, melhoria na estrutura físicas das delegacias, incremento na frota de veículos para investigação; retirada de presos das delegacias; aumento do efetivo de delegados; aposentadoria com 30 anos de trabalho e a volta dos cursos de formação nas academias de polícia.		

encaminhamentos/resultados	Dia 02/06, delegados deflagraram greve. No mesmo mês, a justiça determinou 50% dos trabalhadores em atividade. Foi determinado ainda, o funcionamento de todas as delegacias de polícia do Estado e dos serviços de plantão, sob pena de multa diária de R\$100 mil, em caso de descumprimento. Em 13/07, o TJ-MA negou, por unanimidade, o pedido do Estado do Maranhão que solicitava a ilegalidade do movimento, sob pena de desconto nos contracheques dos dias paralisados. Dia 19/09, o movimento foi encerrado. Os delegados de polícia preferiram abrir mão da incorporação das horas extras e passam a ser incluídos na conhecida "PEC das Carreiras Jurídicas" do Estado, que reconhece o delegado de polícia como operador do Direito. A greve foi suspensa mais as negociações com o governo continuam.
observações	Saúde Local
fonte	O Estado do Maranhão 03 e 04/06/2011 e 29/07/2011, Central de notícias (on line: www.1cn.com.br 20/09/2011), Imirante.com (on line:http://imirante.globo.com 13/07/2011).

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	7/6/2011 a 8/6/2011
número de grevistas	1490		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	23840
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, isonomia salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os agentes exigem o realinhamento das carreiras de escrivão e de investigador, carreiras de nível superior cuja remuneração, no entanto, é de nível médio. Exigem que esse realinhamento equipare essas carreiras à carreira dos peritos.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/06 os investigadores e escrivães de polícia paralisam suas atividades em um protesto previsto para durar 48 horas. Somente os flagrantes serão atendidos. Em nota, o governo afirma que, caso os agentes decidam pela greve por tempo indeterminado serão tomadas medidas judiciais para declarar a ilegalidade do movimento. Ainda segundo a nota divulgada, serão tomadas medidas administrativas para realizar descontos dos salários dos grevistas e para responsabilizar os idealizadores do movimento.		
observações	O número de grevistas foi calculado considerando-se uma adesão de 70% do total de 2.130 agentes.		
fonte	G1 (on-line: g1.globo.com): 07/06/2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	61	período da greve	1/7/2011 a 5/9/2011
número de grevistas	1490		
horas paradas	488	trab. X horas paradas	727120
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, isonomia salarial/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Investigadores e escrivães reivindicam reajuste salarial com o intuito de equipar o salário com peritos criminais.		
encaminhamentos/resultados	Dia 01/07, investigadores e escrivães da Polícia Civil deflagraram a greve. Cerca de 30% dos profissionais seguem trabalhando nas delegacias e nos Centros Integrados de Segurança e Cidadania (Cisc). Dia 13/07, após sinalização do governo em voltar as negociações, o movimento foi encerrado. Dia 20/07, o movimento foi retomado, já que o governo não apresentou proposta que contemplasse os grevistas. EM 21/07, a justiça decretou a ilegalidade da greve estabelecendo multa diária de R\$ 20 mil ao sindicato da categoria caso o movimento não seja encerrado. Dia 05/09, a greve é suspensa. De acordo com a proposta apresentada pelo governo do estado, o primeiro aumento salarial será realizado já no mês de dezembro, passando dos atuais R\$ 2.365 iniciais para R\$ 2,460. Em maio de 2012, a remuneração passará para R\$ 2.706. Um ano depois subirá para R\$ 2.976. Em 2014, ocorrerá dois reajustes seguidos. Em maio, o salário vai ser de R\$ 3.274 e, em novembro, será R\$ 3.900, finalizando o último		

	acréscimo previsto na proposta apresentada. Ainda pela proposta, o salário final, que hoje é de R\$ 5.250, aumentará para R\$ 11.079, daqui a três anos.
observações	O número de grevistas foi calculado considerando-se uma adesão de 70% do total de 2.130 investigadores e escrivães.
fonte	G1 (on line: g1.globo.com 07/07/2011 e 06/09/2011); O Repórter do araguaia (on line: http://www.jreporterdoaraguaia.com 14/07/2011); Primeira hora (on line: http://www.primeirahora.com.br 21/07/2011).

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	33	período da greve	2/7/2011 a 3/8/2011
número de grevistas	1120		
horas paradas	264	trab. X horas paradas	295680
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Policiais reivindicam aumento real e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Dia 02/07, policiais civis deflagraram greve e realizaram passeata no centro de Fortaleza. Dia 05/07, atendendo ao pedido feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a justiça decretou a ilegalidade da greve. Os policiais têm um prazo de 48 horas para retornar às atividades ou estão sujeitos a uma multa diária de R\$ 10 mil. Em 03/08, o movimento foi suspenso para reabertura das negociações.		
observações	O número de grevistas foi calculado considerando-se uma adesão de 70% dos 1600 agentes da Polícia Civil.		
fonte	Uol (on line: noticias.uol.com.br 02/07/2011); G1 (on line: g1.globo.com 05/07, 03/08/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	9	período da greve	29/8/2011 a 6/9/2011
número de grevistas	390		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	28080
motivo/caráter	contratação/propositivo, reajuste salarial/propositivo, periculosidade/propositivo, promoção/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Policiais reivindicam reajuste salarial de 42%, reajuste na gratificação de periculosidade, realização de concurso público e promoção automática.		
encaminhamentos/resultados	Dia 29/08, cerca de 390 policiais civis deflagraram greve. Em 02/09, houve negociação entre as partes. Dia 06/09, os policiais aceitaram proposta do governo e encerraram o movimento. A secretaria de Segurança Pública ofereceu adicional de periculosidade de R\$ 552 a partir de setembro e os R\$ 800 pretendidos a partir de janeiro de 2012. As promoções passam a ser a cada quatro anos. O governo também concordou com a revisão do enquadramento. Com a reavaliação, os policiais civis terão direito a contar com o tempo de serviço não aproveitado para eventuais promoções. O estágio probatório, por exemplo, não entrava na contagem, mas passa a valer a partir de agora. Aqueles profissionais que foram prejudicados por isso também terão os anos de trabalhos prestados contabilizados. Haverá estudo conclusivo para permitir o porte de arma aos membros da Polícia Técnico Científica; Inclusão de membro do SINPOL-GO na Comissão de Revisão da Lei Orgânica da Polícia Civil e convocação de 175 policiais remanescentes do último concurso.		
observações	Saúde Local		
fonte	Jornal de Brasília 29/08/2011; Correio brasileiro 29/08/2011 (on line: http://www.correiobrasiliense.com.br 06/09/2011); Sinpol (on line: http://www.sinpolgo.org.br 05/09/2011).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	5/10/2011 a 5/10/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	legislação/protesto, piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Policiais paralisaram em virtude do não pagamento da URV - Unidade Real de Valor. Servidores também reivindicam aprovação da PEC 300, que estabelece o piso salarial.		
encaminhamentos/resultados	Dia 05/10, a polícia civil da Bahia iniciou às 8h da manhã, paralisação de 24 horas. Todos os serviços foram suspensos, com exceção da prisão em flagrante e levantamento cadavérico.		
observações			
fonte	Guardas municipais notícias (on line: http://guardasmunicipaisnoticias.blogspot.com.br 06/10/2011); Bahia notícias (on line: http://bahianoticias.com.br 26/10/201).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	36	período da greve	7/10/2011 a 25/11/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	288	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	assistência médica/descumprimento de acordo, PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo, contratação/descumprimento de acordo, legislação/protesto, reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - concentração, manifestação - piquete, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - ministério público		
resultados	justiça - greve ilegal, justiça - greve legal, pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	A categoria reivindica um acordo firmado entre a Polícia Civil e o GDF em abril deste ano, que inclui aumento do efetivo, plano de saúde e reajuste salarial de 13%. Além disso, a edição e a publicação do decreto de progressão, que prevê crescimento natural da folha de pagamento.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/10, policiais iniciaram paralisação de 24 horas. Dia 17/10, policiais iniciaram paralisação de 3 dias. Só foram atendidos casos de emergência, flagrantes e crimes graves, como assassinatos e estupro. 100% dos trabalhadores aderiram ao movimento. Dia 24/10, outra paralisação de três dias teve início. Dias 24 e 25/11, os grevistas se manifestaram na frente do complexo da Polícia Civil. Dia 26/10, os policiais participaram da paralisação nacional envolvendo funcionários da Polícia Federal, controladoria geral, da Advocacia Geral da União e do Fisco Nacional. A marcha teve início no estacionamento da Catedral de Brasília e seguiu até o Congresso Nacional, onde os manifestantes entregaram um manifesto aos parlamentares. Em 27/10, após assembleia, policiais decidem deflagrar a greve por tempo indeterminado no dia seguinte. Dia 28/10, teve início o movimento. Apenas 30% do efetivo continuou em atividade, atendendo emergências, flagrantes e homicídios. Por conta da greve, a transferência de detentos passou a ser feita uma vez por semana. Dia 04/11, o Tribunal de Justiça (TJ-DF), atendendo ação ajuizada pelo Ministério Público (MPDFT), considerou a greve ilegal, além de aplicação de multa diária de 100 mil em caso de descumprimento. Dia 08/11, a justiça analisou Agravo de Instrumento, no qual, o sindicato dos trabalhadores solicitou suspensão de decisão judicial anterior. O movimento foi considerado legal e foi determinado que 70% do efetivo voltasse ao trabalho. Em caso de descumprimento a multa estipulada foi de R\$ 50 mil por dia. Dia 22/11, a greve foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo, em parte, a liminar anterior que autorizou a paralisação. No mesmo dia, os trabalhadores realizaram assembleia e decidiram pela continuidade da greve. Depois de bloquear as faixas que circundam o Congresso Nacional, os policiais fizeram um apito em frente ao STF. Dia 23/11, foi anunciado o corte dos grevistas que continuassem em greve. Dia 05/11, policiais encerraram o movimento, mas manterão uma "operação-padrão" por tempo indeterminado.		

observações	Saúde Doenças
fonte	Correio Braziliense 21 e 24/10/2011; 06, 08 e 22/11/2011 (on line: http://www.correiobraziliense.com.br 22/11/2011); Folha (on line: http://www1.folha.uol.com.br 25/11/2011); Jornal de Brasília 28/10 e 04/11/2011 (on line: www.jornaldebrasil.com.br 04/11/2011).

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	62	período da greve	15/10/2011 a 15/12/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	496	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, redução de jornada/propositivo, segurança pública/protesto, promoção/manutenção de condições vigentes, efetivação/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - ocupação, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - desconto salarial, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	Os policiais civis reivindicam a redução da carga horária de oito para seis horas diárias e um reajuste salarial que torne o salário de um policial equivalente a 60% do salário de um delegado. A categoria também não concorda com a exigência de nível superior para que os servidores sejam promovidos e pede a nomeação dos aprovados no concurso para escrivães e inspetores realizado pelo governo do Estado. Além de menos detentos nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Dia 15/10, inspetores e escrivães da Polícia Civil do Ceará iniciaram greve por tempo indeterminado. As delegacias regionais e municipais funcionaram com 30% do seu efetivo. Dia 24/11, policiais civis em greve ocuparam as galerias da Assembleia para pedir uma reunião com o governador. 29/11, o governo descontou parte dos salários de pelo menos 190 grevistas. O sindicato dos policiais informou recorrer na justiça. Dia 01/12, em assembleia, grevistas decidiram pela continuidade da greve. A categoria decidiu também entrar com ação de improbidade administrativa contra o Governo do Estado por conta de cortes nos salários. Em 14/12, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) concedeu liminar suspendendo a greve dos policiais civis do Estado. Foi determinado multa em caso de descumprimento. Dia 15/12, em assembleia, grevistas decidiram acatar a decisão judicial e suspenderam o movimento.		
observações			
fonte	Último segundo (on line: http://ultimosegundo.ig.com.br 17/10, 29/11/2011); G1 (on line: http://g1.globo.com 24/11, 01, 15 e 16/12/2011		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	46	período da greve	22/10/2011 a 6/12/2011
número de grevistas	440		
horas paradas	368	trab. X horas paradas	161920
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo, promoção/propositivo, gratificações/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	A categoria reivindica melhores condições de trabalho, reposição salarial de 42% (reajuste inflacionário acumulado nos últimos sete anos), aumento do efetivo e, aumento da gratificação salarial, por trabalharem no Entorno de Brasília, de R\$ 256 para R\$ 800. A categoria exige ainda um sistema de promoção automática, de acordo com o tempo de carreira, e não com outros critérios, como a disponibilidade de vagas ou por "merecimento".		
encaminhamentos/resultados	Dia 22/10, cerca de 440 policiais civis do Entorno deflagraram greve. Além dos agentes civis, a Polícia Técnico Científica também aderiu a paralisação no Entorno. Peritos, médicos legistas e os servidores dos Institutos de Medicina Legal (IML) da região estão realizando somente procedimento de remoções de corpos em homicídios e acidentes graves. Dia 08/11, funcionários da Polícia Técnico-Científica de Luziânia aderiram à greve. O Instituto		

	Médico Legal (IML) foi fechado por 24 horas, dentro do que o comando de greve chama de "paralisação concentrada". Em 18/11, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás informou o corte no ponto dos grevistas. Dia 21/11, a justiça decretou a ilegalidade da greve. Dia 25/11, grevistas realizaram assembleia em frente à delegacia de Valparaíso. O governo de Goiás apresentou algumas propostas, que não foram aceitas. "Reivindicamos um reajuste na gratificação por localidade. Atualmente, ela é paga em R\$ 276 e exigimos que passe para R\$ 800. O governo prometeu passá-la para R\$ 552 no ano que vem e os R\$ 300 restantes seriam pagos apenas aos policiais aprovados em avaliações de desempenho", informou representante do Sindpol. Dia 29/11 pela manhã, grevistas distribuíram panfletos informativos em Águas Lindas. Em 06/12, polícias civis e parte dos funcionários do Instituto Médico Legal suspenderam a greve no Entorno do Distrito Federal por dez dias. Caso o projeto com as reivindicações não seja aprovado, eles retomarão a paralisação.
observações	
fonte	Correio Braziliense (on line: www.correiobraziliense.com.br 23 e 29/11/2011); Sindepol (on line: http://sindepol.com.br 24/11/2011); G1 (on line: http://g1.globo.com 25/10 e 08/12/2011);

multisetorial - multiatividades

categoria profissional	Professores Rede Municipal, Professores Rede Estadual, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA, Nordeste/BA, Nordeste/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	multisetorial		
atividade econômica	multiatividades		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/municipal, poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	25/10/2011 a 25/10/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	educação pública/protesto, segurança pública/protesto, reajuste salarial/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais civis reivindicam o pagamento da Unidade Real de Valor (URV) e a aprovação da PEC 300 que estabelece o piso salarial da categoria. Também os professores exigem o pagamento da URV.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/10, no "Dia Estadual de Luta em Defesa dos Serviços Públicos e da Valorização dos Servidores Públicos Estaduais" policiais civis e professores da rede municipal e estadual paralisam suas atividades (no dia seguinte, em 26/10, os professores paralisam nacionalmente suas atividades - ver registro SAG nº 28.194). Cerca de 500 manifestantes concentram-se em frente ao shopping Iguatemi. Os servidores municipais da Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador (Transalvador) aproveitam o dia de mobilização para decretar uma greve por tempo indeterminado (ver registro SAG nº 28.462). Também participam do protesto os médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) que estão em paralisação nacional (ver registro SAG nº 28.209).		
observações			
fonte	Correio da Bahia: 26/10/2011		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	16/11/2011 a 18/11/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Policiais reivindicam reajuste salarial. O governo ofereceu 8%.		
encaminhamentos/resultados	Dia 16/11, policiais civis iniciaram paralisação de 2 dias. Os trabalhadores realizaram assembleia.		
observações			
fonte	Diário Catarinense 15 e 16/11/2011; A notícia (on line: http://www.clicrbs.com.br 18/11/2011.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	29/11/2011 a 14/12/2011
número de grevistas	12208		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	1562624
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação, resolução - formação de comissão		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Policiais civis reivindicam a modificação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), pagamento da Unidade Real de Valor (URV); além de melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Dia 29/11, policiais civis deflagraram greve. (Os policiais militares e os bombeiros estão em greve no Maranhão desde o dia 24/11 - ver registro SAG nº 28.242). Cerca de 30% do efetivo continuou operando, e só foram registrados boletins de ocorrência de crimes graves. Em 30/11, peritos criminais aderiram ao movimento. Os profissionais mantiveram os serviços de perícia apenas em casos de morte violenta, acidentes com vítima fatal, casos flagrantes, casos de repercussão e casos envolvendo crianças, adolescentes e idosos. Policiais civis realizaram manifestação juntamente com militares e bombeiros que também entraram em greve. Dia 08/12, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), por meio da Delegacia Geral da Polícia Civil, informou que às reivindicações do Sinpol que ainda não tinham sido apreciadas seriam discutidas através de uma comissão específica para tratar desses assuntos. Em 09/12, policiais se concentraram em frente ao Plantão Central da Beira-Mar, local escolhido como base do movimento grevista. Dia 12/12, em reunião, na Secretaria Estadual de Segurança Pública, o secretário pediu aos líderes do movimento grevista que o movimento fosse suspenso. O secretário disse que o governo estava elaborando um plano para o Sistema de Segurança, e que nesse projeto a categoria teria suas reivindicações atendidas. O encontro do governo com os líderes do movimento grevista durou três horas, no entanto, nenhuma proposta foi oferecida para que a categoria acabasse com a greve. Em 14/12, o movimento foi suspenso até que o governo apresente o plano de cargos e carreiras para as categorias. Eles deram um prazo até o dia 31 de janeiro para que isso aconteça.		
observações	O número total de trabalhadores - entre policiais e peritos - é 1744. No cálculo da adesão excluiu-se os 30% que continuam envolvidos com o mínimo estabelecido em lei.		
fonte	Folha MAranhão (on line: http://folhamaranhao.com 07/12/2011); O imparcial (on line: http://www.oimparcial.com.br 30/11/2011); Agora Santa Inês (on line: http://www.agorasantaines.com.br 12/12/2011); Imirante.com (on line: http://imirante.globo.com 14/12/2011); Jornal Pequeno (on line: http://www.jornalpequeno.com.br 13/12/2011);		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	13	período da greve	1/12/2011 a 13/12/2011
número de grevistas	0		
horas paradas	104	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os trabalhadores exigem do governo o encaminhamento do anteprojeto da Lei Orgânica e Estatuto do Órgão. No acordo que encerrou a última greve da categoria, firmado no final de fevereiro, o governo havia se comprometido a encaminhar o anteprojeto de lei ao chefe do Gabinete Civil até o dia 21 de maio - o que não ocorreu.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/12 os servidores do Instituto Técnico e Científico da Polícia (Itep) deflagram a greve. Apenas atendimentos urgentes e inadiáveis, relativo a prisões em flagrante, análise do local do crime e recolhimento de cadáveres serão realizados. Documentos de identidade e os laudos suplementares não serão emitidos. O governo informa que cortará o ponto dos grevistas e que contestará a legalidade da greve na Justiça. Em 08/12, o Tribunal de Justiça (TJ-RN) determina a ilegalidade da greve dos servidores e exige o imediato retorno ao trabalho, sob pena de multa		

	diária de R\$ 50.000 em caso de desobediência. Em 13/12, a assembléia realizada na sede do Sindicato dos Policiais Cíveis e Servidores da Segurança Pública do Estado (Sinpol) vota pelo fim da greve. A decisão da assembléia levou em consideração a informação do governo de que o Parecer do Anteprojeto que criará a Lei Orgânica e Estatuto do Órgão foi encaminhado da Consultoria Geral para o Gabinete Civil. A decisão pelo retorno ao trabalho foi reforçada também pelo agendamento de uma reunião entre o chefe da Casa Civil e representantes do Sinpol. O fim da greve ocorre antes do recebimento da notificação do TJ-RN.
observações	
fonte	Tribuna do Norte: 06/12, 07/12, 09/12; No Minuto (on-line: www.nominuto.com): 01/12, 08/12, 09/12, 13/12; Portal BO (on-line: portalbo.com): 02/12.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	9	período da greve	3/1/2012 a 11/1/2012
número de grevistas	1800		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	129600
motivo/caráter	redução de jornada/propositivo, reajuste salarial/propositivo, promoção/propositivo, não-flexibilização de jornada/manutenção de condições vigentes, não-punição de grevistas/manutenção de condições vigentes, desconto salarial/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas		
causa	Os policiais exigem redução da jornada de oito para seis horas diárias; reajuste do piso salarial de R\$ 2.124, 14 para R\$ 4.740 (correspondente a 60% do salário inicial de um delegado, que hoje é de R\$ 7.900); modificações na lei que trata das promoções de policiais civis que têm nível superior; pagamento de hora extra e extinção do serviço extraordinário; pela não punição dos policiais envolvidos no movimento grevista de julho de 2011 (pela devolução do dinheiro de cerca de 200 policiais que tiveram salários descontados); retirada dos presos das delegacias; aumento do efetivo policial e implantação de um plano de cargos e carreiras.		
encaminhamentos/resultados	Na noite de 03/01, enquanto as negociações indicavam que a greve dos policiais militares e bombeiros poderia chegar ao fim (ver registro SAG nº 28.221), os policiais civis decidem deflagrar uma greve total e por tempo indeterminado. Em 04/01, depois de uma reunião de mais de três horas no Palácio da Abolição, a greve dos bombeiros e PMs é encerrada. Os policiais civis, depois de tentarem ocupar a Superintendência da Polícia Civil, no Centro de Fortaleza, acampam na frente do edifício e, estacionando as viaturas diante dos portões e acessos da Superintendência, esvaziam seus pneus. Uma comissão de grevistas reúne-se com representantes do governo, mas o encontro termina sem acordo. Em Fortaleza, 3 das 34 delegacias estão sem policiais civis. Segundo o comando de greve, 40 das 50 unidades em todo o Estado estão paralisadas. Homens do Exército e da Força de Segurança Nacional, deslocados para o Ceará por causa da greve da Polícia Militar, devem permanecer na capital até segunda ordem. Parte dos militares que estavam nas ruas foi deslocada para delegacias e para a sede da Polícia Civil para garantir a continuidade dos serviços e a preservação das instalações. Na madrugada de 06/01, o exército retira grevistas da sede da Delegacia Geral da Polícia Civil e ocupa o prédio. Na Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), durante a manhã, governo do Estado e o Sindicato dos Policiais Cíveis de Carreira do Estado do Ceará (Sinpoci) reúnem-se em negociação. Os policiais levam para a mesa uma nova proposta mas, ainda assim, o encontro termina sem avanços. Parte dos funcionários do Instituto Médico Legal (IML) adere à paralisação. Os grevistas denunciam que policiais civis novatos e afastados estão sendo pressionados a trabalhar. No início da noite, o governador reúne-se com representantes do Exército e da Força Nacional para avaliar a situação da segurança pública no Estado. O Sinpoci afirma que ainda aguarda um retorno do governo a respeito de sua proposta. Em 08/01, representantes do Sinpoci pedem ao bispo de Limoeiro do Norte que intervenha nas negociações. Em 10/01, em reunião entre o secretário de Segurança Pública do Ceará e o presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais civis (Cobrapol) acorda-se que policiais civis irão atender à população em procedimentos como boletins de ocorrência em um trailler móvel na Praça dos Voluntários da Pátria, em frente à Delegacia Geral da Polícia Civil. Segundo os negociadores, este gesto seria interpretado como um sinal de disposição para um futuro acordo. Em 11/01, após reunião entre policiais e governo, a greve é encerrada. A categoria conseguiu um reajuste de 17% do atual salário, mais 7% do reajuste anual do servidor público relativo aos meses de janeiro. Outra reivindicação atendida foi o envio de um projeto de lei à Assembléia legislativa para os cargos de inspetor, escrivão, operador de telecomunicações e técnico de comunicações policiais, retroativa a 1º de janeiro de 2012, aplicada aos aposentados e pensionistas que tenham o direito constitucionalmente assegurado. O governo também se comprometeu em não instaurar processos administrativos aos policiais civis que aderiram à greve desde julho de 2011.		
observações			
fonte	Folha de São Paulo: 04/01, 06/01; Destak: 05/01; Jornal do Commercio: 05/01; Jornal Extra: 05/01; Metro News: 05/01; Diário de São Paulo: 05/01; O Globo: 05/01; O Estado de São Paulo: 06/01; A Tarde: 07/01; Portal G1 (on-line: g1.globo.com): 06/01, 07/01, 09/01, 10/01, 12/01.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais
localização geográfica	/GO

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	14/5/2012 a 16/5/2012
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Delegados reivindicam que seus salários sejam equiparados com os de carreira jurídica, passando da média inicial de carreira de R\$ 8,7 mil para R\$ 16 mil por mês.		
encaminhamentos/resultados	Dia 14/05, delegados da Polícia Civil deflagraram greve. Em março, diante da ameaça de greve da categoria, a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan) negociou com os delegados e ficou definido, entre outros pontos, que seria feita a reestruturação da carreira um nível acima (quem é de terceira classe, passa à segunda e assim por diante) e a equiparação dos salários dos delegados inativos com os da ativa. Como o governo não elaborou minuta com as propostas acordadas, os trabalhadores optaram pela greve. Dia 16/05, o movimento foi encerrado. Em assembleia, trabalhadores aceitaram a proposta de minuta apresentada pela primeira vez pelo governo para o pagamento de repasses de 10% como bonificação nos vencimentos a partir de janeiro do ano que vem e em janeiro de 2014. Os 20% que seriam concedidos aos delegados em janeiro de 2015 e que fariam com que os salários dos delegados fossem equiparados com outros cargos de carreira jurídica ficaram para uma análise posterior, já que o governo teria garantido achar uma saída para a incorporação até o fim deste ano. O governo havia negado o pagamento dos 20% em 2015, alegando que poderia abrir precedente para que outros servidores da Segurança Pública reivindicassem a mesma equiparação salarial com os cargos de carreira jurídica, o que causaria um grande impacto na folha estadual. Outro ponto acertado com o governo e apresentado na minuta aceita pela categoria foi a reestruturação da carreira do delegado da Polícia Civil, determinando o quantitativo de delegados no exercício da profissão em 537.		
observações			
fonte	O Popular 16 e 17/05/2012.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	20/6/2012 a 20/6/2012
número de grevistas	770		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	6160
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de lei, alimentação/propositivo, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam o cumprimento da Lei 417/10, que criou o Plano de Cargos, dando continuidade ao enquadramento dos agentes e escrivães nos níveis de suas respectivas carreiras. Também reivindicam a retirada dos presos das delegacias, distribuição de vale-refeição para os plantonistas, serviço de limpeza nas delegacias, retirada de pessoas estranhas do quadro da polícia civil e nomeação de todos os concursados.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/06 os agentes e escrivães da Polícia Civil paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Cerca de 30% dos policiais continuam em atividade.		
observações	O número de grevistas foi calculado estimando-se 70% de adesão de um total de 1.100 policiais. Saúde Local		
fonte	Jornal de Hoje (on line: jornaldehoje.com.br): 16/06/2012; Correio da Tarde (on line: www.correiodatarde): 20/06/2012.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	50	período da greve	11/7/2012 a 29/8/2012
número de grevistas	3500		
horas paradas	400	trab. X horas paradas	1400000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, piso salarial/propositivo, promoção/propositivo, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais reivindicam reajuste salarial, reajuste dos pisos, reestruturação da carreira, redução do tempo de promoção de 4 para 2 anos, contratação e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/07, policiais civis, médicos legistas e peritos criminais paralisam suas atividades. Em 16/07, dois policiais militares são identificados e expulsos da assembléia dos policiais civis – funcionários do gabinete militar do governador, eles estariam espionando a reunião. Em 19/07, os peritos criminais e médicos legistas paralisam totalmente suas atividades das 12h00 à 0h00. Em 20/07, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) emite decisão liminar exigindo o fim da greve – para o caso de descumprimento da decisão, foi fixada uma multa diária de R\$ 10 mil. Em 14/08, os policiais reúnem-se com o presidente da Assembléia Legislativa de Goiás – que transmitiu a mensagem vinda do governo de que as negociações serão abertas apenas com o fim da greve. Em 15/08, os policiais pedem que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO) interceda junto ao governo pela abertura de negociações. Em 22/08 o Sindicato dos Policiais Civis de Goiás (Sinpol-GO) paralisa 100% das atividades policiais no entorno do Distrito Federal por 12 horas – das 8h00 às 20h00. Em 29/08 os agentes decidem pela suspensão da greve. O governo oferece reestruturação da carreira e um plano de bônus, que varia de 5% a 20%, dependendo do salário.		
observações			
fonte	Portal G1 (g1.globo.com): 11/07, 16/07, 20/07, 29/08; OAB-GO (on-line: www.oabgo.org.br): 15/08; Portal R7 (noticias.r7.com): 16/08; Correio Braziliense (on-line; www.correiobraziliense.com.br): 22/08/2012.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	17	período da greve	23/7/2012 a 8/8/2012
número de grevistas	0		
horas paradas	136	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, noturno/propositivo, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, alimentação/propositivo, extinção de horas extras/manutenção de condições vigentes, distribuição/duração de jornada/propositivo, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - desconto salarial, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, processo - desconto dos dias parados		
causa	Trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 65%, pagamento de adicional noturno, vale refeição, redução da carga horária excessiva, com cumprimento da carga horária de 24 horas de serviço por 72 horas de folga, fim do programa jornada extra e melhores condições de trabalho, já que a estrutura dos prédios estão deterioradas, os coletes salva vidas vencidos e viaturas insuficientes.		
encaminhamentos/resultados	Dia 23/07, policiais civis deflagraram greve. 30% do efetivo continuou em operação. Trabalhadores deliberaram pela greve em assembleia dia 17/07. Foram afetados os seguintes serviços: registro de Boletins de Ocorrências (BOs), investigações, diligências e requisitório, cumprimento de mandado de prisão, expedição e cumprimento de intimações, atividades cartorárias (ouvidas de testemunhas, interrogatórios e expedição de intimação) e Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). No mesmo dia, a justiça decretou a ilegalidade da greve e estipulou multa diária de R\$ 20 mil em caso de continuidade do movimento. Dia 24/07, foi anunciado corte no ponto dos grevistas. Dia 27/07, cerca de 405 policiais tiveram seus nomes informados à Secretaria de Administração para descontos nos contracheques. Em 30/07, o desembargador do tribunal de justiça deu instruções à PM para impedir passeata programada pelos grevistas para o dia 01/08. Dia 31/07, houve corte no ponto dos grevistas. Dia 01/08, médicos papiloscopistas aderiram à greve. No mesmo dia, com faixas, cartazes e bandeiras, grevistas realizaram passeata até o Centro de Convenções (Cecon), em Olinda, onde passou a funcionar a sede do governo estadual. O ato reuniu cerca de 500 grevistas e percorreu um trecho da Avenida Agamenon Magalhães. Em assembleia pós passeata, grevistas deliberaram quais delegacias prestariam atendimento. Dia 06/08, o Estado recorreu à justiça		

	com intuito de aumentar a multa diária de R\$ 20 para 50 mil. Além de informar por meio de nota que só negociaria com grevistas caso o movimento terminasse. Dia 08/08, em assembleia, categoria deliberou pelo fim da greve com o intuito de reabertura das negociações. Cerca de 350 pessoas participaram da votação.
observações	Saúde Prevenção Saúde Local
fonte	Jornal do Commercio 23, 28/07, 02 e 06/08/2012; Folha de Pernambuco 21, 23/07, 01/08/2012; A Tarde 26/07/2012; G1 (on line: http://g1.globo.com/pernambuco 08/08/2012).

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	82	período da greve	8/8/2012 a 12/11/2012
número de grevistas	5300		
horas paradas	656	trab. X horas paradas	3476800
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo, PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo, assistência médica/descumprimento de acordo, contratação/descumprimento de acordo, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais civis reivindicam o cumprimento do acordo fechado com o governo na última paralisação, no ano passado: 28%, em média, de aumento, reestruturação da carreira, transformação da carreira de agente penitenciário em agente da Polícia Civil, plano de saúde subsidiado e aumento do efetivo.		
encaminhamentos/resultados	<p>Em 08/08, os policiais paralisam suas atividades por 24 horas – apenas quatro delegacias registram ocorrências nesse intervalo. Em 23/08, os policiais paralisam novamente suas atividades, desta vez em um protesto previsto para se alongar por sete dias. Em 29/08, policiais fazem uma passeata da Catedral Metropolitana de Brasília ao Ministério do Planejamento. Em 30/08 os policiais aprovam uma nova paralisação de sete dias. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) determina que 80% dos policiais retornem ao trabalho, que haja livre acesso da população e dos servidores às delegacias e, também, que estão proibidas as manifestações que causem transtorno à livre circulação de veículos – a multa para a violação de cada uma das ordens é de R\$ 100 mil. Em 05/09, os policiais votam pela manutenção da paralisação por mais sete dias a partir de 07/09. Em 11/09, os policiais decidem alongar a paralisação por mais sete dias. Após assembleia, os agentes se deslocam para a Câmara Legislativa para pressionar os distritais a aprovar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar como estão sendo gastos os recursos repassados pelo Fundo Constitucional ao governo do Distrito Federal. Em 12/09, manifestantes promovem um cortejo com dois caixões entre o Palácio do Buriti e a Câmara Legislativa. O secretário de Segurança afirma que os policiais civis não terão reajuste este ano. Em 14/09 a assembleia vota a continuidade da greve por mais sete dias – e depois, em 21/09, por mais sete dias. Em 25/09 o Supremo Tribunal Federal (STF) arquiva o pedido de suspensão da greve feito pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, que pretendia que a liminar do TJDFT – que não considerou a greve ilegal – fosse cassada. O STF considera que a greve está dentro da legalidade, já que as delegacias funcionam conforme a decisão do TJDFT, que havia determinado um mínimo de 80% do efetivo policial em atividade. Em 26/09 a greve é prorrogada por mais sete dias. Representantes do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) reúnem-se com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se comprometeu a intermediar negociações com o governo. A categoria se concentra na Câmara Legislativa, exigindo explicações a respeito do uso da verba destinada à Segurança Pública. Em 02/10 o TJDFT, atendendo a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal, declara a ilegalidade da greve. O Sinpol afirma que irá recorrer da decisão, já que existe uma decisão favorável à greve em instância superior. Em 03/10 os policiais aprovam a continuidade da greve por mais sete dias. Em 08/10, o secretário de Administração Pública reúne-se com representantes do Sinpol. Em 10/10, os policiais aprovam a continuidade da greve até o dia 19/10. Em 17/10, as partes se reúnem em um novo encontro. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Administração Pública, foi apresentada à categoria a proposta de implementar o plano de saúde em janeiro e que a minuta de renomeação dos agentes penitenciários já está redigida; o aumento do efetivo, outro ponto pleiteado, já foi autorizado pela presidente e haverá concurso público em 2013 para a contratação de cerca de 3 mil agentes. A reestruturação da carreira, no entanto, não foi discutida. A categoria decide realizar mais uma semana de greve a partir do dia 19/10. Em 23/10, representantes do governo e do Sinpol se reúnem em um encontro mediado pela OAB. Segundo o Sinpol, o governo acena com uma proposta de reajuste de 15,8%, desde que a greve seja interrompida. O secretário de Administração Pública, no entanto, afirma que o aumento seria concedido apenas aos delegados. Em 26/10, sem propostas salariais oficiais, os agentes decidem por mais uma semana de greve. Em 01/11 a greve é prolongada por mais uma semana, em 07/11 por mais outra. Em 09/11 o TJDFT ordenou a suspensão imediata e integral da greve, sob pena, em caso de descumprimento da decisão, de multa diária de R\$ 100 mil aplicada ao Sinpol. O Tribunal considera que a ordem de manutenção de um mínimo de 80% do efetivo em atividade não tem sido respeitada. Em 12/11 a greve é encerrada.</p>		
observações	Saúde Doenças		
fonte	Portal G1 (g1.globo.com): 22/08, 30/08, 05/09, 11/09, 12/09, 14/09, 26/09, 02/10, 03/10, 08/10, 10/10, 07/11, 12/11; Correio Braziliense: 18/10, 19/10, 24/10, 27/10, 01/11, 02/11 (on-line: www.correiobraziliense.com.br): 29/08, 30/08, 26/09, 09/11; Jornal de Brasília (on-line: www.jornaldebrasil.com.br): 21/09.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	22/8/2012 a 22/8/2012
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo, legislação/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os servidores paralisam as atividades para pressionar o Governo do Estado a estabelecer um prazo para concluir um parecer ao anteprojeto que criará a Lei Orgânica e Estatuto do órgão. Além de reivindicarem reposição salarial.		
encaminhamentos/resultados	Dia 22/08, servidores iniciaram às 7h paralisação de 24 horas. Trabalhadores se concentraram na galeria da Assembleia Legislativa pela manhã e a diretoria do Sinpol ((Sindicato dos Policiais Civis do Rio Grande do Norte) conversou com deputados da oposição e situação, sensibilizando-os para o intermédio junto ao Governo, no sentido que concluíssem logo as análises com relação ao Anteprojeto que criará a Lei Orgânica e Estatuto do órgão. Os servidores aprovaram no início da noite que farão uma greve por tempo indeterminado, para iniciar no dia 3 de setembro (vide caso: 28667).		
observações			
fonte	Portal BO (on line: http://portalbo.com 23/08/2012).		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	32	período da greve	3/9/2012 a 4/10/2012
número de grevistas	0		
horas paradas	256	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, legislação/protesto, estatuto/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, reação - desconto salarial, resolução - negociação, resolução - justiça do trabalho, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os servidores paralisam as atividades para pressionar o Governo do Estado a estabelecer um prazo para concluir um parecer ao anteprojeto que criará a Lei Orgânica e Estatuto do órgão. Além de reivindicarem reposição salarial.		
encaminhamentos/resultados	Dia 03/09, peritos criminais e funcionários do setor administrativo do Itep do Rio Grande do Norte entraram em greve. A deflagração do movimento paredista ocorreu no dia 22 de agosto, após um dia inteiro de mobilizações, dentro da paralisação de 24 horas (vide caso:28668). Desde então, o governo não negociou com os servidores. Os grevistas se concentraram em Assembleia Permanente no Auditório do Sinpol, em Natal, e na subsele do Sindicato, em Mossoró, para deliberação das ações. 30% do efetivo foi mantido. Os serviços de emissão de carteiras de identidade, atestados e laudos periciais foram paralisados. Dia 12/09, em audiência de conciliação, o desembargador responsável suspendeu os efeitos da decisão liminar proferida em uma ação cível originária interposta em 2011, pelo Governo do Estado, contra o Sindicato dos Policiais Civis e Servidores da Segurança Pública (Sinpol). A decisão reconhecia provisoriamente a ilegalidade da greve, determinando a suspensão do movimento sob pena de aplicação de multa de R\$50 mil/dia ao sindicato em caso de não cumprimento. A determinação do desembargador passou a vigorar e perdurará até a realização de uma nova audiência. Em 26/09, houve audiência de conciliação entre as partes no Tribunal de justiça do RN. Não houve acordo. Dia 27/09, em assembleia, trabalhadores deliberaram pela continuidade da greve. Trabalhadores ficaram insatisfeitos com o corte do ponto e o desconto dos dias que eles estavam em greve. Dia 04/10, após assembleia, grevistas optaram pelo fim da greve com a intenção de continuar as negociações com o Governo.		
observações			
fonte	G1 (on line: g1.globo.com 10/09, 04/10/2012); Poder Judiciário do RN (on line: http://ww4.tjrn.jus.br :8080 13/09/2012); Tribuna do norte 28/09/2012 (on line: http://tribunadonorte.com.br 03/09/2012);		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	26	período da greve	22/10/2012 a 16/11/2012
número de grevistas	3000		
horas paradas	208	trab. X horas paradas	624000
motivo/caráter	promoção/descumprimento de acordo, piso salarial/descumprimento de acordo, PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo, contratação/descumprimento de acordo, produtividade/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais protestam contra o descumprimento, pelo governo, do acordo que encerrou a última greve dos policiais civis (ver registro SAG nº 28.673). Era previsto, por exemplo, a criação de classe inicial para a categoria - que beneficiaria todos os agentes com aumento de 20% - e acabou sendo retirada. A classe única, que era dividida em três níveis, foi reduzida para apenas um nível. O governo também havia proposto um plano de reestruturação de carreira e um plano de bônus salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 22/10 os policiais civis – agentes, escrivãos e auxiliares de autópsia - paralisam suas atividades. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Goiás (Sinpol-GO), apenas flagrantes e boletins de ocorrência relativos a crimes hediondos serão lavrados; também o recolhimento de corpos de mortos deve demorar mais. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO) alega que está assumindo o compromisso feito com os policiais civis e que todos os pedidos e reivindicações foram enviados à Procuradoria do Estado. Também alerta que haverá corte de ponto caso a greve prossiga. Em 24/10, representantes do sindicato se reúnem com o secretário de Administração Pública, que propõem um aumento salarial gradual de 15,8% entre 2013 e 2015. O porta-voz do governador, no entanto, nega que a proposta tenha sido feita. Em 25/10, os policiais paralisam todas as suas atividades por 12 horas – das 8h00 às 20h00. Em 01/11, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) declara a ilegalidade da greve dos papiloscopistas exigindo o retorno à atividade – também estabeleceu, em caso de descumprimento, uma multa diária de R\$ 100 mil contra a Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado de Goiás (Appego). Os policiais suspendem completamente suas atividades por mais 12 horas. Enquanto durar a greve, a saída para o recolhimento de corpos só ocorrerá seis horas depois do comunicado ao Instituto Médico Legal (IML). A necrópica será feita apenas 12 horas depois que o corpo chegar ao IML. Em 05/11, as atividades policiais são totalmente paralisadas por 24 horas. Policiais se reúnem no IML para elaborar uma nova proposta a ser apresentada ao governo. Em 13/11, policiais ocupam a sede da Secretaria da Fazenda de Goiás (Sefaz). A manifestação dura cerca de uma hora. Em 14/11, depois de reunir-se com representantes do Sinpol e da União Goiana dos Policiais Civis (Ugopoci), pela manhã, e com o Secretário do Planejamento, durante a tarde, o secretário de Segurança Pública e Justiça apresenta uma nova proposta: promoção de todas as classes em três parcelas, pagas em dezembro deste ano e em março e maio de 2013; diminuição de 4 para 2 anos no interstício para promoções; fim do limitador de 10% de vagas no escalonamento de classes para fins de promoção e criação de comissão para decidir o valor do piso salarial, a reestruturação da carreira e o tamanho do efetivo. O secretário também se comprometeu a conversar com o governador a respeito do pagamento de um bônus de produtividade para agentes e escrivães. Em 16/11, os policiais aprovam o acordo e encerram a greve.		
observações			
fonte	Correio Braziliense: 22/10; O Popular: 23/10, 26/10, 01/11, 15/11; Portal G1 (g1.globo.com): 05/11, 13/11, 16/11.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	50	período da greve	19/11/2012 a 7/1/2013
número de grevistas	2500		
horas paradas	400	trab. X horas paradas	1000000
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, aposentadoria/descumprimento de acordo, promoção/descumprimento de acordo, PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - ocupação, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		

causa	Os policiais reivindicam melhores condições de trabalho, reajuste na aposentadoria dos servidores, promoção dos salários, implantação do plano de cargos e salários, além do pagamento de cerca de R\$ 70 milhões em precatórios que estão no Tribunal de Justiça. As reivindicações já haviam sido acordadas com o governador.
encaminhamentos/resultados	Em 19/11 os policiais civis paralisam suas atividades. As emissões de documentos e as investigações estão suspensas – apenas crimes hediondos serão registrados. Em 21/11 os agentes realizam uma manifestação em frente ao Palácio do Governo, em Porto Velho. Em 22/11 a Procuradoria Geral do Estado (PGE) solicita no Tribunal de Justiça (TJ-RO) a declaração da ilegalidade da greve dos policiais. Em 23/11, manifestações são promovidas em cidades como Vilhena, Cacoal e Ariquemes, além de Porto Velho. Em 26/11, o TJ-RO ordena que 70% do efetivo policial mantenha as suas atividades e estabelece, em caso de descumprimento, uma multa diária de R\$ 10 mil. Em 05/12, representantes dos policiais reúnem-se com representantes do governo em audiência de conciliação do TJ-RO – decidiu-se pela criação de um grupo com representantes do governo e da Polícia Civil para avaliar o impacto financeiro da reivindicações. Em 12/12 os policiais ocupam a Delegacia de Flagrantes. Em 18/12, policiais civis impedem a liberação de corpos para enterros durante uma ocupação no Instituto Médico Legal (IML). Em 07/01 os policiais civis suspendem a greve. Um documento assinado pelo governador garante o envio à Assembleia Legislativa do Plano de Cargos, Carreira e Salários até o dia 30/04. A Lei de Promoção de Cargos, por sua vez, já foi enviada e deverá ser votada assim que os deputados retornarem do recesso parlamentar.
observações	
fonte	O Estadão: 18/11, 27/11, 19/12, 21/12; Portal G1 (g1.globo.com): 19/11, 21/11, 23/11, 05/12/2012; Rondonia Agora (on-line: www.rondoniagora.com.com): 22/11/2012; Rondonia Dinâmica (on-line: www.rondoniadinamica.com): 12/12/2012; Portal Amazônia (www.portalamazonia.com.br): 07/01/2013.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	4/4/2013 a 10/4/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	10	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, promoção/descumprimento de lei, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam melhores condições de trabalho, reestruturação da carreira, pagamento de promoções atrasadas e reajuste salarial de 40%.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/04, policiais civis paralisam suas atividades e realizam um protesto interditando a avenida Nossa Senhora da Penha, em Vitória. Em 10/04, os policiais voltam a paralisar suas atividades, agora em um protesto de 10 horas de duração.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 04/04; A Gazeta (on line: gazetaonline.globo.com): 10/04.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/4/2013 a 16/4/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	efetivação/propositivo, desvio de função/descumprimento de lei, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	Protestam contra o retorno dos apenados às delegacias depois da interdição de cadeias públicas e presídios em municípios como Caicó, Goianinha, Mossoró e Macau. Os policiais civis, que há pouco tempo conseguiram acabar com os presos em delegacias na Grande Natal, recusam que haja retrocesso no interior do estado. Também exigem a convocação dos 306 policiais concursados, que aguardam nomeação desde 2010.
encaminhamentos/resultados	Em 16/04, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em assembleia organizada pelo Sindicato da Polícia Civil (Sinpol), os grevistas decidiram que uma recomendação será enviada para todas as delegacias da Grande Natal e interior informando como os policiais devem proceder nos casos de presos enviados para as delegacias. Caso o Governo não sinalize com uma resolução do problema, há possibilidade de deflagração de greve.
observações	
fonte	Tribuna do Norte: 16/04; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 16/04.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/5/2013 a 7/5/2013
número de grevistas	7300		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	58400
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Recusam a proposta do governo de reajuste dos salários dos servidores públicos: 5,84% em duas vezes, 2% até junho (retroativo a janeiro), mais 3,84% a partir de julho. Exigem o não parcelamento do reajuste.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/05, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	A Tarde: 07/05.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	8/5/2013 a 27/5/2013
número de grevistas	100		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	2400
motivo/caráter	desvio de função/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam o reconhecimento da carreira como jurídica.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/05, os delegados da Polícia Civil paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas e reúnem-se no pátio da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em Vitória. Em 20/05, o protesto se repete - e também em 27/05 (agora em um protesto diante do Palácio da Fonte Grande), quando representantes do Sindicato dos Delegados de Polícia do Espírito Santo (Sindelpo) se reúnem com secretário de Estado de Governo.		
observações			
fonte	Sindicato dos Delegados da Polícia do Espírito Santo (on line: www.sindelpo.com.br): 09/05 e 20/05; Portal G1 (on line: www.g1.globo.com): 20/05; A Gazeta (on line: gazetaonline.globo.com): 27/05.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	27	período da greve	16/5/2013 a 11/6/2013
número de grevistas	2500		
horas paradas	216	trab. X horas paradas	540000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - justiça do trabalho, resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Os policiais reivindicam a modificação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR).		
encaminhamentos/resultados	Em 16/05, os policiais civis deflagram a greve. Os sindicatos da categoria - Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sinsepol), Sindicato dos Delegados (Sindepro) e o Sindicato dos Peritos Criminais (Sinpec) - reúnem-se com representantes do governo na Mesa de Negociação Permanente. Em 21/05, o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ) determina a manutenção em seus postos de trabalho de 80% do efetivo dos servidores da Polícia Civil - sob pena, em caso de descumprimento, de multa diária de R\$ 50 mil. Em 04/06, a 2ª Câmara Especial do TJ mantém a liminar, agora com uma redução do valor da multa diária (o novo valor não foi divulgado). Os policiais civis já haviam recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) e agora aguardam o resultado da apelação. Em 11/06, depois que o recurso contra a decisão do TJ foi negado pelo STF, a greve é encerrada. Uma audiência de conciliação, mediada pelo TJ, deverá realizar-se no dia 19/06.		
observações			
fonte	O Estadão: 17/05, 19/05, 25/05, 29/05 e 09/06; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 04/06 e 11/06; Tudo Rondônia (on line: www.tudorondonia.com): 10/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	6	período da greve	17/5/2013 a 22/5/2013
número de grevistas	910		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	43680
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, alimentação/propositivo, promoção/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - ocupação, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - pagamento dos dias parados		
causa	Reivindicam 25% de reajuste salarial para 2013 e 25% para o ano que vem, além da contratação de mais servidores, e melhoria nas condições de trabalho como reforma de delegacias e novos equipamentos.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/05, os policiais civis paralisam suas atividades. O registro de ocorrências, as investigações, a expedição de carteira de identidade e outros documentos estão interrompidos. No mesmo dia, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve exigindo o retorno ao trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa de R\$ 40 mil ao Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul. Em 18/05, em ato público realizado no centro de Campo Grande, os policiais civis recebem o apoio de bombeiros e policiais militares. Em 20/05, em coletiva de imprensa, o governo apresenta aos grevistas a seguinte proposta: 7% de aumento em maio de 2013, 8% em maio de 2014 e 12% em dezembro de 2014. Em 21/05, a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Mato Grosso do Sul (ACS/MS) declara que policiais militares e bombeiros iniciaram um "aquartelamento". Ainda durante a manhã, as partes reúnem-se em negociação. Não há acordo. A categoria exige que o reajuste de 25% seja pago integralmente em 2013. Em 22/05, depois da aprovação, pela Assembleia Legislativa, da proposta do governo, a greve é encerrada. As falta serão abonadas. Além disso, os policiais passam a receber R\$ 100 de auxílio alimentação e promoções de 80% por antiguidade e 20% por mérito.		
observações			
fonte	Dourados Agora (on line: www.douradosagora.com.br): 17/05 e 22/05; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 21/05.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	157	período da greve	10/6/2013 a 13/11/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	1256	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	contratação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração, manifestação - ocupação, manifestação - passeata		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Protesto contra o Projeto de Lei Orgânica em tramitação que regulamenta o trabalho da corporação. Entre os principais pontos, os policiais exigem que o Projeto de Lei estabeleça a contratação de mais delegados, peritos criminais, investigadores, escrivães e médicos-legistas; a promoção automática a cada cinco anos; o ganho de um terço da receita de um delegado geral para o policial quando ingressar na polícia civil e a retirada da questão disciplinar que impede a categoria de fornecer informações à imprensa. Também reivindicam que o cargo de inspetor deixe de ser de confiança e passe a ser promoção automática para os policiais que chegarem até o ponto mais alto da carreira de investigador.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/06, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 08/11, o governador sanciona a nova lei orgânica da Polícia Civil, prevendo a contratação de profissionais. Em 13/11, depois de assembleia, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	Sindpol (on line: www.sindpolmg.org.br): 13/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	14/6/2013 a 14/6/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, isonomia salarial/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os policiais reivindicam 16% de reajuste salarial, inclusão do abono no salário base, isonomia entre os cargos de nível médio e superior (cargos em que se exerce a mesma função e se ganha salários diferentes por conta do grau de formação), contratação para o aumento do efetivo, além de melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 14/06, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	Diário do Pará: 14/06; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 14/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	18/6/2013 a 18/6/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a morosidade do governo estadual em avaliar a minuta do anteprojeto que criará a Lei Orgânica e Estatuto do órgão.		
encaminhamentos/resultados	Em 18/06, os servidores do Instituto Técnico-Científico de Polícia do Rio Grande do Norte paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas. Os serviços periciais, assim como as emissões de certidões negativas, carteiras de identidade e outros documentos estão suspensos. Somente serão realizados aqueles de natureza urgente e inadiável, relacionados aos procedimentos de flagrantes delitos, locais de crime e recolhimento de cadáveres. A direção do Itep informa que o projeto de Lei Orgânica e Estatuto da instituição está em fase final de análise pela Consultoria Geral do Estado. Em nota, o Governo informa que haverá corte de ponto.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 18/06; Tribuna do Norte (on line: www.tribunadonorte.com.br): 19/06.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	11/7/2013 a 18/7/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/propositivo, reajuste salarial/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial, convocação de concursados, retirada de presos das delegacias e participação em um debate a respeito da proposta da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social de integração da Polícias Civil e Militar.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/07, os agentes e escrivães paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas. Em 18/07, os servidores voltam a paralisar suas atividades.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 12/07; De Fato (on line: www.defato.com): 18/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	29/7/2013 a 30/7/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	resolução - negociação, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		

resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações rejeitadas
causa	Os policiais reivindicam aumento salarial, redução de níveis para a promoção, mais contratações e melhores condições de trabalho.
encaminhamentos/resultados	Em 29/07, os policiais civis deflagram a greve. No início da noite, representantes do Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina (Sinpol-SC) reúnem-se com o secretário de Estado da Fazenda. Em 30/07, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve exigindo o retorno imediato às atividades – sob pena, em caso de descumprimento, de multa diária de R\$ 50 mil aplicada ao Sinpol. Depois da decisão, a greve é encerrada.
observações	
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 29/07 e 30/07; Diário Catarinense: 29/07 e 31/07.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	29/7/2013 a 29/7/2013
número de grevistas	2560		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	20480
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, seleção interna/externa/propositivo, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os delegados reivindicam recomposição salarial, exigência de cursos universitários para investigador e escrivão, melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho. Também protestam contra a prisão do delegado chefe do Departamento de Narcóticos (Denarc), entre 15 e 18/06, além de nove outros funcionários.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/07, organizados na Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, os delegados da Polícia Civil paralisam suas atividades entre 10h e 12h.		
observações			
fonte	Folha de São Paulo: 30/07; Diário do Comércio e Indústria: 30/07; Diário do Grande ABC: 30/07.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	65	período da greve	6/8/2013 a 9/10/2013
número de grevistas	1800		
horas paradas	520	trab. X horas paradas	912000
motivo/caráter	piso salarial/propositivo, noturno/propositivo, assistência médica/propositivo, gratificações/propositivo, efetivação/propositivo, distribuição/duração de jornada/propositivo, alimentação/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, estatuto/propositivo, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, tecnologia/propositivo, segurança pública/protesto, desvio de função/descumprimento de lei		
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração, manifestação - passeata, manifestação - piquete, normatização - manutenção de percentual mínimo, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - interdito proibitório, reação - desconto salarial, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Os policiais reivindicam reajuste do salário inicial para R\$ 6.050; adicional noturno; auxílio saúde; reajuste das gratificações de chefes de investigação e chefes de cartório; nomeação dos aprovados no último concurso; regularização da jornada de seis horas; vale alimentação para todos os policiais civis; revisão do plano de cargos, carreiras e vencimentos; aprovação do estatuto do Itep; serviço terceirizado de limpeza das delegacias (que muitas vezes fica a cargo dos próprios policiais); retirada de presos das delegacias; melhores condições de trabalho, com armamento, informatização e melhor comunicação entre as delegacias.		

encaminhamentos/resultados	Em 06/08, agentes e escrivães paralisam suas atividades. Em 12/08, os servidores do Instituto Técnico-Científico de Polícia (Itép) juntam-se aos grevistas. Em 26/08, representantes do Sinpol reúnem-se o presidente do Gabinete Civil. Não há acordo. Em 29/08, o Tribunal de Justiça (TJ) determina o retorno ao trabalho de, no mínimo, 70% dos policiais fixando, em caso de desobediência, uma multa diária de R\$ 10 mil ao Sinpol. Em 03/09, as partes voltam a se reunir – novamente sem acordo. Em 06/09, o TJ determina o corte do ponto e a abertura de inquérito contra a diretoria do Sinpol. Em 09/09, os policiais enviam ao governo uma nova pauta de reivindicações, com alguns dos itens reformulados. Em 13/09, diante do cancelamento, pelo governo, da reunião de negociação que estava agendada para às 9h, os grevistas suspendem por 24 horas a remoção de corpos e o atendimento nas delegacias de plantão das zonas Sul e Norte de Natal. Manifestantes montam um acampamento diante do prédio da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed). Em 16/09, por meio de nota, o governo informa que os servidores da pasta da Segurança Pública que estão em greve terão 15 dias para retornarem às suas funções sob pena de abertura de procedimento administrativo por abandono de cargo. Em 17/09, o Diário Oficial do Estado traz a convocação de 19 servidores aprovados em concurso - três delegados, cinco escrivães e onze agentes. A portaria que estabelece o prazo de 15 dias para o retorno ao trabalho, porém, não foi publicada. Depois do anúncio de uma reunião de negociação, feito pelo governo durante a manhã, o acampamento diante da Sesed é desfeito. No fim da tarde, as partes se reúnem em negociação. O governo propõe convocar gradativamente todos os aprovados do concurso em 2010. Em 23/09, o TJ determina que membros do Sinpol devem manter uma distância mínima de 200 metros do Centro Administrativo do Estado, das delegacias de plantão, da Delegacia Geral de Polícia Civil (Degepol) e do Itép. A decisão também impede qualquer manifestação com policiais armados e proíbe que os servidores do Itép deixem de recolher os cadáveres. A multa é de R\$ 50 mil por cada tipo de descumprimento (a medida autoriza a retenção da contribuição sindical). Também uma multa no valor de R\$ 5 mil será aplicada individualmente aos diretores do Sinpol. Em 01/10, o salário dos grevistas não é depositado. Em 09/10, o Pleno do TJ rejeita os recursos apresentados pelo Sinpol e confirma as decisões anteriores. Policiais reúnem-se com a governadora do Estado, que confirma a nomeação dos aprovados e o atendimento a outros pontos da pauta: serviço de limpeza, retirada de presos e modernização das unidades policiais, além da nomeação dos aprovados em concurso. A governadora também garantiu aprovar o Estatuto do Itép até o dia 31 de dezembro. A greve é encerrada.
observações	
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 06/08, 12/08, 29/08, 13/09, 16/09, 17/09, 23/09 e 09/10. Tribuna do Norte: 06/08, 07/08, 09/08 e 07/09.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	Salvador/BA		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/8/2013 a 7/8/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, condições de segurança/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protesto contra a superlotação de presos na carceragem e contra as más condições de trabalho no local.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/08, os policiais civis lotados no complexo de Delegacias dos Barris paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	A Tarde: 07/08.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	23	período da greve	8/8/2013 a 10/9/2013
número de grevistas	114		
horas paradas	184	trab. X horas paradas	20976

motivo/caráter	solidariedade/solidariedade, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto
encaminhamentos	resolução - negociação
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações
causa	Além do apoio à greve dos agentes e escrivães (ver registro SAG nº 29.557), reivindicam a nomeação de aprovados em concurso, a retirada total de presos das delegacias, melhorias estruturais nas delegacias e melhores condições de trabalho com disponibilização de recursos que garantam o funcionamento das delegacias (material de escritório, manutenção de viaturas, aluguel de prédios, armamento, munição e coletes).
encaminhamentos/resultados	Em 08/08, os delegados da Polícia Civil do Rio Grande do Norte paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 13/08 e, depois, em 15/08, os delegados voltam a paralisar suas atividades. Em 22/08, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. Em 03/09, representantes da Associação de Delegados da Polícia Civil do Rio Grande do Norte (ADEPOL) reúnem-se com representantes da Administração Estadual. Não há acordo. Em 10/09, em assembleia, os delegados decidem pelo encerramento da greve. Uma nova reunião de negociação está agendada para o dia 08/10.
observações	O número de grevistas foi estimado considerando-se 70% dos 163 delegados (a adesão foi total, apesar disso, 30% dos delegados permaneceram em atividade).
fonte	Jornal de Hoje (on line: jornaldehoje.com.br): 13/08, 15/08; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 22/08, 11/09; De Fato (on line: www.defato.com): 04/09.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	8/8/2013 a 29/8/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	21	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo, segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindica recomposição salarial, além de investimentos na instituição e mais contratações.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/08, delegados, escrivães, agentes penitenciários e investigadores da Polícia Civil paralisam suas atividades entre 10h e 14h. Em 13/08, em novo protesto, as atividades foram paralisadas entre 10h e 15h. Em 22/08 – e depois em 29/08 – as atividades voltam a ser paralisadas, agora entre 10h e 16h.		
observações			
fonte	Metro News: 09/08 e 29/08.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/GO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	13/8/2013 a 27/8/2013
número de grevistas	1680		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	53760
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, piso salarial/propositivo, produtividade/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	Os policiais reivindicam reajuste salarial, extensão do bônus de produtividade para todos os policiais e a reestruturação da carreira.
encaminhamentos/resultados	Em 13/08, policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 20/08, os policiais voltam a paralisar suas atividades - desta vez em um protesto de 48 horas. Em 27/08, a categoria paralisa suas atividades em um protesto de 72 horas. A paralisação está em andamento.
observações	
fonte	O Popular: 13/08 e 27/08; Portal Terra (on line: noticias.terra.com.br): 21/08.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	6/9/2013 a 6/9/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protesto contra a morte de um policial, ocorrida durante a condução de um preso. Os agentes exigem o fim do desvio de função.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/09, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Todos os trabalhos de investigação, administrativos, visitas a presos e atendimento ao público estão suspensos.		
observações			
fonte	Jornal de Piracicaba: 07/09.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	10/9/2013 a 17/9/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria reivindica recomposição salarial, além de investimentos na instituição e mais contratações.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/09, delegados, escrivães, agentes penitenciários e investigadores da Polícia Civil paralisam suas atividades entre 10h e 16h. Em 17/09, as atividades foram novamente paralisadas.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 10/09 e 17/09; Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (on line: www.adpesp.org.br): 17/09.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	/GO

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	87	período da greve	17/9/2013 a 12/12/2013
número de grevistas	3140		
horas paradas	696	trab. X horas paradas	2185440
motivo/caráter	piso salarial/descumprimento de acordo, produtividade/descumprimento de acordo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, contratação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - ocupação, manifestação - passeata, normatização - ameaça/aplicação de multa, reação - desconto salarial, resolução - ministério público, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	A categoria pede piso salarial de R\$ 7.250 e o pagamento do bônus de resultados, assim como é pago somente para os delegados. O acordo a respeito dessas reivindicações encerrou a última greve da categoria, mas foi descumprido pelo governo. Também reivindicam reestruturação da carreira da polícia civil.		
encaminhamentos/resultados	<p>Em 17/09, agentes e escrivães paralisam suas atividades. Apenas flagrantes e crimes hediondos estão sendo registrados. Por meio da Assessoria de Comunicação, a Polícia Civil reitera que serão adotadas todas as medidas previstas no Decreto nº 7.964, que prevê o corte de ponto dos grevistas, a instauração de processo administrativo, a exoneração imediata de servidores comissionados e a dispensa de trabalhadores que ocupam cargos de confiança. Em 01/10, o deputado estadual responsável pela interlocução entre as partes (que é delegado aposentado e ex-diretor-geral da Polícia Civil), reúne-se com o secretário de Gestão e Planejamento. Segundo o Sindicato dos Policiais Cíveis de Goiás (Sinpol), o governo está estudando um valor para ser apresentado à categoria. Em 11/09, o governo propõe 20% de produtividade. Os grevistas recusam. Em 16/10, os servidores da Polícia Civil que trabalham nos Institutos Médicos Legais (IMLs) – auxiliares de autópsia, papiloscopistas, auxiliares de laboratório, identificadores, classificadores, fotógrafos e desenhistas criminais – deflagram um protesto de 72 horas em apoio à greve dos agentes e escrivães: por 72 horas não trabalharão além do horário ou acumulando funções. Os médicos legistas e peritos criminais, no entanto, não vão aderir ao protesto. Em 21/10, em novo protesto, os servidores que trabalham nos IMLs decidem que não farão o serviço de necropsia durante o período noturno – irão trabalhar somente das 8h às 18h. Também ficou determinado que, em qualquer horário do dia, os corpos só serão recolhidos com requisições assinadas por delegados. Por conta do novo tipo de operação, a liberação de alguns corpos deve demorar até 24 horas. Em 07/11, por 24 horas, os policiais paralisam completamente suas atividades. Em 18/11, manifestantes ocupam o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Em 19/11, em reunião mediada pelo Ministério Público Estadual, representantes do Sinpol encontram-se com representantes da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Encerrada a reunião, os grevistas encaminham uma contraproposta ao governo. Pedem agora a proporcionalidade de 60% ao salário dos delegados e o pagamento de bônus de 20% sobre a produtividade. A reestruturação da carreira foi deixada para outro momento. Durante a tarde, um repórter da Rádio 730 AM foi agredido pelos manifestantes e retirado à força do plenário. Em 20/11, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia determina a reintegração de posse do plenário da Assembleia Legislativa. Depois de notificados, os grevistas têm quatro horas para cumprir a decisão, sob pena de emprego de força policial militar. Em 21/11, as partes reúnem-se novamente em negociação. O secretário de Segurança Pública afirma que o governo só pode atender à reivindicação do pagamento do bônus de produtividade. Não há acordo. O Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) determina o retorno imediato dos policiais civis ao trabalho – sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 10 mil à representação sindical da categoria. Em 27/11, pela terceira vez consecutiva, os policiais recebem os contra-cheques com descontos. Em setembro, um dia foi cortado. Em outubro, 11 dias. Agora, em novembro, são 21 dias. Em 28/11, depois de uma declaração do governador de que, caso a Assembleia fosse desocupada, os policiais civis seriam recebidos em reunião de negociação, os grevistas decidem desocupar o plenário. Em 29/11, o governador recebe os representantes dos policiais no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. O governo propõe pagar um bônus entre 5% e 20%; preparar o estudo para a reestruturação da carreira (que colocaria os agentes e escrivães um nível acima na carreira e faria correções em distorções do plano de carreira já existente); discutir a restituição dos descontos e aumentar o efetivo da Polícia Civil para 10 mil servidores como forma de diminuir a carga de trabalho. Em 02/12, pela manhã, os representantes dos policiais reúnem-se com o secretário de Segurança Pública e com o delegado-geral da Polícia Civil. Durante a tarde, em assembleia, os policiais decidem desocupar totalmente a Assembleia Legislativa. Em 03/12, representantes dos grevistas se reúnem novamente com o delegado-geral. Neste dia, cinco servidores foram afastados de suas atividades na Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios por, supostamente, terem participado da greve. Em 06/12, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirma a decisão do TJ-GO que determina o retorno ao trabalho. Em 09/12, apesar da decisão do STF, os servidores decidem pela manutenção da greve. Eles aguardam o julgamento do mandado de segurança impetrado pelo Sinpol para derrubar o decreto do governador que institui o corte de pontos dos servidores em greve. Caso haja uma decisão favorável ao mandado, o Estado terá de ressarcir os valores descontados. Em 11/12, no entanto, a Corte Especial do TJ-GO decide enviar o mandado para uma das câmaras cíveis. Diante da proximidade do início do recesso do Judiciário, a possibilidade do mandado ser julgado ainda em 2013 é pequena. Em 12/12, a greve é encerrada. Os grevistas aceitam o bônus por produtividade mais reestruturação da carreira.</p>		
observações			
fonte	O Popular: 18/09, 29/09, 03/10, 16/10, 17/10, 22/10, 01/11, 08/11, 20/11, 21/11, 23/11, 24/11, 25/11, 26/11, 27/11, 28/11, 29/11, 30/11, 03/12, 04/12, 05/12, 07/12, 10/12, 12/12; Portal G1 (on line: g1.globo.com): 14/10, 16/10, 21/10, 05/11, 06/11, 18/11, 19/11, 20/11, 21/11, 22/11, 23/11, 12/12.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais
localização geográfica	/ES
empresa	
trabalhadores	

setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	18/10/2013 a 18/10/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o descumprimento o cronograma para reestruturação do Plano de Carreiras.		
encaminhamentos/resultados	Em 18/10, os policiais paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 18/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	23/10/2013 a 23/10/2013
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, piso salarial/propositivo, periculosidade/propositivo, alimentação/propositivo, redução de jornada/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam dois novos enquadramentos no Plano de Cargos, diminuição da distância salarial entre um delegado em início de carreira e um policial com 30 anos de serviço, diminuição da diferença na gratificação de risco paga aos delegados (225%) e aos policiais (100%), reajuste do vale-refeição, revisão da carga horária semanal (que aumentou de 30 para 44 horas), reposição do efetivo através de concurso e reestruturação das delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/10, os policiais civis paralisam suas atividades no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em um protesto de 24 horas. Em 25/10, as atividades serão paralisadas no Complexo de Delegacia de Prazeres.		
observações			
fonte	Diário de Pernambuco (on line: www.diariodepernambuco.com.br): 24/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	23	período da greve	26/11/2013 a 18/12/2013
número de grevistas	1120		
horas paradas	184	trab. X horas paradas	206080

motivo/caráter	extinção de horas extras/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ajuda de custo/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, gratificações/propositivo, periculosidade/propositivo, educação/propositivo
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração, manifestação - passeata, resolução - decisão judicial, resolução - negociação
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas
causa	Reivindicam o cumprimento da carga horária de 44 horas semanais, melhores condições de trabalho, melhorias em instalações e alojamentos, pagamento antecipado das diárias, progressão funcionai de 5% por degrau, incorporação do abono salarial de R\$ 540 e pagamento de gratificação de 80% de nível superior a todos os policiais.
encaminhamentos/resultados	Em 26/11, a greve é deflagrada. Em 28/11, na Assembleia Legislativa, representantes do governo do Estado e do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará (Sindpol/PA) reúnem-se em negociação. Não há acordo. Em 10/12, a Assembleia Legislativa aprova a Lei Orgânica 022 da Polícia civil – que, segundo a categoria, prejudica motoristas e papiloscopistas. Em 11/02, a Justiça declara a ilegalidade da greve e autoriza o corte do ponto dos grevistas. Em 18/12, as partes voltam a se reunir em negociação. O governo se compromete a atender as reivindicações pelo adicional de risco de vida, pela progressão funcional, pela bolsa de estudos de nível superior e pelo aumento de 80% da gratificação de escolaridade. Os benefícios se estendem aos ativos, aposentados e todo o quadro funcional, incluindo os motoristas e auxiliares técnicos. A incorporação do abono será total, mas de forma gradual - 10% em 2014 e 30% a cada ano, entre 2015 e 2017. A greve é encerrada.
observações	
fonte	Diário do Pará: 29/11, 30/11, 02/12, 07/12, 10/12, 11/12, 12/12, 13/12, 14/12, 17/12, 19/12; (on line: www.diarioonline.com.br): 26/11, 27/11; O Liberal: 13/12.

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	12/12/2013 a 12/12/2013
número de grevistas	512		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	4096
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, contratação/propositivo, habitação/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial de 45% (o salário inicial de um delegado é R\$ 9.200); progressão automática a cada 2 anos, com reajuste de 5% a cada mudança de classe; contratação; auxílio moradia e melhoria nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/12, atendendo ao chamado da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Pará, os delegados paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	Diário do Pará: 13/12.		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	8/1/2014 a 22/1/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	aposentadoria/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, contratação/propositivo, seleção interna/externa/propositivo		

encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata
resultados	sem informação - sem informação
causa	Reivindicam a proposta de regulamentação da aposentadoria, exigência de nível superior na polícia civil, contratação de maior efetivo, revisão de promoções e reenquadramentos.
encaminhamentos/resultados	Em 08/01 os trabalhadores paralisaram suas atividades por 24h, no dia realizaram uma passeata e uma assembléia geral em frente ao Palácio Rio Branco. Em resposta, os policiais ouviram que por conta do ano de eleição nenhuma lei seria alterada. Em 22/01, os policiais voltam a paralisar suas atividades.
observações	
fonte	www.g1.globo.com.br: 08/01

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	12/2/2014 a 12/2/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	promoção/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam o pagamento de promoções com o reenquadramento dos servidores.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/02, os policiais paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	A Gazeta do Acre (on line: agazetadoacre.com): 12/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	20/2/2014 a 20/2/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, local de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial de 6% e melhorias na infraestrutura das delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/02, os delegados paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Durante a manhã, representantes dos delegados reúnem-se com o secretário de Segurança Pública.		
observações			
fonte	imirante.com: 20/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	20/2/2014 a 20/2/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes, estatuto/propositivo, efetivação/propositivo, promoção/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam reajuste salarial e o pagamento e efetivação de promoções pendentes desde 2012 - mudanças que abrem automaticamente vagas para os mais de 400 policiais aprovados em concurso, que ainda não foram nomeados. Reivindicam também a aprovação do novo estatuto da categoria e a transferência dos presos das delegacias para as penitenciárias.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/02, os policiais paralisam suas atividades em um protesto previsto para se alongar por 24 horas. Durante a tarde, no entanto, a assembleia que avaliou os resultados da reunião com o governador do Estado - ocorrida no dia anterior, em 19/02 - decidiu pelo encerramento da paralisação. A discussão a respeito do reajuste salarial dos policiais será iniciada e os outros pontos serão atendidos.		
observações			
fonte	Portal G1 (on line: g1.globo.com): 20/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/2/2014 a 27/2/2014
número de grevistas	80		
horas paradas	4	trab. X horas paradas	320
motivo/caráter	horas extras/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste do plantão.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/02, os servidores da Polícia Técnico-Científica paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 27/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	7	período da greve	19/3/2014 a 25/3/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, demissão/manutenção de condições vigentes, readmissão/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes
encaminhamentos	resolução - negociação
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações
causa	Reivindicam a incorporação da gratificação por curso, melhores condições salariais e de trabalho, reconhecimento de 45 funcionários da Coordenadoria Geral de Perícias (Cogerp) como policiais civis, reintegração de 15 profissionais que foram desligados do cargo e resolução de problemas relacionados a desvios de função.
encaminhamentos/resultados	Em 19/03, agentes e escrivães paralisam suas atividades em uma mobilização de advertência. Em 20/03, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. Em 25/03, depois de uma reunião com o governador, a greve é encerrada. Em assembleia, a categoria decidiu conceder o prazo de um mês para que o governo apresente uma contraproposta às reivindicações da categoria.
observações	
fonte	g1.globo.com: 25/03

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	26/3/2014 a 26/3/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo, efetivação/manutenção de condições vigentes, qualificação profissional/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam o Estatuto do Itap, nomeação dos concursados da Polícia Civil e realização de um novo curso de formação.		
encaminhamentos/resultados	Em 26/03, policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 26/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	29/3/2014 a 30/3/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam mudanças na carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 29/03, os delegados de polícia paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas. Em 31/03, depois de aceitarem a proposta de criação de uma comissão para elaborar uma lei que permita a concessão de promoção automática à classe, decidem não deflagrar uma greve.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 01/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	23/4/2014 a 7/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Pressionar o governo estadual a igualar a remuneração dos delegados, de R\$ 7.747,50, com a dos defensores públicos, de R\$ 16.022,96, com a justificativa que ambas as classes fazem parte das carreiras jurídicas de Estado.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/04 os delegados paralisaram por 4h, na primeira das três paralisações programadas. No dia 30/04 as atividades foram suspensas por 8h. Em 7/05 última paralisação acontece, esta de 12h.		
observações			
fonte	http://www.otempo.com.br/ 7/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	23/4/2014 a 23/4/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial com equiparação com defensoria pública.		
encaminhamentos/resultados	Em 23/04, policiais civis de MG paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 23/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	25/4/2014 a 25/4/2014
número de grevistas	0		

horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, demissão/manutenção de condições vigentes, readmissão/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a incorporação da gratificação por curso, melhores condições salariais e de trabalho, reconhecimento de 45 funcionários da Coordenadoria Geral de Perícias (Cogerp) como policiais civis, reintegração de 15 profissionais que foram desligados do cargo e resolução de problemas relacionados a desvios de função. Reivindicam contraproposta do governo que tinha prazo de 1 mês para fazer contraproposta à categoria acordado na última greve, mas não a realizou no prazo.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/04, policiais civis de Sergipe paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com : 25/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	6/5/2014 a 7/5/2014
número de grevistas	5000		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	80000
motivo/caráter	aposentadoria/propositivo, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam celeridade na aprovação da aposentadoria especial e do projeto de Gestão de Segurança Pública da categoria (elaborado pelo sindicato, o projeto propõe um modelo de gestão para melhorar a estrutura e capacidade da polícia).		
encaminhamentos/resultados	Em 06/05, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	www.cut.org.br : 07/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/5/2014 a 7/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/05, os delegados paralisam suas atividades das 8h às 20h.		
observações			
fonte	g1.globo.com : 07/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	7	período da greve	8/5/2014 a 29/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	promoção/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Além da revisão salarial, reivindicam o reenquadramento dos cerca de 200 servidores da Cogerp e de 45 policiais civis que têm mais de 25 anos de carreira e foram remanejados de outros órgãos do Estado para a Secretaria da Segurança Pública (SSP).		
encaminhamentos/resultados	Em 08/05, os policiais paralisam suas atividades em uma mobilização de advertência. Em 24/05, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. A mobilização inicia-se apesar de decisão judicial, emitida em 12/05, que proíbe a paralisação dos policiais - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária no valor de R\$ 1.000 à representação sindical da categoria. Em 28/05, o Tribunal de Justiça confirma decisão anterior e determina o imediato retorno dos agentes. Em 29/05, a greve é encerrada. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Sergipe (Sinpól), a mudança de espécie remuneratória de vencimentos para subsídio nos valores, proposta pelo Governo do Estado, foi recusada. No entanto, os policiais aceitaram as demais propostas: a promoção automática com mesma regra para todos os cargos, inclusive agente auxiliar; a paridade para inativos e pensionistas proposta pelo governo e a estruturação em cinco classes das carreiras policiais civis.		
observações			
fonte	www.f5news.com.br: 30/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	13/5/2014 a 13/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, desvio de função/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam por melhores condições de trabalho e contra desvio de função.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/05, Policiais Civis Estaduais do Paraná paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 13/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	NACIONAL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		

atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	federação/confederação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	21/5/2014 a 21/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	isonomia salarial/propositivo, condições de segurança/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Nivelamento do salário dos policiais em todo o país e de melhores condições de segurança e infraestrutura para a categoria.		
encaminhamentos/resultados	No dia 21/05 policiais civis de todo o País paralisaram suas atividades por 24h.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 20/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	22/5/2014 a 22/5/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, transporte/propositivo, alimentação/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Entre as principais reivindicações dos policiais, está a incorporação de uma gratificação de R\$ 850 ao salário. Reivindicam, ainda, aumento no vale-transporte e no vale-alimentação.		
encaminhamentos/resultados	Em 22/05, após o encerramento do protesto nacional das policias civis, os agentes do Rio de Janeiro decidem permanecer com suas atividades paralisadas por mais 24 horas.		
observações			
fonte	www.terra.com.br: 22/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/6/2014 a 16/6/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, aposentadoria/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reestruturação do PCCS, aplicação de lei que garante aposentadoria especial para todos os polícias e reajustes salariais.		

encaminhamentos/resultados	No dia 16/06 guardas municipais de todo o Estado paralisaram suas atividades.
observações	
fonte	https://www.jcnet.com.br/ 16/06

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SP		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	26/6/2014 a 26/6/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial de contratações.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/06, Policiais Civis Estaduais do Oeste Paulista paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com/ : 26/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	2/7/2014 a 2/7/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	antecipação de reajuste/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam antecipação do reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/07, delegados da Polícia Civil de MG paralisam suas atividades em advertência. Apesar de reuniões de negociações, não há acordos.		
observações			
fonte	https://www.otempo.com.br/ : 02/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	14/8/2014 a 14/8/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, efetivação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Cobram melhores condições de trabalho e, entre outras coisas, a convocação de delegados que prestaram concursos.		
encaminhamentos/resultados	No dia 14/08 os delegados paralisaram suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 14/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	18/8/2014 a 20/8/2014
número de grevistas	5000		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	120000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	A categoria reivindica a publicação do plano de carreira para as classes I e II e reclamam da falta de estrutura dentro das unidades policiais e da superlotação das carceragens das delegacias. A paralisação foi decidida em assembleia no mês passado, depois de diversos assassinatos de policiais na mesma semana.		
encaminhamentos/resultados	Em 18/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas. Em 20/08, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve e determina sua suspensão imediata - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 30 mil à representação sindical da categoria.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 20/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	3/9/2014 a 4/9/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, efetivação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Cobram melhores condições de trabalho e, entre outras coisas, a convocação de delegados que prestaram concursos.		

encaminhamentos/resultados	No dia 3/09 delegados iniciam paralisação de 48h		
observações			
fonte	http://www.suacidade.com/ 3/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	4/9/2014 a 1/10/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, condições de segurança/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, sobreaviso/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam melhores condições de segurança no trabalho - no ano já morreram 17 policiais. A categoria cobra ainda melhores condições de trabalho, equiparação salarial e pede celeridade na publicação de um decreto que regulamenta a promoção de agentes da classe II para a classe I.		
encaminhamentos/resultados	No dia 4/09 a polícia civil iniciou greve de 48h. Em 30/09 nova paralisação de dois dias acontece.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 30/9		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais, Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
localização geográfica	/MA, Nordeste/MA		
empresa	IML - INSTITUTO MÉDICO LEGAL		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	18/9/2014 a 19/9/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	insalubridade/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, governo/protesto, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam aumento no quadro de funcionários, a retirada da custódia indevida de presos de Justiça em repartições policiais, o que é proibido por lei, o pagamento da insalubridade dos agentes e o cumprimento real das ações julgadas pela Justiça como a indenização de dedicação exclusiva, implementada parcialmente.		
encaminhamentos/resultados	No dia 18/09 agentes da policia civil estadual e do Instituto Médico Legal iniciaram greve de 48h. Categoria promete paralisar novamente no dia 24 e 25/09, mas paralisação é suspensão.		
observações			
fonte	https://imirante.com 18/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais, Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
localização geográfica	/MA, Nordeste/MA		
empresa	IML - INSTITUTO MÉDICO LEGAL		
trabalhadores			

setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	5	período da greve	13/10/2014 a 17/10/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	40	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	contratação/manutenção de condições vigentes, governo/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, insalubridade/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam aumento no quadro de funcionários, a retirada da custódia indevida de presos de Justiça em repartições policiais, o que é proibido por lei, o pagamento da insalubridade dos agentes e o cumprimento real das ações julgadas pela Justiça como a indenização de dedicação exclusiva, implementada parcialmente.		
encaminhamentos/resultados	Do dia 13/10 a 17/10 a Polícia Civil Estadual paralisou suas atividades.		
observações			
fonte	http://sinpolma.org.br/ 14/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	21/10/2014 a 21/10/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, efetivação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam que as profissões ligadas a categoria sejam reconhecidas como de nível superior, o que também implicaria numa valorização da carreira dos profissionais. Também pedem a efetivação de 500 aprovados no último concurso.		
encaminhamentos/resultados	No dia 21/10 os trabalhadores iniciam uma paralisação de 48h.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 21/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	24/11/2014 a 25/11/2014
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	Reivindicam reajuste salarial.
encaminhamentos/resultados	Em 24/11, os policiais paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas.
observações	
fonte	http://cidadeverde.com: 25/11

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	20	período da greve	6/2/2015 a 25/2/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	160	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e reestruturação do plano de carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/02, escrivães da Polícia Civil de MT paralisam suas atividades. Em 25/02, suspendem a greve para dar prosseguimento para as negociações com o governo do estado.		
observações			
fonte	http://www.midianews.com.br 25/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/TO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	41	período da greve	25/2/2015 a 6/4/2015
número de grevistas	1300		
horas paradas	328	trab. X horas paradas	426400
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial, resolução - negociação		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam equiparação salarial. Prometida em 2007, foi regulamentada em abril do ano passado mas não entrou em vigor.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/02, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 03/03, o Tribunal de Justiça (TJ) determina a suspensão da greve - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 50 mil à representação sindical da categoria. Em 13/03, é publicada no Diário Oficial do Estado uma portaria determinando que os grevistas entreguem armas e munições. Em 14/03, policiais civis permanecem em frente a Casa de Prisão Provisória (CPP) de Palmas para impedir que o cumprimento da decisão do TJ que determina que a Polícia Militar assuma o controle dos presídios. Em 20/03, as partes reúnem-se em negociação. Não há acordo. Em 23/03, o TJ mantém a ilegalidade da greve e aumenta o valor da multa à ser aplicada ao Sindicato dos Policiais Civis de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil. Em 06/04, a greve é encerrada. Os policiais aceitaram o acordo proposto pelo governo. A implementação do alinhamento salarial previsto pela lei 2.851 se dará no início de 2016. Em relação aos valores referentes à primeira parcela do alinhamento, que deveria ter sido incorporado neste ano, o Sinpol e o governo do Estado vão negociar e, nos próximos 20 dias, as duas partes devem ter uma proposta finalizada. Não haverá punições aos policiais grevistas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 06/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	26/3/2015 a 26/3/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Lutam, principalmente, por contratação de mais funcionários.		
encaminhamentos/resultados	No dia 26/03 a categoria realizou uma paralisação de 24h.		
observações			
fonte	https://www.sinpoldf.com.br/ 27/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Agentes Penitenciários Estaduais, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS, Sul/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	28/4/2015 a 28/4/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam o reajuste dos subsídios e a convocação dos concursados.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/04, os policiais civis e agentes penitenciários paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	zh.clicrbs.com.br : 28/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	19/5/2015 a 19/5/2015
número de grevistas	0		

horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	saúde pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, efetivação/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, periculosidade/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, desvio de função/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a equiparação da gratificação de risco de vida com aquela paga aos delegados, reajuste de 8%, revisão de planos de cargo e carreira, inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial, abertura de concurso público e convocação dos aprovados na última seleção.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/05, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 20/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	28	período da greve	22/5/2015 a 18/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	224	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Reivindicam pagamento retroativo das diferenças salariais de quem foi promovido, reajuste salarial de acordo como o IPCA, e cumprimento do PCS.		
encaminhamentos/resultados	Em 22/05, policiais civis de Alagoas paralisam suas atividades. Em 18/06, encerram a greve com acordo de reajuste salarial de acordo com o IPCA, o enquadramento dos aposentados no PCCS, aumento da cota de progressão das promoções. O pagamento retroativo será discutido em novembro.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/agentes-da-policia-civil-de-alagoas-aceitam-proposta-e-encerram-greve.html : 18/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - multiatividade

categoria profissional	Médicos Rede Estadual, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI, Nordeste/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	multiatividade		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	25/5/2015 a 25/5/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, promoção/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, gratificações/propositivo, insalubridade/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, segurança pública/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam pagamento da parcela integral do reajuste salarial, promoções, melhores condições de trabalho, retorno da gratificação e respectiva incorporação em lei para os peritos, pagamento de insalubridade, criação da lei que regulamente a cumulação de cidades do interior, contratação de novos delegados e a modernização da polícia.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/05, delegados, peritos médicos e odonto-legistas do Instituto de Criminologia e IML paralisam suas atividades. Não há informações sobre negociações e o fim da greve.		
observações			

fonte <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/05/delegados-peritos-e-medicos-legistas-paralisam-atividades-no-piaui.html>: 25/05

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	2/6/2015 a 3/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a aprovação do estatuto da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/06, os servidores paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	sinpolrn.org.br: 03/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	2/6/2015 a 17/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - justiça do trabalho		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam 100% do reajuste concedido pelo governo (estado já pagou metade em maio), e dizem não aceitar que os outros 50% sejam pagos somente ano que vem.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/06, a greve é deflagrada. Em 15/06, o Tribunal de Justiça (TJ) decreta a ilegalidade da greve dos policiais e exige o retorno dos agentes a seus postos de trabalho - sob pena, em caso de descumprimento da decisão, de aplicação de multa diária de R\$ 5 mil à representação sindical da categoria. Em 17/06, a greve é suspensa. Uma audiência mediada pelo TJ está marcada para o dia 24/06.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 17/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	10/6/2015 a 18/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	efetivação/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, desvio de função/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, periculosidade/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a equiparação da gratificação de risco de vida com aquela paga aos delegados, reajuste de 8%, revisão de planos de cargo e carreira, inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial, abertura de concurso público e convocação dos aprovados na última seleção.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/06, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas. No mesmo dia o Tribunal de Justiça determina a volta imediata ao trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 30 mil à representação sindical da categoria. A categoria decide não interromper o protesto antecipadamente. Em 18/06, os policiais voltam a paralisar suas atividades - agora por 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 18/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/6/2015 a 16/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial de melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/06, policiais civis estaduais de SE paralisam suas atividades em advertência.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/06/delegados-da-policia-civil-fazem-paralisacao-de-advertencia-em-se.html : 16/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	23/6/2015 a 23/6/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		

causa	Protestam por melhores condições de trabalho, contratação de novos funcionários, reajuste salarial entre outros.
encaminhamentos/resultados	No dia 23/06 a polícia civil realizou uma paralisação de 24h, apenas atendendo casos de flagrante.
observações	
fonte	https://www.sinpoldf.com.br/ 23/06

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	2/7/2015 a 8/7/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	efetivação/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, desvio de função/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, periculosidade/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - passeata, manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a equiparação da gratificação de risco de vida com aquela paga aos delegados, reajuste de 8%, revisão de planos de cargo e carreira, inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial, abertura de concurso público e convocação dos aprovados na última seleção.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/07, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 08/07, nova paralisação, também por 24 horas. No dia anterior, em 07/07, o Tribunal de Justiça proibiu a deflagração do movimento paredista - sob pena, em caso de descumprimento da decisão, de aplicação de multa diária de R\$ 30 mil à representação sindical da categoria.		
observações			
fonte	g1.globo.com:		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	8	período da greve	3/8/2015 a 10/8/2015
número de grevistas	2100		
horas paradas	64	trab. X horas paradas	134400
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, tecnologia/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam melhores condições de trabalho e pleiteiam a reestruturação do subsídio com base nas tabelas apresentadas pelo governo. Também estão na pauta itens como aumento do efetivo, tecnologia, inteligência policial e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/08, a greve é deflagrada. Em 04/08, o Tribunal de Justiça determina a suspensão da greve - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 20 mil à representação sindical da categoria. Em 10/08, os policiais votam pela suspensão da greve até o início de setembro. Representantes da Administração Estadual garantiram a abertura de negociações.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 10/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	3/8/2015 a 18/8/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Protestam contra o pagamento parcelado dos salários de julho. também reivindicam a implementação do subsídio; a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos; e a definição de um percentual linear para recuperação das perdas inflacionárias. Também exigem a transferência dos presos das delegacias para as penitenciárias.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/08, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 04/08, os presos se amotina na 2ª Delegacia Metropolitana de Aracaju. Em 06/08, novo motim, agora na 10ª Delegacia. Em 16/08, o Tribunal de Justiça determina a suspensão da greve e o retorno ao trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 1 mil à representação sindical da categoria. Em 18/08, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 18/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AM		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	7/8/2015 a 8/8/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - aplicação de multa, justiça - greve ilegal		
causa	Protestam contra descumprimento de acordo com o governo estadual sobre plano de carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/08, peritos da Polícia Civil paralisam suas atividades. Em 08/08, o TJ-AM determina a suspensão da greve, medida acatada pelo sindicato, que diz que irá recorrer da decisão.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/greve-dos-peritos-e-suspensa-por-determinacao-da-justica-do-am.html: 08/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		

greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	15/8/2015 a 15/8/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a aprovação do estatuto da categoria.		
encaminhamentos/resultados	No dia 15/08 servidores em Natal e Mossoró realizaram uma paralisação de 24h.		
observações			
fonte	http://www.tribunadonorte.com.br/ 15/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	22	período da greve	1/9/2015 a 22/9/2015
número de grevistas	3300		
horas paradas	176	trab. X horas paradas	580800
motivo/caráter	segurança pública/protesto, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, transferência de empregados/manutenção de condições vigentes, efetivação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam a equiparação com agentes federais e nomeação de mais de 400 aprovados no último concurso da categoria. Também pedem que critérios para transferências internas dentro da própria carreira sejam melhor definidos.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/09, os policiais civis do Distrito Federal paralisam suas atividades. Em 03/09, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve e exige o retorno aos postos de trabalho - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 50 mil à representação sindical da categoria. Em 22/09, a greve é encerrada. De acordo Sindicato dos Policiais Cíveis a categoria obteve pequenos avanços como a abertura de diálogo com o Governo do Distrito Federal.		
observações			
fonte	g1.globo.com : 22/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	8	período da greve	18/9/2015 a 25/9/2015
número de grevistas	2100		
horas paradas	64	trab. X horas paradas	134400

motivo/caráter	segurança pública/protesto, tecnologia/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes
encaminhamentos	manifestação - concentração
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações
causa	Reivindicam melhores condições de trabalho e pleiteiam a reestruturação do subsídio com base nas tabelas apresentadas pelo governo. Também estão na pauta itens como aumento do efetivo, tecnologia, inteligência policial e melhores condições de trabalho.
encaminhamentos/resultados	Em 18/09, a greve é deflagrada. Em 25/09, depois de reunião com representantes da Administração Estadual, os policiais civis decidem encerrar a greve. As negociações continuam.
observações	
fonte	g1.globo.com: 25/09

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	21/10/2015 a 21/10/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	outros - político/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a prisão de um delegado e outros nove policiais civis. Os delegados afirmam que as prisões são arbitrárias e resultam de perseguição à categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/10, os delegados paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	www.diariodosc campos.com.br: 21/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	4/11/2015 a 5/11/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - acampamento, resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a aprovação do estatuto da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/11, os servidores paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas. Durante a paralisação, representantes dos servidores reúnem-se com representantes da Administração Estadual. Não há acordo, porém.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 05/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/11/2015 a 27/11/2015
número de grevistas	5000		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	40000
motivo/caráter	promoção/propositivo, desvio de função/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, serviço público/protesto, chefia/assédio moral/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a publicação de decreto que regulamenta as promoções. Os servidores reivindicam também reestruturação salarial com base na atividade de investigação e emissão de laudos da papiloscopia pelos peritos técnicos, hoje só permitida aos peritos criminais. Além disso, protestam contra condições estruturais das delegacias e contra a prática do assédio moral.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/11, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	www.correio24horas.com.br: 27/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	9	período da greve	7/12/2015 a 15/12/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	governo/protesto, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Protestam contra a cessão de 115 policiais civis à Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), feita em junho após acordo da corporação com o Ministério Público.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/12, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por três dias. Em 09/12, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. Em 15/12, a greve é encerrada. O sindicato da categoria levará as reivindicações da categoria à Justiça.		
observações			
fonte	www.sinpoldf.com.br: 16/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		

duração	4	período da greve	14/12/2015 a 17/12/2015
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	estatuto/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam a aprovação do estatuto da categoria.		
encaminhamentos/resultados	Em 14/12, a greve é deflagrada. Em 17/12, depois de negociação, a greve é encerrada. O governador garantiu que irá realizar nova negociação em relação ao estatuto do Itap.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 17/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	20/1/2016 a 20/1/2016
número de grevistas	5000		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	40000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, promoção/propositivo, desvio de função/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/manutenção de condições vigentes, efetivação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reestruturação salarial com igualdade entre os cargos da Polícia Civil baseada na atividade de investigação criminal; promoções; reconhecimento do laudo de papiloscopia pelo perito técnico conforme Lei Orgânica da Polícia Civil; reforma e construção de unidades policiais para atendimento à sociedade e a categoria; nomeação, posse e designação dos concursados de 1997, 2013 e 2014.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/01, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 72 horas.		
observações			
fonte	jornaldachapada.com.br: 20/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/TO		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/2/2016 a 16/2/2016
número de grevistas	1680		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	13440
motivo/caráter	promoção/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam o progressão salarial, conforme acordo firmado com a Administração Estadual.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/02, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 16/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	10/3/2016 a 10/3/2016
número de grevistas	5000		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	40000
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, promoção/propositivo, desvio de função/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, efetivação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reestruturação salarial com patamar de nível superior da Polícia Civil aliada ao enquadramento da investigação criminal para coibir o desvio de atividades; nomeação de concursados de 2013/2014 e remanescentes de 1997 (pessoas que entraram na Justiça à época para exigir nomeação); decreto de promoções; reconhecimento do laudo de papiloscopia do perito técnico no curso do inquérito policial; instalação de um grupo de estudo para discussão de um projeto de lei que regulamente a atividade de investigação criminal.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/03, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 10/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	11/3/2016 a 13/3/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de 13º/descumprimento de lei, atraso de salário/descumprimento de lei, prêmios/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento de salários (inclusive do 13º), do prêmio pela redução da criminalidade e por melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/03, os delegados da Polícia Civil paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas.		
observações			
fonte	O Globo: 14/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	1/4/2016 a 1/4/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/04, os policiais civis estaduais paralisam suas atividades em um protesto de 12 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 01/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	29	período da greve	1/4/2016 a 13/5/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	230	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	promoção/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, periculosidade/propositivo, piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - acampamento, manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - acordo judicial, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações, pauta - reivindicações parcialmente atendidas, processo - não-punição de grevistas		
causa	Reivindicam a equiparação do piso salarial a 60% da remuneração dos delegados, o pagamento de risco de vida, a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS), a implantação e pagamento retroativo das progressões salariais.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/04, os policiais civis estaduais paralisam suas atividades no Complexo de Delegacias Especializadas (Code) em um protesto programado para alongar-se por 24 horas. No início da tarde, porém, atendendo a um pedido da secretaria de Segurança, a mobilização é encerrada. Em 08/04, nova paralisação, agora na Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic). Também em 14/04, os policiais voltam a paralisar suas atividades (novamente no Code). Em 18/04, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. Em 22/04, o Tribunal de Justiça declara a ilegalidade da greve exigindo o imediato retorno às atividades - sob pena, em caso de descumprimento da decisão, de aplicação de multa diária de R\$ 5 mil ao sindicato da categoria. Em 27/04, uma nova decisão exige o fim da greve - estabelecendo, dessa vez, uma multa diária de R\$ 10 mil ao sindicato da categoria em caso de descumprimento. Em 13/05, depois da liberação de R\$ 300 mil mensais para pagamentos dos valores retroativos de progressão da categoria, anunciada durante audiência de conciliação mediada pelo TJ, e apesar da permanência do impasse na negociação dos outros pontos, a greve é encerrada. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) afirma que o governo decidiu anistiar os processos administrativos disciplinares.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 13/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	7/4/2016 a 12/4/2016
número de grevistas	0		

horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, gratificação por função especial/descumprimento de lei, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial de 16,73%, melhores condições de trabalho e cumprimento da Lei Complementar Estadual nº 094 que institui a Gratificação pelo Exercício de Atividade de Direção de Polícia Judiciária.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/04, delegados da Polícia Civil do Pará paralisam suas atividades a partir das 12 horas até o dia seguinte. Em 11/04, deflagram mais uma paralisação de advertência das 8 horas até o dia seguinte.		
observações			
fonte	adepol.com.br: 07/04, 08/04, 09/04, 10/04 e 11/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/MS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	5/5/2016 a 5/5/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, manutenção de maquinário/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam 20,20% de reajuste salarial, melhorias nas viaturas, na infraestrutura das delegacias de polícia e fornecimento de equipamentos de segurança como coletes a prova de balas.		
encaminhamentos/resultados	Em 05/05, os policiais civis paralisam suas atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	www.campograndenews.com.br: 05/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/6/2016 a 7/6/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de higiene/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a suspensão do serviço terceirizado de limpeza.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/06, os peritos do Instituto Médico Legal, no Centro do Rio de Janeiro, paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 07/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	20/6/2016 a 23/6/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - justiça do trabalho		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam igualdade entre os salários de escrivães e investigadores com peritos criminais e médicos legistas, além da isonomia também na remuneração de delegados e defensores públicos. O sindicato exige ainda a chamada de excedentes dos concursos que estão dentro do prazo de validade e realização de novos concursos para aumentar o efetivo de policiais.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/06, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 23/06, uma decisão judicial determina o retorno imediato ao trabalho sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 350 mil ao sindicato da categoria. A greve é encerrada. Uma audiência de conciliação está agendada para o dia 29/06.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 20/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	20/6/2016 a 20/6/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam o cumprimento do acordo com o Governo que estabelecia correção de diferenças salariais.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/06, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 72 horas.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 20/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/6/2016 a 27/6/2016
número de grevistas	0		

horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, cálculo/pagamento de salários/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra atrasos no pagamento dos salários, falta de material de expediente, serviços de limpeza e de combustível. Também reivindicam o pagamento dos salários no segundo dia útil do mês.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/06, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	agenciabrail.ebc.com.br: 27/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	11/7/2016 a 18/7/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reposição salarial, contratação de mais policiais e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/07, os policiais civis paralisam suas atividades e promovem um protesto. Em 18/07, voltam a cruzar os braços.		
observações			
fonte	www.folhadevitoria.com.br: 18/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	15/7/2016 a 15/7/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	contratação/manutenção de condições vigentes, turno/escala de revezamento/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a contratação de mais policiais ou a criação de uma escala de plantões que evite a permanência de somente um ou dois policiais nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/07, os policiais civis paralisam suas atividades e concentram-se diante do 30º Distrito Policial, que sofreu dois ataques no últimos dias.		
observações			
fonte	g1.globo.com.br: 15/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	4/8/2016 a 5/8/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 08/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	8/8/2016 a 8/8/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/08, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 08/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	10/8/2016 a 11/8/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, promoção/propositivo, reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes
encaminhamentos	sem informação - sem informação
resultados	sem informação - sem informação
causa	Reivindicam a reposição da inflação nos salários, o pagamento de progressões e a negociação de demandas específicas da classe, como a contratação de mais policiais, o fornecimento de coletes à prova de bala e o fim do desvio de função na escolta e guarda de presos em delegacias.
encaminhamentos/resultados	Em 10/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 48 horas.
observações	
fonte	g1.globo.com: 11/08

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/8/2016 a 16/8/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	política econômica/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a Proposta de Emenda Constitucional 241, que estabelece um teto de gastos para os governos.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 16/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	1/9/2016 a 1/9/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/09, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://www.meubairroipoa.com		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	NACIONAL

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	21/9/2016 a 21/9/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	serviço público/protesto, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/manutenção de condições vigentes, promoção/manutenção de condições vigentes, reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o congelamento do investimento público, com impactos na contratação de servidores, no reajuste dos salários, na evolução das carreiras, na aposentadoria e na qualidade dos serviços públicos.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/09, policiais civis estaduais paralisam suas atividades em protestos realizados por todo o país.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 21/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	6	período da greve	24/9/2016 a 29/9/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	48	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam melhorias salariais, contratação de mais policiais e proibição do desvio de função (policiais fazendo a custódia de presos em delegacias).		
encaminhamentos/resultados	Em 24/09, a greve por tempo indeterminado é deflagrada. Em 27/09, a Justiça declara a ilegalidade da greve exigindo o retorno às atividades - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 3 mil para o sindicato e R\$ 800 para cada policial. Em 28/09, a greve é encerrada. Uma audiência deve ser realizada em 04/10 entre Governo do Estado e o Sindicato dos Policiais para apresentação de proposta à categoria.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 29/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	13/10/2016 a 21/10/2016
número de grevistas	0		

horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/descumprimento de acordo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - negociação, resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal, pauta - reivindicações atendidas		
causa	Reivindicam a implantação do Plano de Cargos e Carreiras negociado com o governo.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/10, os policiais paralisam suas atividades em uma mobilização de 24 horas. Em 21/10, inicia-se a greve por tempo indeterminado. Antes mesmo de ser deflagrada, em 20/10, a greve é declarada ilegal pelo Tribunal de Justiça, que proíbe sua deflagração - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 100 mil ao sindicato da categoria. No mesmo dia os policiais aceitam proposta do governo do estado e fica decidido que o salário de fim de carreira dos agentes da Polícia Civil vai se igualar ao piso dos delegados. O reajuste começa a ser implementado em janeiro de 2017 e deve ser concluído até dezembro de 2018. A greve está encerrada.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 21/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	16	período da greve	17/10/2016 a 1/11/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	128	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, promoção/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Reivindicam a reposição da inflação nos salários, o pagamento de progressões e a negociação de demandas específicas da classe, como a contratação de mais policiais, o fornecimento de coletes à prova de bala e o fim do desvio de função na escolta e guarda de presos em delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/10, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 27/11, uma decisão judicial determina o fim da greve - sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 50 mil ao sindicato da categoria. Em 01/11, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	www.tribunapr.com.br: 03/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	17/10/2016 a 20/10/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e contratação de mais agentes.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/10, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 20/10, os policiais voltam a cruzar os braços.		
observações			

fonte g1.globo.com: 20/10

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Adamantina/SP		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	19/10/2016 a 19/10/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	1	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam investimentos na Segurança Pública.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/10, policiais civis de Adamantina paralisam suas atividades entre 12h e 13h.		
observações			
fonte	www.sigamais.com: 19/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	19/10/2016 a 25/10/2016
número de grevistas	570		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	4560
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, abertura de negociação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e denunciam a superlotação nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/10, os policiais civis de Alagoas paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 25/10, voltam a cruzar os braços.		
observações			
fonte	gazetaweb.globo.com: 25/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/CE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado

alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	19	período da greve	27/10/2016 a 14/11/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	152	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata, manifestação - acampamento		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	reivindicam melhores salários e condições de trabalho e o fim dasarceragens nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/10, a greve é deflagrada. Em 14/11, depois do governo afirmar que as negociações só prosseguirão após a volta ao trabalho, os policiais civis decidem pelo fim da greve.		
observações			
fonte	g1.globo.com.br: 14/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	31/10/2016 a 31/10/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o parcelamento no pagamento dos salários e por melhorias na Segurança Pública.		
encaminhamentos/resultados	Em 31/10, os policiais paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	noticias.band.uol.com.br: 31/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	31/10/2016 a 31/10/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, perseguição/manutenção de condições vigentes, demissão/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e protestam contra as exonerações de colegas ocorridas em 21/10.		
encaminhamentos/resultados	Em 31/10, os delegados da polícia civil paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 31/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	3/11/2016 a 4/11/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/11, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	agenciabrasil.ebc.com.br: 04/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	8/11/2016 a 30/11/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes, assistência médica/propositivo, insalubridade/propositivo, periculosidade/propositivo, promoção/propositivo, segurança pública/protesto, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial, revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios (PCCS) e melhor estrutura nas delegacias. Também reivindicam pagamento de progressões, do risco de vida e de insalubridade, fim do desvio de função (a custódia de presos nas delegacias) e plano de saúde mantido pelo Estado.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/11, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 11/11, voltam a cruzar os braços - e depois também em 30/11.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 30/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		

duração	1	período da greve	9/11/2016 a 9/11/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 09/11, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	www.portaldolitoralpb.com.br: 10/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	2/12/2016 a 2/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/12, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 02/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MT		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/12/2016 a 7/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a reforma previdenciária proposta pelo governo federal.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/12, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 07/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/12/2016 a 7/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	6	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protesto contra a proposta de reforma da previdência elaborada pelo governo federal.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/12, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	www.oitomeia.com.br: 07/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	12/12/2016 a 13/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam mudanças no plano de cargos e salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 12/12, os peritos oficiais do Estado, lotados em órgãos como o IML e o Instituto de Criminalística, paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	http://www.infonet.com.br: 14/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	12/12/2016 a 12/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto, política econômica/protesto, reajuste salarial/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra projetos que alteram a previdência dos servidores e adiam o pagamento dos reajustes.		

encaminhamentos/resultados	Em 12/12, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 12 horas.
observações	
fonte	noticias.band.uol.com.br: 12/12

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	13/12/2016 a 19/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto, política econômica/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o Proposta de Emenda Constitucional 241, que estabelece um teto para o aumento dos gastos públicos, e contra a PEC 287, que altera normas da Previdência.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/12, os policiais civis de Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Acre, paralisam suas atividades. Em 14/12, policiais cruzam os braços em todo o Estado do Acre. Em 19/12, voltam a paralisar suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 19/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	15/12/2016 a 15/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam do governo uma nova proposta de piso salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/12, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 15/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado

abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	19/12/2016 a 20/12/2016
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, governo/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o pacote de medidas de ajuste fiscal encaminhado pelo governo para Assembleia Legislativa.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/12, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://www.correiodopovo.com.br : 20/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	2/1/2017 a 3/1/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, atraso de 13º/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários e contra o parcelamento do 13º.		
encaminhamentos/resultados	Em 02/01, os policiais civis do Estado paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	jcrs.uol.com.br : 03/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	81	período da greve	17/1/2017 a 7/4/2017
número de grevistas	6650		
horas paradas	648	trab. X horas paradas	4309200
motivo/caráter	gratificações/descumprimento de lei, horas extras/descumprimento de lei, atraso de 13º/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Reivindicam o pagamento do 13º salário, das horas extras e das gratificações.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/01, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas. Em 20/01, decidem pelo prosseguimento das greves. Em 05/04, o Supremo Tribunal Federal emite decisão que considera inconstitucional a deflagração de greve por policiais. Em 07/04, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com : 07/04		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	30/1/2017 a 30/1/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, atraso de 13º/descumprimento de lei, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários (inclusive o 13º) e por melhores condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/01, os servidores da perícia médica paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	radioagencianacional.ebc.com.br: 30/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/ES		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	associação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	8/2/2017 a 8/2/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - passeata		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protesto contra a morte de um colega durante um assalto.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/02, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 08/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	NACIONAL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	federação/confederação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	8/2/2017 a 8/2/2017
número de grevistas	0		

horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o projeto de reforma da Previdência Social.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/02, os policiais civis paralisam as atividades por 24 horas em um protesto nacional.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 08/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	24/2/2017 a 24/2/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	4	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, piso salarial/propositivo, insalubridade/propositivo, insalubridade/propositivo, desvio de função/manutenção de condições vigentes, assistência médica/propositivo, periculosidade/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam reajuste salarial, implantação do piso salarial de nível superior da segurança pública de Alagoas, revisão do Plano de Cargos, Carreira e Subsídios (PCCS), pagamento de adicionais de risco de vida e de insalubridade, fim do desvio de função e plano de saúde mantido pelo Estado.		
encaminhamentos/resultados	Em 24/02, policiais civis de Alagoas deflagram greve por tempo indeterminado e encerram a greve neste mesmo dia após proposta apresentada pela Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão (Seplag) de aumento do piso salarial para R\$ 3.800, aplicação do reajuste salarial geral de servidores e negociação sobre tratamento isonômico do PCCS e questões relativas aos aposentados. A categoria aprova a proposta feita pela Seplag em assembleia realizada no dia 03/03.		
observações			
fonte	sindpol-al.com.br: 23/02, 24/02 e 03/03; jornaldealagoas.com.br: 24/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	4/5/2017 a 4/5/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, reajuste salarial/propositivo, outros - jornada de trabalho/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os delegados de polícia estão pleiteando a fixação de nova jornada de trabalho, o pagamento em dia dos salários e a equiparação salarial com procurador do Estado.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/05, os delegados da Polícia Civil paralisam suas atividades em um protesto de 72 horas.		
observações			
fonte	http://www.infonet.com.br: 04/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	9/5/2017 a 9/5/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 09/05, agentes e escrivães paralisam suas atividades em um protesto de três dias.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com: 09/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	24/5/2017 a 24/5/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os papiloscopistas protestam contra o Decreto nº 44.469/ 2017, que modifica a descrição de atribuições dos nove cargos da Polícia Civil: a categoria não iria mais ao local de crime para fazer as coletas das amostras e não teria mais a responsabilidade de emitir a conclusão de análises, passando tudo aos peritos criminais.		
encaminhamentos/resultados	Em 24/05, os peritos papiloscopistas paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://agenciabrasil.ebc.com.br: 24/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	8/6/2017 a 8/6/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei
encaminhamentos	sem informação - sem informação
resultados	sem informação - sem informação
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos serviços.
encaminhamentos/resultados	Em 08/06, agentes e escrivães paralisam suas atividades.
observações	
fonte	http://www.portaltobiense.com.br : 08/06

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais, Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	Gramado/RS, SulCanela/RS		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	sem informação
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	31/8/2017 a 31/8/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários.		
encaminhamentos/resultados	Em 31/08, os policiais civis cruzam os braços em Gramado e Canela.		
observações			
fonte	http://www.jornaldegramado.com.br : 31/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa	CPCRC - CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	11/9/2017 a 18/9/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de segurança/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, gratificação por função especial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam acréscimo de 100% nas gratificações do risco de vida e perícia judiciária, assim como a incorporação do abono de R\$320. Também reivindicam a contratação de mais funcionários, fornecimento de equipamento e melhores condições de segurança nas unidades (já aconteceram casos de roubo de armas em Castanhal).		
encaminhamentos/resultados	Em 11/09, os peritos criminais do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves paralisam suas atividades por 12 horas. Em 18/09, voltam a cruzar os braços, agora por 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.diarioonline.com.br : 18/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais
------------------------	----------------------------

localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	5	período da greve	9/10/2017 a 13/10/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	40	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, promoção/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	Reivindicam o fim dos atrasos salariais e a efetivação das promoções atrasadas.		
encaminhamentos/resultados	Em 09/10, os agentes da Polícia Civil paralisam suas atividades. Em 13/10, depois da integralização dos salários, a greve é encerrada.		
observações			
fonte	http://correiodopovo.com.br : 13/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa	CPCRC - CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	17/10/2017 a 17/10/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	contratação/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial, melhores condições de trabalho e abertura de concurso público.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/10, os peritos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves paralisam suas atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.orm.com.br : 17/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	26/10/2017 a 26/10/2017
número de grevistas	4500		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	36000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		

resultados	sem informação - sem informação
causa	Reivindicam a equiparação salarial com a Polícia Federal, que conseguiu reajuste de 37%, parcelado em três anos.
encaminhamentos/resultados	Em 26/10, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.
observações	
fonte	http://www.correiobraziliense.com.br : 26/10

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	1/11/2017 a 1/11/2017
número de grevistas	4500		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	36000
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 01/11, os policiais civis do Distrito Federal paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com : 01/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	9	período da greve	6/11/2017 a 14/11/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	72	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, promoção/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas, pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários e reivindicam a efetivação de promoções que estão em atraso.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/11, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 14/11, depois da integralização dos salários, a greve é encerrada. As negociações a respeito das promoções continuam.		
observações			
fonte	http://www.jornalminuano.com.br : 15/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Picos/PI		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		

atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	28/11/2017 a 28/11/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, insalubridade/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e melhorias estruturais nas delegacias.		
encaminhamentos/resultados	Em 28/11, os policiais civis paralisam suas atividades por 24 horas no município de Picos.		
observações			
fonte	cgnoticias.com.br: 28/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/12/2017 a 27/12/2017
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, folga/manutenção de condições vigentes, desvio de função/manutenção de condições vigentes, chefia/assédio moral/manutenção de condições vigentes, punição/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial. Também protestam contra a aprovação do projeto de Lei (PL) 1664/2017, que favorece delegados de polícia com o remanejamento de vagas para promoção, que dobrou o número de vagas da classe especial deles, além do fato de que o mesmo PL obriga policiais a tirar plantão, sem estipular a respectiva folga. Por fim, denunciam que alguns dos delegados que estão na gestão estão colocando policiais em desvio de função, e a recusa dos investigadores tem sido respondida com assédio moral e transferências injustificadas.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/12, os policiais civis (agentes, escrivães e motoristas) paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.araruna1.com: 27/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	31/1/2018 a 31/1/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	periculosidade/manutenção de condições vigentes, reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, horas extras/descumprimento de lei		

encaminhamentos	manifestação - concentração
resultados	processo - desconto dos dias parados, processo - punição de grevistas
causa	Protestam por melhores salários, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, melhoria no recebimento das horas extras, não receberem por subsídio, por receberem remuneração com muitas gratificações e quando se acidentam no trabalho ou se aposentam perdem mais de 40% do seu salário, por receberem risco de vida menor do que outros cargos.
encaminhamentos/resultados	Em 31/01, policiais civis da Paraíba paralisam suas atividades por 24 horas. Após manifestação, têm seus pontos cortados.
observações	
fonte	http://www.blogdomarciorangel.com.br : 01/02

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RJ		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	3/2/2018 a 3/2/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de higiene/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra as más condições de higiene (os terceirizados responsáveis pela limpeza estão em greve).		
encaminhamentos/resultados	Em 03/02, os policiais que atuam no Instituto Médico Legal paralisam suas atividades. Durante a tarde os terceirizados retomam suas atividades e a atividade no IML é regularizada.		
observações			
fonte	noticias24horas.net: 03/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PB		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	6/2/2018 a 6/2/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	horas extras/descumprimento de lei, reajuste salarial/propositivo, periculosidade/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam por melhores salários, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, melhoria no recebimento das horas extras, não receberem por subsídio, por receberem remuneração com muitas gratificações e quando se acidentam no trabalho ou se aposentam perdem mais de 40% do seu salário, por receberem risco de vida menor do que outros cargos.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/02, policiais civis da Paraíba paralisam suas atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	http://portalcorreio.com.br: 07/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/DF		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	21/2/2018 a 23/2/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam avanços nas negociações de reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/02, Policiais Civis do Distrito Federal iniciam paralisação de 72 horas em advertência. Não há informações sobre negociações.		
observações			
fonte	http://www.jb.com.br : 21/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Ilhéus/BA		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	19/3/2018 a 19/3/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de higiene/manutenção de condições vigentes, condições de segurança/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A unidade policial, que abriga detidos, está sem água. Além das más condições de higiene (com infestação de insetos e ratos inclusive), também há falta de equipamento de trabalho e más condições de infraestrutura que oferecem riscos à saúde - mofo, fiação exposta, ferrugem.		
encaminhamentos/resultados	Em 19/03, policiais da 7ª Delegacia de Polícia Civil de Ilhéus paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://www.agravo.blog.br : 19/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/3/2018 a 27/3/2018
número de grevistas	0		

horas paradas	3	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho, com reformas nas delegacias, contratação de mais policiais e fornecimento regular de insumos para o trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/03, os policiais civis paralisam suas atividades por três horas.		
observações			
fonte	http://www.capitalteresina.com.br: 28/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PI		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	57	período da greve	3/4/2018 a 29/5/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	456	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/descumprimento de acordo, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	resolução - negociação, resolução - justiça do trabalho, resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	justiça - greve ilegal, justiça - justiça do trabalho		
causa	Reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho, com reformas nas delegacias, contratação de mais policiais e fornecimento regular de insumos para o trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/04, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 24/04, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprova a proposta de reajuste encaminhada pelo Governo do Estado no valor de 3,95% para policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e procuradores. A votação ocorre em meio a protesto das categorias que contestam o reajuste. Em 29/05, depois de uma decisão judicial que declarou a ilegalidade da greve, os policiais decidem pelo retorno ao trabalho. O processo de dissídio coletivo continua e os policiais aguardarão o julgamento.		
observações			
fonte	www.portalaz.com.br: 30/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Itacaré/BA		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	5/4/2018 a 5/4/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	local de trabalho/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Os tetos da cozinha e da sala de atendimento ao público desabaram durante a madrugada. Os policiais também afirmam que estão sem viatura.		
encaminhamentos/resultados	Em 05/04, os policiais civis da delegacia de Itacaré paralisam suas atividades.		
observações			

fonte <http://www.agravo.blog.br>: 05/04**FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA**

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	14/4/2018 a 24/4/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	efetivação/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a implantação do PCS, a realização de concurso público e a convocação de aprovados.		
encaminhamentos/resultados	Em 14/04, os peritos e médicos legistas paralisam suas atividades por 24 horas. Em 23/04, voltam a cruzar os braços, agora por 48 horas.		
observações			
fonte	http://gazetaweb.globo.com : 24		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	3/5/2018 a 3/5/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Durante o cumprimento de um mandato de prisão um policial foi morto a tiros.		
encaminhamentos/resultados	Em 03/05, os policiais civis das delegacias de Porto Alegre paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	http://www.jornaldocomercio.com : 03/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado

alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	13/7/2018 a 13/7/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de 13º/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento do 13º salário.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/07, agentes e escrivães paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.tribunadonorte.com.br: 13/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Boa Vista/RR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	espontânea	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	15/10/2018 a 15/10/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento de salário.		
encaminhamentos/resultados	No dia 15/10 a polícia civil realizou uma paralisação.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 15/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	10/12/2018 a 17/12/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de salário/descumprimento de lei, atraso de 13º/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o atraso no pagamento dos salários e do décimo-terceiro.		
encaminhamentos/resultados	Em 10/12, policiais civis paralisam suas atividades na unidade do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) na Gameleira, região Oeste de Belo Horizonte. Em 17/12, voltam a cruzar os braços.		
observações			
fonte	www.hojeemdia.com.br: 17/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	11/12/2018 a 11/12/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma administrativa/protesto		
encaminhamentos	manifestação - ocupação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra reforma administrativa do governo estadual sobre os servidores públicos.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/12, policiais civis estaduais da BA paralisam suas atividades em advertência e realizam ocupação da Assembleia Legislativa da Bahia no dia da votação da reforma administrativa.		
observações			
fonte	http://sindpoc.org.br/2018/12/12/sindpoc-ocupa-plenario-da-alba-em-protesto-a-reforma-administrativa/ : 11/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	26/12/2018 a 28/12/2018
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	atraso de 13º/descumprimento de lei, atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial		
resultados	justiça - greve ilegal		
causa	Protestam contra atraso no pagamento de salários e 13º.		
encaminhamentos/resultados	Em 26/12, agentes e escrivães da Polícia Civil do Rio Grande do Norte paralisam suas atividades. Em 27/12, o Tribunal de Justiça determina o fim da greve sob pena de multa ao sindicato. Em 28/12, encerram a paralisação.		
observações			
fonte	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/12/28/desembargador-determina-fim-da-greve-da-policia-civil-do-rn-multa-e-de-r-15-mil-em-caso-de-descumprimento.ghtml : 28/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	13/5/2019 a 13/5/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	reforma da previdência/protesto
encaminhamentos	manifestação - concentração
resultados	sem informação - sem informação
causa	Protestam contra a reforma da previdência.
encaminhamentos/resultados	Em 13/05, policiais civis estaduais paralisam suas atividades em advertência. Não há informações sobre negociações.
observações	
fonte	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/13/policiais-civis-paralisam-atividades-durante-a-tarde-no-rs-contr-a-reforma-da-previdencia.ghtml : 13/05

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	21/5/2019 a 23/5/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a aprovação do PCCS, com o devido enquadramento dos servidores em cargos e níveis.		
encaminhamentos/resultados	Em 21/05, os peritos criminais paralisam suas atividades. Em 23/05, voltam a cruzar os braços.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 23/05		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	NACIONAL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	federação/confederação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	25/6/2019 a 25/6/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a reforma da previdência.		
encaminhamentos/resultados	Em 25/06, policiais civil paralisam suas atividades em diversos estados.		
observações			
fonte	www.jolrn.com.br: 25/06		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	16/7/2019 a 16/7/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Em uma operação de busca e apreensão em uma propriedade na área rural de Montenegro, no Vale do Caí, um policial é morto a tiros. Esta é a quarta morte de policial no Estado em menos de três semanas — e a quinta desde o início do ano (considerando policiais em serviço).		
encaminhamentos/resultados	Em 16/07, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	https://radiosaoluiz.com: 16/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	25/7/2019 a 25/7/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	4	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, promoção/propositivo, contratação/manutenção de condições vigentes, atraso de salário/descumprimento de lei		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam a reformulação da carreira, a realização de promoções, a contração de mais agentes e o pagamento dos salários em atraso.		
encaminhamentos/resultados	Na manhã de 25/07, os policiais civis paralisam suas atividades em um mobilização prevista para longer-se por 24 horas. No início da tarde, no entanto, depois de uma reunião de negociação, a paralisação é suspensa. Será formado um grupo de trabalho para a discussão da pauta de reivindicações.		
observações			
fonte	http://www.tribunadonorte.com.br: 25/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	9/8/2019 a 9/8/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		

encaminhamentos	sem informação - sem informação
resultados	sem informação - sem informação
causa	Reivindicam reajuste salarial.
encaminhamentos/resultados	Em 09/08, os peritos paralisam suas atividades me um protesto de 24 horas.
observações	
fonte	g1.globo.com: 09/08

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	30/8/2019 a 30/8/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	qualificação profissional/manutenção de condições vigentes, tecnologia/manutenção de condições vigentes, ferramentas/equipamentos de trabalho/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, reforma da previdência/protesto, promoção/propositivo, atraso de 13º/descumprimento de lei, atraso de salário/descumprimento de lei, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o parcelamento dos salários (inclusive do 13º, que ainda não foi inteiramente pago) e a não realização de promoções. Também protestam contra o projeto de reforma da previdência, em tramitação no Senado, que estabelece aumento nas alquotas previdenciárias e não traz definições sobre a aposentadoria especial dos policiais civis. Por fim, reivindicam aparelhamento e desenvolvimento técnico da atividade policial, trazendo eficiência nas investigações e diminuindo o número de mortes em serviço.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/08, os policiais civis paralisam suas atividades por todo o estado entre 8h e 20hs.		
observações			
fonte	poa24horas.com.br: 30/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	Arapiraca/AL		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	13/9/2019 a 13/9/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	horas extras/descumprimento de lei		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam devido à falta de pagamento de horas extras de trabalho, com atraso de 11 meses. Apenas três técnicos forenses trabalham no IML de Arapiraca. Para suprir a demanda, eles precisam fazer hora extra e isso foi acordado com o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL) e com o governo do Estado. O pagamento das horas extras estava acontecendo normalmente, porém, desde outubro do ano passado, os agentes não estão recebendo.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/09, os funcionários do setor de necrópsia do Instituto Médico Legal paralisam suas atividades em um protesto de 12 horas.		
observações			
fonte	http://www.tribunauniao.com.br : 14/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AC		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	23/9/2019 a 23/9/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	4	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, local de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto, promoção/propositivo, extinção de horas extras/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria pede melhorias nas unidades, pagamento do retroativo das promoções e titulações. Também reivindicam o aprimoramento no banco de horas, já que os policiais civis estão trabalhando além da sua carga horária.		
encaminhamentos/resultados	Na manhã de 23/09, os policiais civis paralisam suas atividades.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 23/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	24/9/2019 a 24/9/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra projetos de mudança nas carreiras.		
encaminhamentos/resultados	Em 24/09, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	https://g1.globo.com: 24/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	15/10/2019 a 15/10/2019

número de grevistas	0		
horas paradas	6	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	licença-prêmio/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o projeto que retira a licença prêmio.		
encaminhamentos/resultados	Em 15/10, os policias civis paralisam suas atividades por todo o estado.		
observações			
fonte	http://correiodolago.com.br: 15/10; portalnovasantarosa.com.br: 15/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	18/10/2019 a 18/10/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a reestruturação da carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 18/10, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	q1.globo.com: 18/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cívis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	30/10/2019 a 31/10/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	pauta - abertura/prosseguimento das negociações		
causa	Reivindicam a reestruturação da carreira.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/10, os policiais civis paralisam suas atividades e reúnem-se em uma assembleia enquanto aguardam o avanço da negociação com o governo.		
observações			
fonte	http://sinpolm.org.br: 31/10		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
localização geográfica	/RN

empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	5/11/2019 a 8/11/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/positivo, promoção/manutenção de condições vigentes, atraso de salário/descumprimento de lei, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações parcialmente atendidas		
causa	A categoria cobra uma nova proposta do Governo do Estado referente ao projeto de reestruturação de carreira, promoções atrasadas que não foram implantadas, previsão de pagamento dos salários atrasados e melhorias nas condições de trabalho.		
encaminhamentos/resultados	Em 05/11, os policiais civis paralisam suas atividades. Em 08/11, no início da tarde, o governo apresentou ao Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpol) uma proposta para reestruturação da carreira dos agentes e escrivães, aplicando promoções que estão em atraso, bem como outros pontos da pauta de reivindicações. A diretoria do sindicato levou a proposta para os policiais civis que estavam na Central de Flagrantes durante todo o dia. Em assembleia geral, a maioria decidiu aceitar. A greve está encerrada.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 08/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Agentes Penitenciários Estaduais, Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/RS, Sul/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	13/11/2019 a 14/11/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o aumento na contribuição para a Previdência, proposta pelo Executivo.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/11, os policiais civis (e agentes penitenciários em algumas localidades) paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	guaiba.com.br: 14/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Cíveis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	27/11/2019 a 27/11/2019

número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a proposta de reforma da previdência do Governo do Estado.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/11, os policiais civis paralisam suas atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	www.tarobanews.com: 27/11		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PR		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	6/12/2019 a 6/12/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o projeto de reforma da previdência aprovado pelo Legislativo.		
encaminhamentos/resultados	Em 06/12, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.guiamedianeira.com.br/: 06/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa	ITEP - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	8	período da greve	11/12/2019 a 18/12/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	64	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração, manifestação - acampamento, resolução - negociação		
resultados	pauta - reivindicações atendidas		
causa	Reivindicam a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e reposição salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/12, os servidores do Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (Itep-RN) paralisam suas atividades. Em 18/12, depois de negociações, a greve é encerrada. O Executivo se compromete a enviar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que determina o enquadramento dos atuais servidores do órgão nas classes do respectivo cargo e carreira, com implementação dos efeitos pecuniários.		
observações			
fonte	www.tribunadonorte.com.br: 18/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais
------------------------	---------------------------

localização geográfica	/RS		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	tempo indeterminado
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	4	período da greve	16/12/2019 a 19/12/2019
número de grevistas	0		
horas paradas	32	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	governo/protesto, PCS - Plano de Cargos e Salários/manutenção de condições vigentes, segurança pública/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	pauta - reivindicações rejeitadas		
causa	Protestam contra o pacote de reformas relacionadas às carreiras do funcionalismo.		
encaminhamentos/resultados	Em 16/12, os policiais civis paralisam suas atividades e juntam-se à greve geral dos servidores. Em 19/12, a greve é suspensa e os agentes permanecem em estado de greve. No fim do mês de janeiro, quando o Legislativo volta a apreciar o pacote do governo, uma nova greve pode ser deflagrada.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 16/12		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	20/1/2020 a 22/1/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	resolução - negociação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste do piso da categoria e, para isso, propõe uma média dos pisos praticados pelas UF's de todo o país. Segundo o sindicato da categoria, atualmente, agentes e escrivães recebem o pior piso salarial da Segurança Pública.		
encaminhamentos/resultados	Em 20/01, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por três dias. Em 21/01, as partes reúnem-se em negociação mas não chegam a um acordo.		
observações			
fonte	gazetaweb.globo.com: 22/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Agentes Penitenciários Estaduais, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA, Nordeste/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	27/1/2020 a 28/1/2020
número de grevistas	0		

horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o projeto de reforma da previdência estatual que está tramitando no legislativo.		
encaminhamentos/resultados	Em 27/01, policiais civis e penais paralisam suas atividades em um protesto de 48 horas.		
observações			
fonte	atarde.uol.com.br: 28/01		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/RN		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	4/2/2020 a 4/2/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a reforma da previdência estadual.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/02, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	g1.globo.com: 04/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Agentes Penitenciários Estaduais, Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA, Nordeste/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	7/2/2020 a 7/2/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto, perseguição/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra a reforma da previdência dos funcionários públicos estaduais. Também denunciam a punição com suspensão de 90 dias de um coordenador do Sindicato dos Servidores Penitenciários.		
encaminhamentos/resultados	Em 07/02, policiais civis e penais paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	www.acordacidade.com.br: 07/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	7	período da greve	17/2/2020 a 27/2/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	56	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	piso salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste do piso da categoria e, para isso, propõe uma média dos pisos praticados pelas UF's de todo o país. Segundo o sindicato da categoria, atualmente, agentes e escrivães recebem o pior piso salarial da Segurança Pública.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/02, os policiais civis paralisam suas atividades em uma mobilização de cinco dias. Em 26/02, voltam a cruzar os braços, agora por três dias.		
observações			
fonte	gazetaweb.globo.com: 26/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PA		
empresa	CPCRC - CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sem informação	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	17/2/2020 a 17/2/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	desvio de função/manutenção de condições vigentes, outros - salário e remuneração/manutenção de condições vigentes, condições de trabalho/manutenção de condições vigentes, contratação/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam a reconversão funcional à categoria de policiais civil (de que foram retirados, com prejuízos para a remuneração e aposentadoria). Também reivindicam a contratação de mais profissionais.		
encaminhamentos/resultados	Em 17/02, os peritos criminais do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves paralisam suas atividades por 24 horas.		
observações			
fonte	globoplay.globo.com: 17/02		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/SE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	19/2/2020 a 19/2/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0

motivo/caráter	PCS - Plano de Cargos e Salários/propositivo, reajuste salarial/propositivo, alimentação/propositivo, transporte/propositivo
encaminhamentos	manifestação - concentração
resultados	sem informação - sem informação
causa	Reivindicam reestruturação da carreira, reposição inflacionária, auxílio alimentação e auxílio saúde.
encaminhamentos/resultados	Em 19/02, os policiais civis de Sergipe paralisam as atividades durante 24 horas.
observações	
fonte	g1.globo.com: 19/02

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	3	período da greve	4/3/2020 a 6/3/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	24	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 04/03, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de três dias.		
observações			
fonte	sindpolalagoas.com.br: 06/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/PE		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	13/3/2020 a 13/3/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo, horas extras/descumprimento de lei		
encaminhamentos	resolução - decisão judicial, normatização - ameaça/aplicação de multa		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial e pagamento das horas-extras conforme a lei.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/03, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. No dia anterior uma decisão judicial determinou a suspensão da greve sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária ao sindicato de R\$ 50 mil.		
observações			
fonte	www.diariodepernambuco.com.br: 13/03		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			

trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	8/7/2020 a 8/7/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de segurança/manutenção de condições vigentes, acompanhamento de acidentes/doenças/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A categoria pede a implantação do protocolo de biossegurança, por causa da Covid-19, e aponta que há um alto número de policiais civis infectados na Bahia.		
encaminhamentos/resultados	Em 08/07, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	www.blogdoleosantos.com.br: 09/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	30/7/2020 a 30/7/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de segurança/manutenção de condições vigentes, acompanhamento de acidentes/doenças/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam ações de segurança contra a propagação do novo coronavírus entre os policiais.		
encaminhamentos/resultados	Em 30/07, os policiais civis que atuam na 6ª Coorpin - Itabuna paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.fabiorobertonoticias.com.br: 30/07		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/BA		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	11/8/2020 a 11/8/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	1	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	condições de segurança/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes, acompanhamento de acidentes/doenças/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	normatização - ameaça/aplicação de multa, resolução - decisão judicial		

resultados	pauta - reivindicações rejeitadas
causa	A categoria pede a implantação do protocolo de biossegurança, por causa da Covid-19, e aponta que há um alto número de policiais civis infectados na Bahia.
encaminhamentos/resultados	Em 11/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 24 horas. Após ser deflagrado, no entanto, o movimento é suspenso devido a uma decisão judicial que declara o protesto ilegal exigindo a volta ao trabalho, sob pena, em caso de descumprimento, de aplicação de multa diária de R\$ 30 mil ao sindicato da categoria.
observações	
fonte	g1.globo.com: 11/08

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/MG		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	13/8/2020 a 26/8/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reforma da previdência/protesto, reajuste salarial/propositivo, aposentadoria/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	sem informação - sem informação		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Protestam contra o pacote de reformas administrativas encaminhadas do governo para o Legislativo. As reformas restringem uma série de benefícios já conquistados, afetando a paridade dos salários dos aposentados com os que estão na ativa e aumentando a alíquota previdenciária. A categoria também pede isonomia com a Polícia Militar.		
encaminhamentos/resultados	Em 13/08, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas. Em 26/08, voltam a cruzar os braços.		
observações			
fonte	http://g1.globo.com:26/08		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	Porto Seguro/BA		
empresa	Empregador não identificado		
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	empresa/unidade	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	1	período da greve	9/9/2020 a 9/9/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	8	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	segurança pública/protesto, condições de segurança/manutenção de condições vigentes, EPI - Equipamento de Proteção Individual/manutenção de condições vigentes		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	A delegacia territorial, que deveria comportar 4 detidos, abriga 27 presos custodiados. Há risco de contaminação pela Covid-19 ou até mesmo de uma possível rebelião. Reivindicam a implementação dos protocolos de biossegurança nas delegacias territoriais, além da distribuição regular de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).		
encaminhamentos/resultados	Em 09/09, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto de 24 horas.		
observações			
fonte	http://www.sindpoc.org.br: 09/09		

FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL - Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA

categoria profissional	Policiais Civis Estaduais		
localização geográfica	/AL		
empresa			
trabalhadores			
setor econômico	FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL		
atividade econômica	Rede Estadual de SEGURANÇA PÚBLICA		
greve geral	não	situação	não informado
abrangência	categoria	tática	advertência
comando	sindicato	data-base	não informado
alvo/esfera	poder executivo/estadual		
duração	2	período da greve	11/11/2020 a 12/11/2020
número de grevistas	0		
horas paradas	16	trab. X horas paradas	0
motivo/caráter	reajuste salarial/propositivo		
encaminhamentos	manifestação - concentração		
resultados	sem informação - sem informação		
causa	Reivindicam reajuste salarial.		
encaminhamentos/resultados	Em 11/11, os policiais civis paralisam suas atividades em um protesto previsto para alongar-se por 48 horas.		
observações			
fonte	gazetaweb.globo.com: 12/11		